



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Avila (em substituição do Sr. Deputado Manuel Valadão)

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15.00 horas.

Não houve Período de Antes da Ordem do Dia.

No **Período da Ordem do Dia**, deu-se continuidade ao debate sobre as **Propostas do Plano e Orçamento para a Região Autónoma dos Açores**.

Intervieram nos debates os Srs. Deputados Flor de Lima (PSD), Dionísio de Sousa (PS), Mário Freitas (PSD), Alvarino Pinheiro (CDS), António Silveira (PSD), Manuel Serpa (PS), Cinelândia Sousa (PSD), Francisco Sousa (PS), José Decq Mota (PCP), Adelaide Teles (PSD), Raimundo Mesquita (PS), Manuel Melo (PSD), José Ramos Dias (CDS), Hélio Pombo (PS), José Simas Raposo (PSD), Natalino Viveiros (PSD), Jorge Cruz (PSD), João Carlos Macedo (PS) e Alvaro Monjardino (PSD).

Durante os debates intervieram também os seguintes Membros do Governo: Secretário Regional da Administração Pública, António Menezes; Secretário Regional das Finanças, Alvaro Dâmaso; Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima; Secretário Regional da Educação e Cultura, António Maria Mendes e Secretário Regional do Equipamento Social, Germano Domingos.

Produziram intervenções finais, sobre as propostas em apreciação, os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Alvarino Pinheiro (CDS), Dionísio de Sousa (PS), Renato Moura (PSD), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral.

Após o encerramento do debate passou-se à votação das Propostas do Plano e Orçamento:

- A Proposta do Plano foi aprovada por maioria, com 19 votos favoráveis do PSD e com 10 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP contra;

- A Proposta do Orçamento foi aprovada por maioria, com 19 votos favoráveis do PSD, 10 votos do PS e 1 do PCP contra e 2 abstenções do CDS.

Os trabalhos terminaram às 0,45 horas.

Presidente: Pedia a atenção aos Srs. Deputados para a chamada.

(Eram 15.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os se-

guintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Alvaro Monjardino, António Silveira, Carlos Teixeira, Fernando Faria, Flor de Lima, Gabriela Silva, João de Brito, Jorge Cabral, Jorge Cruz, José Carlos Simas, Cinelândia Sousa, Manuel Ávila, Mário Freitas, Manuel Melo, Natalino Viveiros, Reis Leite, Renato Moura; **PS** - Dionísio Sousa, Francisco Sousa, Hélio Pombô, Simas Santos, João Carlos Macedo, José Manuel Bettencourt, José Resendes, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; **CDS** - Alvarino Pinheiro, José Ramos Dias; **PCP** - José Decq Mota).

Presidente: Estão presentes 30 dos Srs. Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos recomeçar os trabalhos com a continuação dos debates sobre as **Propostas do Plano e Orçamento da Região para 1987**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flor de Lima para uma intervenção.

Deputado Flor de Lima (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais, Srs. Deputados:

Como habitualmente, o Governo Regional apresentou, a esta Câmara, para apreciação e aprovação, as propostas de Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, referentes ao ano de 1987.

As propostas em análise constituem, de facto, dois documentos fundamentais para a nossa vida política, relativamente aos quais não poderemos deixar de fazer, aqui e agora, algumas considerações, sendo certo que esta tribuna é o local privilegiado para tal efeito.

Primeiro que tudo, manifestamos o nosso apreço e total apoio à ideia-mestra registada na proposta de Plano para 1987, quanto à necessidade de se tirar o maior aproveitamento possível dos recursos endógenos da Região, tendo em vista a diminuição da nossa dependência externa.

Já tivemos a oportunidade de afirmar, noutras ocasiões, que a geotermia era uma das áreas que poderia contribuir, de algum modo, para a redução da nossa dependência externa, em termos de energia.

Como se sabe, a importação de combustíveis implica, sempre, o dispêndio de divisas, o que se reflecte, naturalmente, na balança comercial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Outro aspecto que vem consagrado na proposta de Plano e que não podemos deixar de aplaudir, efusivamente, é, precisamente, o número, já considerável, de projectos credíveis apresentados aos fundos comunitários, para co-financiamento.

Tal facto é sintomático e augura um bom sucesso da adesão dos Açores com Portugal às Comunidades Europeias.

Estamos no caminho certo e há que prosseguir,

dinamizando, ainda mais, a iniciativa privada no magno processo da Integração Europeia, apesar de todas as dificuldades e resistências a ultrapassar.

Sempre defendemos a adesão dos Açores à CEE, por considerarmos que a mesma poderia e deveria constituir um incentivo ao nosso desenvolvimento económico e social, permitindo, nomeadamente, o acesso privilegiado aos recursos financeiros da Comunidade e a conseqüente inserção num mercado mais alargado, altamente competitivo e agressivo.

Tenhamos sempre em mente o caso paradigmático da Irlanda, geralmente apontado como sendo uma adesão bem sucedida, através da apresentação, atempada, de projectos prováveis.

Apesar da nossa reduzida dimensão e exiguidade de recursos, quer materiais, quer humanos, o certo é que a Região Autónoma dos Açores tem avançado com vários projectos.

Repare-se, ainda, que alguns daqueles projectos têm sido elogiados, em Bruxelas, pela sua perfeição, o que é de louvar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Também registamos, com agrado, que a Região tenha apresentado, às Comunidades Europeias, projectos tendentes à valorização do potencial energético endógeno, no âmbito do Programa "VALOREN", os quais vêm especificados na página 145 da proposta do Plano.

No que toca ao recém-criado Programa "STAR", respeitante ao desenvolvimento de certas zonas desfavorecidas da Comunidade, por intermédio de um melhor acesso aos serviços avançados de telecomunicações, conviria, também aqui, a Região tirar o maior proveito possível.

A melhoria das telecomunicações, no caso concreto dos Açores, assume, sem dúvida, particular acuidade, visto permitir a quebra do nosso isolamento com o resto do Mundo.

A par dos recursos financeiros da Comunidade, não será de excluir outras fontes de financiamentos, nomeadamente, a Fundação Luso-Americana.

É sabido que aquela Fundação surge no rescaldo do Acordo celebrado entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, sobre facilidades concedidas, nos Açores, a este último país.

Dai a conveniência de a Fundação Luso-Americana vir a financiar mais projectos da Região, para além do programa geotérmico, o que implica a prossecução das necessárias diligências, por parte do Governo Regional.

Outra fonte alternativa de financiamento, já em curso, é o crédito concedido, por uma instituição bancária da República Federal da Alemanha, para o Programa das Arroteias do Pico, nas condições que vêm descritas no Relatório da Comissão Permanente dos Assuntos Internacio-

nais, de 7 de Novembro do ano em curso.

Neste contexto, é de realçar a vantagem de existirem fontes alternativas de financiamento, quando, em 1988, o Governo Regional tiver que decidir pela necessidade ou não de utilizar a 2ª tranche do crédito alemão, no valor de 8 milhões de marcos.

Naquela altura, o Governo Regional optará, certamente, pelo financiamento mais favorável, facto que não deixará de ser bastante benéfico para a Região, pela redução dos encargos financeiros daí resultantes.

Local.

Em relação à cooperação financeira com os municípios em obras de abastecimento de água foi apresentado pelo Governo e aprovada por esta Assembleia, logo no início de 1985, legislação que reformulou radicalmente as bases de cooperação financeira, entre a Administração Regional e a Administração Local, possibilitando uma participação directa da Administração Regional que poderá ir até a um máximo de 90% do custo da obra. No Plano a Médio Prazo 85/88 previu-se de imediato uma verba de cerca de 2 milhões

negociações com o KFW, para o financiamento de outros projectos na área energética, abrangendo várias ilhas do arquipélago, com destaque para o Pico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este Plano é discutido numa altura em que as dificuldades políticas por que passa o regime autonómico são de molde a reforçar o esforço das entidades públicas e privadas, com vista a ganharmos a batalha da Integração Europeia.

Aquela batalha trava-se, ainda, e de forma especial, na própria Região, dadas as nossas distorções em relação à Europa.

Enfim, o sucesso da adesão dos Açores terá de significar um reforço da nossa afirmação como Região Autónoma, que somos.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

Secretário Regional da Administração Pública (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Cabe-me agora a tarefa de apresentar o Plano da Secretaria Regional da Administração Pública para 1987.

Antes porém e porque se perfizeram há poucos dias 2 anos de mandato deste Governo parece-me oportuno, fazer um ponto da situação, sobre a execução daquilo que nos propusemos fazer

gastos 218 mil contos em 1985 e mais de 400 mil contos em 1986.

Acresce que em 1985 foi criada ainda uma linha de crédito bonificada a vigorar até 1988, no montante de 750 mil contos, destinada a financiar obras de abastecimento de água e esgotos.

E de referir, no entanto, que a execução deste programa e a plena utilização de todos estes meios postos à disposição das câmaras pelo Governo Regional, depende essencialmente da iniciativa e da capacidade de os municípios apresentarem projectos viáveis e tecnicamente aceitáveis, capacidade essa que tem vindo a melhorar pelo que se espera uma grande aceleração deste programa nos próximos 2 anos.

Em relação à cooperação técnica com os municípios, muito também foi feito.

No que diz respeito ao FEDER, 7 projectos aguardam aprovação no corrente ano, 4 foram enviados recentemente e 3 encontram-se em preparação.

O montante total de projectos municipais que se encontram em Bruxelas é de cerca de 1 400 mil contos que no caso de virem a ser aprovados serão subsidiados em 55%.

No que diz respeito à formação de eleitos locais foram realizadas em 85 e 86, 6 cursos e seminários para eleitos locais dos municípios e 31 acções de formação para membros de juntas de freguesia num total superior a 500 participan-

A SRAP acompanhou e participou desde o início, assessorando o deputado da Região na Assembleia da República, Dr. Melo Alves, todo o processo de elaboração da nova Lei das Finanças Locais defendendo as soluções mais favoráveis para as Câmaras da Região.

Poder-se-á dizer que a versão final encontrada, que resulta de um compromisso, de todos os partidos, sem ser a ideal é favorável às Câmaras dos Açores que terão aumentos previstos para 1987 de 19,1%, valores estes superiores à média nacional 14,5% fazendo-se assim a justiça que há anos o Governo e as Câmaras dos Açores reclamavam.

Quanto ao recenseamento, e no âmbito do Plano de Actividades da SRAP, foram levadas a efeito em Abril do corrente ano diversas acções de esclarecimento dos autarcas das Juntas de Freguesia, abrangendo um total de 255 participantes, acções essas realizadas em todas as ilhas da Região, à excepção do Corvo.

Por outro lado, e durante o período de actualização do recenseamento (mês de Maio) foram também efectuadas diversas acções de divulgação e publicidade do processo de actualização do recenseamento na rádio, televisão e jornais, cujas despesas orçaram os 418 197\$00.

Em relação à Administração Regional o programa do III Governo apresenta vários vectores e objectivos, a aproximação da Administração do cidadão, melhoria do procedimento administrativo e da gestão dos serviços públicos, a simplificação legislativa, e a defesa da legalidade e transparência da Administração.

Nestes sectores apesar da falta de pessoal qualificado e de uma certa resistência dos serviços em modificar radicalmente as suas atitudes e processos de trabalho, poderemos dizer que já alguma coisa foi feita, alguns serviços têm melhorado e outros criado serviços de relações públicas e de encaminhamento do público, tendo a SRAP organizado em 1986 2 cursos para funcionários que fazem atendimento directo ao público.

Foram dadas pela SRAP sugestões aos serviços para a montagem de caixas de sugestões e de reclamações onde o público possa criticar e sugerir melhorias de funcionamento dos serviços públicos.

Temos conhecimento que há efectivas melhorias nos serviços de atendimento ao público de várias Secretarias Regionais.

Procedeu-se no início de 1986 à informatização da SRAP que lhe permitiu aumentar a rapidez e a qualidade de resposta, designadamente nas áreas do ficheiro pessoal, legislação, ADSE, apoio e acompanhamento da situação económica-financeira das Câmaras.

Estão em curso processos de informatização

em várias Secretarias Regionais, salto fundamental e indispensável à modernização da Administração Regional.

Na área da simplificação e modernização legislativa, procedeu-se à elaboração e apresentação a esta Assembleia de um pacote legislativo sobre concursos, mobilidade de funcionários, criação de serviços e trabalho por turnos, que aguarda apreciação e o que esperamos venham a simplificar o funcionamento da Administração Regional.

Foram aprovados também em 1986 a criação de incentivos de fixação de pessoal qualificado nas ilhas mais carenciadas, e simplificado o processo de atribuição de habitação aos funcionários. Sem ser a solução ideal para o problema da falta de quadros da Região estas medidas constituem um primeiro passo importante para fazer face a este problema.

Encontra-se em fase de conclusão a **alteração das orgânicas das várias Secretarias Regionais** de forma a adequá-las às novas realidades de pessoal e aos objectivos deste Governo.

No que diz respeito à defesa de legalidade e transferência da Administração a Inspeção Administrativa Regional foi reestruturada em 1986, e foi dinamizada durante o meu mandato a sua actividade que desenvolveu um intenso trabalho durante este ano com a elaboração de várias inspecções ordinárias e extraordinárias e Câmaras e a serviços municipais e a elaboração de vários inquéritos, sindicâncias e processos disciplinares em serviços das Administrações Regional como Local.

Está programado para 1987 o início de inspecções ordinárias a serviços da Administração Regional.

No que diz respeito à Protecção Civil e Bombeiros.

Foi dada continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido nas áreas dos bombeiros e que pretende montar uma rede concelhia de bombeiros com instalações e equipamento adequado e que se encontra em vias de conclusão.

No que se refere à Protecção civil é efectivamente a partir de 1985 que tem um grande desenvolvimento na Região, desenvolvem-se as acções de sensibilização à temática de protecção civil, procede-se ao trabalho de inventariação de recursos, meios e carências que se encontra numa fase terminal e que será objecto de tratamento informático, possibilitando aos presidentes das comissões locais de protecção civil o acesso a essa informação através de terminais de computadores instalados a nível concelhio, graças à colaboração e cooperação existente com os serviços de Segurança Social.

Iniciou-se a montagem do sistema de comunicações da Protecção Civil que esperávamos ficasse

concluído em 1986, o que só não aconteceu por ter havido atraso na montagem da antena dos CTT no Faial.

Procedeu-se à aquisição de 400 tendas para alojamento de emergência, procedeu-se à celebração de contratos de cooperação com entidades científicas - Universidade dos Açores - para elaboração de estudos necessários à posterior tomada de posições. Foi dado apoio financeiro a várias entidades que concorrem directamente para a Protecção Civil, designadamente, radioamadores, escuteiros, RDP, (rádio-telefones) RCA - gerador eléctrico.

Procedeu-se à alteração da orgânica de Protecção Civil instrumento legal e fundamental para a melhoria da sua actuação e funcionamento e que com argumentos incompreensíveis e suspeições injustificadas foi sujeito pelo Ministro da República à apreciação preventiva de inconstitucionalidade ao Tribunal Constitucional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não irei maçar mais Vossas Excelências com a descrição de tudo o que foi feito nestes 2 últimos anos, pretendi apenas destacar os aspectos mais relevantes relacionados com o programa do Governo porque a SRAP desenvolveu, para além dessas tarefas, a execução do Regulamento Policial dos Açores que foi elaborado em 1985 e veio preencher um vazio normativo que se arrasta antes de 1975, a instrução de centenas de processos de transgressão, a emissão de passaportes, todo o processo da ADSE dos funcionários, na importação de armas e na disciplina de máquinas de jogos.

Não me cabendo a mim tirar conclusões sobre o trabalho desenvolvido e realizado pelo departamento de que sou responsável, atrevo-me mesmo assim, a dizer que, se é verdade que houve um ou outro sector onde se poderia ter feito mais e melhor, a maior parte dos objectivos deste departamento foram atingidos e atrevo-me mesmo a dizer que a meio do mandato, em termos globais foram cumpridos 50% dos objectivos iniciais.

Para 1987, em termos financeiros o Plano da SRAP está orçado em 890 500 contos; destes, 650 mil estão relacionados com a cooperação técnica e financeira e com a administração local; 200 mil relacionados com o Serviço Regional de Protecção Civil e apoio às Associações de Bombeiros e serviços de incêndio.

Os restantes 40,5 mil contos estão distribuídos pelo apoio aos Serviços Sociais (20 mil); formação de funcionários (10 mil); formação de bombeiros e Protecção Civil (5 mil) e estudos e modernização da Administração (5,5 mil contos).

Para além destes projectos a actuação da SRAP desenvolve-se em áreas e actividades que não são quantificadas em termos de plano porque

são executadas com os meios humanos e materiais financiados pelas despesas de funcionamento.

Em suma, para 1987 com os serviços já devidamente instalados, com o recrutamento de algum pessoal técnico necessário, com determinação e vontade iremos procurar fazer ainda melhor, o que fizemos bem e corrigir o que de mal houve.

Para o Secretário e para os seus colaboradores mais do que o reconhecimento público será a consciência do dever cumprido que os premeará.

Obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma intervenção.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sempre que, ano após ano, abordamos um novo plano do Governo Regional fazêmo-lo com a teimosa esperança - sempre repetida mas sempre frustrada - de encontrarmos os dados que nos permitam determinar, para cada sector da actividade económica e social, o ponto de chegada - se não exacto pelo menos aproximado - do plano exterior, para percebermos o ponto de partida no novo plano.

Nunca pretendemos rigor matemático ou laboratorial nesta informação mas, nos caminhos para onde nos querem conduzir, gostamos de saber o quilómetro em que nos encontramos em cada ano, para, ao menos, vislumbrarmos em que quilómetro se situa a meta.

Até porque, em muito casos, se consta que a caminhada assume a forma de uma corrida, teoricamente, a alta velocidade. E não vemos qualquer razão para correremos a maratona como se fossem os dez mil metros.

Em todo o caso, este ano, a nossa esperança redobrará.

Simultaneamente com o plano para 87 o Governo Regional brindara-nos, finalmente, como o, há muito prometido e reclamado, relatório de execução do PMP 81-84.

O atraso, embora notório, podia ser compensado pela riqueza de informação e, sobretudo, pela perspectiva globalizante que - inevitavelmente, julgávamos nós - nos proporcionaria.

Os relatórios anuais tinham-nos dado as árvores do PMP 81-84. Enfim, teríamos agora a floresta.

Isto mesmo nos prometia a nota introdutória daquele relatório que é apresentado como pretendendo servir para "aquilatar dos efeitos que na economia regional provocaram os investimentos governamentais".

Era exactamente isto que o Partido Socialista, desde sempre, vinha reclamando nesta Assembleia.

Esta reclamação já se tornou mesmo num autêntico "chavão", nas nossas intervenções todos os

anos na discussão do Plano. Teria, finalmente, conseguido algum resultado os nossos repetidos apelos?

Depressa nos desiludimos.

Nalguns planos anuais do anterior PMP, o Governo Regional ainda mantivera alguns tímidos ensaios de previsão sobre os efeitos induzidos na economia regional, pelas acções previstas no Plano.

E verdade que estes ensaios se ficavam pelos efeitos mais óbvios e imediatos. Mas, os responsáveis do planeamento regional em vez de apostarem no seu aperfeiçoamento, decidiram-se pela solução mais fácil, pela sua supressão pura e simples.

Que o relatório de execução do PMP 81-84 nos habilitasse com as informações que nem os planos anuais nem os relatórios de execução, nos facultavam, era o exigível e o razoável.

Como, naquele momento, estava especialmente interessado no sector agrícola, foi neste que procurei os exemplos comprovativos daquele balanço da política do Governo.

Procurei testá-lo com o primeiro dos programas do sector - modernização das estruturas agrícolas. Fiquei a saber que o Governo Regional dispendera de 1981 a 1984, 64,4 milhares de contos, num programa semanal de Rádio; na publicação e difusão de um jornal; em cursos de formação de jovens em economia doméstica e bem estar rural; na aquisição de balanças para pesagem de gado; em apoio financeiro a cooperativas e a empresários agrícolas; na instalação do sistema de dados pelo método de margens brutas.

Fiquei ainda a saber da aplicação em cada ilha da Região, dos 15% daquela verba que foi desagregada.

Enfim, como se vê pelo exemplo, nada que já não soubesse com base nos relatórios anuais de execução. Única vantagem: temos num só volume o que já antes tínhamos em quatro. Se o objectivo fosse apenas proporcionar uma edição de bolso teria sido plenamente conseguido.

A experiência repetida com os restantes programas do sector agrícola - infraestruturas, produção agrícola e sua protecção, produção e melhoramento animal, sanidade e higiene pública veterinária, desenvolvimento, ordenamento e gestão dos recursos florestais - não me proporcionou mais nem melhor informação.

O relatório de execução repetia o mesmo esquema genérico de acções que já constavam do próprio Plano. A grande diferença estava nas verbas. As previstas eram complementadas com as efectivamente dispendidas. Fechava-se assim o ciclo. O que torto nascera, nunca se chegava a endireitar, torto morria.

Por coincidência, por esses dias ouvia eu, através da rádio, o Senhor Secretário da Agricul-

tura e Pescas afirmar:

"O mérito de uma política não se mede pelos seus objectivos e intenções mas pelos seus resultados".

E verdade que o Senhor Secretário falava das pescas, de barcos, de peixe e pescadores, mas por acaso, a mesma regra de ouro não seria válida para o sector agrícola?

Felizmente a própria proposta do Plano/87, nos vem dar uma ajuda preciosa neste domínio. Apresenta, com efeito, alguns indicadores com interesse; alguns deles com carácter de novidade.

Refere, para começar, os resultados provisórios do Recenseamento Agrícola de 1985. Afirma-se que revelam "um elevado grau de concentração na distribuição da superfície agrícola pelas explorações agrícolas. Assim, cinquenta por cento do número total de explorações ocupam 3,6% da área total das explorações, enquanto 4% das explorações correspondem a 50% da área". E acrescenta-se, "em termos comparativos com os resultados apurados no recenseamento agrícola de 1977, observa-se um maior desequilíbrio na estrutura fundiária, aumento do número de explorações de muito pequena dimensão e acréscimo nas áreas de explorações com maior dimensão".

Recordemos que, de facto, em 1977 50% das explorações ocupavam apenas 5% da área total; que 95% das explorações agrícolas ocupavam 50% da área total e que os restantes 50% estavam distribuídos apenas por 5% das explorações.

Continuando as comparações que, de momento, me são possíveis com o recenseamento de 1977, constata-se ainda que a fragmentação e parcelarização fundiária se agravou, passando o número médio de 5 parcelas por exploração, para 6,3. Que a área média das explorações teve o escasso aumento de 4,8 hectares em 77 para 5,3 actualmente.

A este respeito podíamos nos contentar com a apreciação destas distorções como o resultado de uma política (ou falta dela) prosseguida pelos sucessivos Governos Regionais.

Podíamos lembrar mesmo que o discurso oficial reconhece "as deficiências existentes na Região e que se foram agravando ao longo dos anos, sem qualquer intervenção correctiva das distorções que se foram instalando".

Tudo isto, porém, estaria em vias de superação.

A acção conjugada do programa de modernização das explorações, da lei de orientação agrícola e das exigências da adesão à CEE, seriam a chave para a solução destas deficiências da nossa estrutura minifundiária.

Em relação a estas aparentes novas perspectivas, convém acrescentar algumas notas ao simplista discurso oficial.

Em primeiro lugar, lembrar que, a CEE parece

revelar uma notável descontração em relação a esta problemática da reestruturação fundiária. Tal atitude está claramente explicitada no protocolo 24 do tratado de adesão, relativo às estruturas agrícolas em Portugal. Atira para o longo prazo "o fomento do emparcelamento das explorações dispersas e a ampliação das que actualmente não são viáveis". No curto prazo, satisfaz-se com "melhorar as condições de exploração existentes, através de uma melhor distribuição dos recursos disponíveis sem que isso implique uma modificação da dimensão das explorações".

Esta aparente despreocupação da CEE pode ter sem dúvida várias explicações. Mas a persistência desta assimetria nos próprios países da CEE de agricultura desenvolvida não pode deixar de ser uma delas.

Assim, em França, as micro-explorações, as de superfície inferior a um hectare aumentaram de 1955 para 1975 de 8,8% para 12,4%, o mesmo sucedendo às que se situam no extremo superior da escala passando de 7,4% para 18,4%.

Na CEE parece saber-se aquilo que, por vezes, se esquece entre nós, mas que, nos anos 70, um investigador português já demonstrara. Que o produto agrícola bruto por hectare é quase inversamente proporcional à dimensão da exploração. Este era em 1970 de 15.400\$00 por hectare nas explorações com menos de um hectare, de 11.600\$00 por hectare para as de 1 a 4 hectares, de 9,1 contos para as de 4 a 20, de 6,9 contos para as de 20 a 50. E assim sucessivamente em ordem decrescente até ao mínimo de 5,1 contos por hectare para as 200 a 500 hectares.

Não admira pois que no mesmo estudo se tenha concluído que 50% do produto agrícola bruto provinha das explorações inferiores a 4 hectares.

Apesar disso o minifúndio continua a ser correctamente apresentado entre nós como um obstáculo, um travão ao desenvolvimento e à agricultura, ao ordenamento do território e mesmo ao desenvolvimento geral da economia.

As soluções políticas propostas tem derivado sempre desta concepção traduzindo-se no apoio às explorações ditas viáveis, cuja área está sempre acima das pequenas e mesmo grande parte das médias explorações familiares, concentrando nelas o apoio oficial sob diferentes formas (crédito, extensão rural, experimentação).

As tecnologias recomendadas são também predominantemente de natureza produtivista procurando-se obter altas produtividades do trabalho e da terra à custa de elevada utilização de factores de origem industrial em condições óptimas de produção.

Os resultados destas acções não conseguiram tirar a agricultura da crise em que se debate, tendo mesmo agravado a sua dependência de outros

sectores da actividade económica e do apoio oficial, conduzindo-a em muitos casos ao endividamento crónico.

Somos assim conduzidos a uma situação de impasse. Por outro lado, não se apoiam efectivamente os pequenos agricultores familiares porque é preciso primeiro reestruturá-los. Por outro lado, as explorações consideradas viáveis não exploram senão uma pequena percentagem da terra agrícola.

Acrescente-se ainda, que o condicionalismo social que enquadra a agricultura entre nós não favorece o crescimento em área das explorações, não sendo previsível que a estrutura fundiária se altere significativamente nos próximos anos.

Que razões justificam o que se acaba de afirmar? As seguintes:

1. Elevada pressão demográfica sobre a terra: cerca de 30% da população activa na agricultura; desemprego, dificuldades de emigração, retorno de emigrantes.

2. Sistema fundiário cuja principal característica é a estabilidade: pequena percentagem de terra vendida cada ano; sistema de partilhas favorecendo a divisão da terra.

Os operários/agricultores e os funcionários/agricultores não só não vendem a terra que herdaram como ainda aparecem como compradores da pouca terra que é vendida, competindo com os agricultores a tempo inteiro e com os emigrantes.

A integração na CEE, mantendo-se o modelo dominante de desenvolvimento agrícola, tendo como referência a grande exploração, não vai alterar para melhor o panorama da nossa actual estrutura mini-fundiária.

Na realidade, ao previsível agravamento das condições de vida dos pequenos agricultores após a Adesão responderão estes, não com o abandono da terra mas, pelo contrário, com redobrado apego.

E necessário não esquecer que, quanto mais pobre é uma família agricultora maior é a proporção de recursos que dedica a estratégias de sobrevivência.

Henri Nallet - conhecido especialista francês no domínio agrícola - explica este mecanismo de adaptação da pequena exploração agrícola. "O pequeno produtor deve procurar no mercado os bens de consumo e os bens de produção com a quantidade de dinheiro que retira da venda dos produtos do seu trabalho. Sendo-lhe estes últimos, pagos abaixo do seu valor, não consegue estabelecer uma equivalência geral das suas trocas a não ser aumentando a quantidade dos produtos vendidos.

Este aumento da produção consegue-o com o aumento da produtividade dos factores e em espe-

cial do trabalho que é o "factor" mais bem dominado pelo produtor e aquele que determina o valor dos seus produtos.

Para conseguir este fim, ele procura apropriar-se de novas técnicas e utilizar quantidades maiores de bens de produção por unidade de trabalho, quer dizer, a intensificar o trabalho familiar que comanda".

Só esta concepção da pequena produção, que deixa de a considerar como uma forma de produção inferior, destinada a ser destruída pelo capitalismo (teoria dominante) ou como um modo de produção autónomo e articulado (teoria da economia camponesa) e passa a considerá-la como uma forma de produção em relação com outras formas sociais, em que o conteúdo desta relação é definido como a aptidão da pequena produção para fornecer sobre-trabalho, permite tornar inteligível a sua longa história nas sociedades ocidentais e perspectivar o seu futuro.

O desenvolvimento agrícola numa sociedade em mutação passa pela maximização da produção (em termos económicos e energéticos) através da utilização dos recursos e do trabalho disponível.

Nas regiões de minifúndio como a nossa, os recursos em terra agrícola e trabalho estão concentrados, acima de tudo, nas pequenas e médias explorações familiares.

O desenvolvimento só será possível com um sistema técnico e uma política económica que respeite os agricultores familiares na sua individualização própria e lhes ofereça, em contrapartida do aumento de produção (interesse colectivo) melhores condições de vida e trabalho (interesse dos agricultores).

Como proceder então?

A concretização destes objectivos pressupõe:

1. Que se considerem os pequenos e médios agricultores familiares como sujeitos e não como objectos de uma política, o enquadramento cooperativo dos agricultores familiares com respeito pela sua própria autonomia e propriedade da terra, é a primeira e básica condição.

De retomar a perspectiva do socialista Jean Jaurés fazendo a distinção entre a grande propriedade fundiária - forma do capital, e a pequena propriedade - forma do trabalho.

Ou, no mesmo sentido, a de Paul Lafargue: "O pequeno campo é a ferramenta do camponês, assim como a garlopa é a ferramenta do marceneiro. O marceneiro e o cirurgião não exploram ninguém com os seus instrumentos de trabalho, nem têm por conseguinte que recear que lhes retirem através de uma revolução socialista".

2. Um modelo de desenvolvimento centrado nos pequenos e médios agricultores familiares. Uma visão diferente do papel que tem e pode

vir a ter a agricultura de minifúndio.

Com efeito, esta agricultura não só exerce determinadas funções, geralmente esquecidas (produção de géneros alimentares para a família, habitação, manutenção e produção da força de trabalho industrial e dos serviços) como pode modernizar-se, intensificar a produção, ser eficiente e competitiva.

Para isto, porém, impõe-se que se satisfaçam determinadas condições. Eis algumas:

1. Uma política de rendimentos e preços vantajosa e compensadora do ponto de vista dos agricultores.

2. Criação de melhores condições de trabalho, em particular no que respeita à diminuição do esforço físico.

3. Respeito integral pela sua condição de produtores autónomos.

4. Seja assegurada a satisfação dos valores de uso que os agricultores têm como objectivos com a existência da exploração, nomeadamente a alimentação e a habitação.

A agricultura familiar tem características complexas de uma forma de produção e de economia doméstica. Nela pode - como alguém disse expressivamente - "plantar-se" tecnicamente errado, mas "planta-se" sempre socialmente certo. A sua lógica não é a do máximo lucro, mas a do máximo emprego.

Recordemos, porque vem a propósito, que foi precisamente a perspectiva própria desta lógica da exploração agrícola familiar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista procurou introduzir num dos artigos da LOA, acrescentando aos critérios técnicos e financeiros da exploração agrícola, os critérios sociais.

Esta perspectiva foi rejeitada pela maioria desta Assembleia. Não nos admiramos.

Há duas correntes de pensamento económico-político que nunca puderam aceitar nem explicar a teimosia da pequena exploração agrícola em sobreviver. Uma delas é o marxismo ortodoxo.

Marx, Engels, Lenine sempre entenderam que "a tendência fundamental do capitalismo reside na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria como na agricultura". A frase é de Lenine.

Notemos que este processo era, tanto uma característica do capitalismo, produtivista ou empresarial da agricultura.

Um dos seus teorizadores no nosso País é o Professor Vaz Portugal que considera pernicioso para a agricultura portuguesa insistir "nas designações de pequeno e médio agricultor e não na empresa e empresário agrícola" e cuja fórmula para a solução dos nossos problemas agrícolas é "menos gente, trabalhando menos áreas". (vidé agricultura em Portugal daquele

autor).

Se nos recordarmos que o Senhor Secretário da Agricultura e Pescas é ilustre discípulo e colaborador daquele professor e que ele próprio e a sua equipa colaboraram na elaboração da LOA, percebemos como a concepção atrás expandida, está nos antípodas de que enforma aquele diploma.

Convirá apenas recordar que aquele modelo de produção intensiva imposto, por exemplo em França nos últimos 20 anos é hoje considerado incapaz de assegurar pelas suas próprias virtudes técnicas uma superioridade decisiva em matéria de rendimento e produtividade sobre as outras formas de produção.

E ainda, que ele foi realmente eficaz apenas num aspecto: na diminuição drástica da população activa agrícola.

Apesar de, fartamente demonstrada como a única consequência inevitável daquela concepção produtivista da agricultura, sabemos como a maioria regional se recusa a assumi-la. Recusa-se a encarar as consequências do malthusianismo económico-social que mais ou menos conscientemente professa para a nossa agricultura.

5. Existência de um aparelho de enquadramento que assegure o escoamento da produção e o aprovisionamento em factores de produção.

6. Técnicas apropriadas, ecologicamente adaptadas e economicamente viáveis.

E a técnica que se deve adaptar ao agricultor e aos meios de que ele dispõe em solos, clima, mão de obra, disponibilidade financeira, e não o agricultor à técnica.

A procura de vias e modelos alternativos para o desenvolvimento da nossa agricultura minifundiária, muito particularmente após a integração na CEE com a consequente competição que implicará, impõe a rotura com a concepção dominante de ver a agricultura e os agricultores em diferentes domínios desconexos (no cálculo económico, no sistema técnico, no ordenamento do território, nas relações com a indústria).

Impõe-se uma visão de conjunto que analise as explorações agrícolas não como unidades isoladas, mas como elementos em interacção, articuladas com instituições integradoras e tendo por base um sistema tecnológico adequado às condições concretas em que os agricultores trabalham.

Só assim será possível criar sistemas produtivos competitivos, abandonando a simples cópia de modelos de outros países ou regiões, assegurando-se não só maior autonomia alimentar, mas também proporcionando melhores condições de vida às populações rurais.

Só assim se conseguirá não repetir entre nós aquilo que o antropólogo Henri Mendras, afirma: "A maioria das reformas na agricultura, foi aplicada em consequência de um decreto do

poder envolvente, perseguindo um objectivo que era o seu e não o dos agricultores. Certamente que esse objectivo podia ser o de se conciliar com eles, mas sempre para os inserir dentro de um projecto político que era o do poder e não o deles; sociedade dominada, a sociedade camponesa pode continuar a sê-lo mesmo na sua emancipação".

Sabemos hoje, que as perspectivas políticas subjacentes ao programa de modernização das estruturas agrícolas não tem nenhuma afinidade ou relação, a não ser meramente formal, com as perspectivas aqui delineadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Continuando a nossa busca dos pontos de partida dos programas desta proposta de plano para 87, na tentativa de visualizarmos os seus pontos de chegada, vamos deparar na pág. 24 com uma estatística referente a 1985, dos hectares ocupados pelas principais culturas arvenses e forrageiras. E, ao lado, uma nota que esclarece ter havido uma progressiva redução da área de cultivo das espécies arvenses, devido principalmente ao avanço rápido da pastagem e das culturas forrageiras.

A discrepância entre os adjectivos que caracterizam a redução - progressiva - e o avanço da pastagem - rápida - despertam, à partida, alguma suspeita. Nunca pensámos, porém, que nota tão ligeira escondesse uma catástrofe agrícola de tamanha dimensão. Saliento que a designação de catástrofe não é uma designação retórica. É a única palavra adequada.

Na proposta do plano para 86, refere-se a cultura do milho como a que tem o maior peso no conjunto das culturas tradicionais "ocupando uma área compreendida entre os 17 mil e os 19 mil hectares".

Mesmo sabendo que uma proposta de plano é um documento político com objectivos exclusivamente políticos, nunca me atreveria a pôr em dúvida a veracidade desta informação. Tanto mais que, outro documento que sempre consideramos como exclusivamente técnico - "Situação Sócio Económica" de Outubro de 1985 do DREPA - nos confirmava como área semeada de milho nos Açores, em 1980 17.043,6 hectares, em 1981 17.324,2 hectares, em 1982 18.777,2 hectares.

Comparem, Senhores Deputados, estes números que, em 1985 nos eram fornecidos como exprimindo a extensão da cultura do milho na Região, com aqueles que constam da pág. 24 do actual plano.

O que lá está são 5.099 hectares de milho-grão e 2.777 hectares de milho forrageiro. O que, tudo somado representa menos de metade da área que, em 1985, o Governo Regional nos "impingia" como verdadeira.

Confesso que não sei o que mais me espanta! Se a "mentira" da estatística que orienta as decisões políticas deste Governo. Se a "mentira" de uma política que em 1986 nos prometia "libertar áreas ocupadas com pastagens, cuja aptidão é para a produção de origem vegetal" (plano/86 pág. 109), e, em 87 nos vem falar em "auto-abastecimento" e maior diversificação cultural".

Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas, permita-me uma sugestão para o próximo plano/88. Reduza o planeamento do sector agrícola apenas a dois programas: a um programa de apoio ao sector de produção de leite e carne, contendo os actuais programas 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35 e a outro programa florestal, e traduzirá melhor a verdade do seu plano. Assim, pelo menos, não corre o risco de se iludir e de nos iludir. Deixemos de fingir que nos preocupamos com o equilíbrio entre a agricultura e a pecuária e com o autoabastecimento.

Deixemos, igualmente, de nos preocupar com manter, ainda, algum equilíbrio na balança alimentar regional. Até porque os números constantes deste plano, revelam que, provavelmente, já ultrapassamos o ponto de "não - regresso".

Bastará comparar os números das restantes culturas arvenses em 1981 e 1985.

	1981/hectare	1985
Trigo	525	138
Batata	5.608,2	2.744
Fava	3.133,5	399

Quanto ao feijão, ao tremçoço, à cebola, à batata doce, ao inhame, o Governo Regional, no seu jeito único de misturar "alhos com bugalhos", num ano fornece-nos dados sobre as quantidades produzidas e noutros anos as áreas semeadas, acrescentando a ignorância oficial à ignorância quase total em que devem estar a cair os nossos agricultores quanto às técnicas culturais adequadas para estas produções.

Mas será possível mesmo erguer algum dique contra a avassaladora onda verde da pastagem e da mono-cultura?

No mínimo seria de exigir a definição e estabelecimento de quotas de produção e de preços por meio de contratação da produção para as culturas que, efectivamente se quisesse proteger, por forma a oferecer a possível estabilidade à produção e regularidade ao abastecimento.

A verdade é que a política agrícola deste Governo não é a de orientar a produção, mas a de tentar simplesmente acompanhá-la reduzindo a Região, a curto prazo, a exportadora de dois únicos produtos - o leite e a carne - e a importadora de todos os outros.

Mas já que assim é, seria de exigir a clarifi-

cação de uma vez por todas, dos seguintes pontos nebulosos, da política agrícola deste Governo:

1. Qual a perspectiva que se vai impôr quanto à produção leiteira? A da Secretaria Regional do PMP/85/88, propondo-se a estabilização e contenção da produção leiteira em 3% ao ano, ou a dos industriais do sector que fazem do aumento quantitativo daquela produção, uma das chaves para integração com êxito do sector na CEE, em virtude da inevitável exigência futura da fixação de quotas de produção?

Na actual proposta do plano, já se fala apenas em aumento da qualidade e quantidade. A opção já passou de "menos, mas melhor" para "quanto mais, melhor"?

2. Tem a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas algum plano claro quanto à estrutura de produção da indústria de lacticínios que, de ano para ano, se vem mantendo oscilante entre a opção-queijo, por um lado, e a opção-leite em pó e outros derivados, por outro?

3. Como se explica ou justifica os atrasos escandalosos na concretização das estruturas regionais de abate, quando os abates de gado bovino registaram, em 85, um acréscimo de 17,3% a acrescentar a um acréscimo de 12,1% no ano anterior? E, mais ainda, a exportação de gado vivo teve um aumento espectacular de 43,2%, em 1985. Será que interessa mais, proteger um bom negócio para alguns, do que construir as infraestruturas que permitiriam reter na Região o máximo de valor acrescentado possível?

Nem sequer as condições mínimas de funcionamento estão satisfeitas nos chamados matadouros industriais da Terceira e S. Miguel, para já não falar nas obras de Santa Engrácia de algumas casas de matança de algumas ilhas para as quais só em 87 se prevê a elaboração de projectos.

4. Na última reestruturação da sua orgânica, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas eliminou do seu quadro os serviços de extensão. Ou seja, acabou-se com os técnicos de formação e divulgação, com o pretexto de cada técnico é um divulgador. É um pouco como, na nossa sociedade acabar com as estruturas de educação-formal (as escolas) com o pretexto de que todos somos professores. A CEE veio obrigar, a Secretaria a recuar neste projecto. Pois parece óbvio que se todos somos professores, nem todos servem para professores. Também aqui se terá terminado definitivamente, com a política de um passo em frente seguido de dois passos à retaguarda? Também se espera pela CEE, para começar a concretizar de forma sistemática, "a sensibilização agrícola a nível do ensino primário e a formação agrícola ao nível do preparatório e secundário?"

5. O programa do Governo de maioria prometia "promover um desenvolvimento agrícola efectivo e sustentado das ilhas económica e socialmente mais desfavorecidas". Que traços se encontram

neste Plano/87, nos programas, nos projectos, nas acções ou nas verbas a aplicar, do cumprimento desta obrigação assumida nesta Assembleia?

6. Nos primeiros anos desta década tudo apontava para um crescimento notável da produção de suínos e do desenvolvimento da industrialização e comercialização dos seus derivados, como se explica que, também aqui, este Governo tenha conseguido inverter de tal forma aquelas perspectivas de modo a que o abate de suínos decresceu em 85, 20,9%, situando-se a níveis superiores aos de 1983? Não esqueçamos que "favorecer o crescimento da produção suína", era um dos objectivos sectoriais do PMP 85/88.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A formulação destas questões é apenas uma das formas possíveis de mostrar que este Governo não consegue acertar o passo numa política coerente para a produção e transformação de leite, para a produção e transformação de carne, para se organizar internamente ao serviço da agricultura de todos os Açores e de cada uma das ilhas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A resposta a esta pergunta, de certo que não bastará, por si só, para reconduzir a Secretaria da Agricultura à via real do desenvolvimento global, harmónico e equilibrado da nossa agricultura, mas talvez ajuda a perceber a opinião que têm da Secretaria, aqueles que analisam a sua política agrícola não pelos objectivos e intenções, mas pelos resultados.

(Aplausos do PS e do CDS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Freitas para uma intervenção.

Deputado Mário Freitas (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais, Srs. Deputados:

Esta Assembleia é uma vez mais chamada a pronunciar-se sobre o Plano e o Orçamento do Governo Regional e desta vez para o ano de 1987.

Trata-se do penúltimo ano de vigência do Plano 1985/1988 oportunamente aprovado por este Parlamento e que, verdade seja dita, não retardado na sua execução, apesar de muitos e turbulentos acidentes de percurso terem impedido uma atempada e normal implementação por parte do Governo. É de justiça reconhecê-lo.

Neste momento não desejo nem é meu propósito fazer um exame exaustivo dos diversos programas do Plano até porque estou de acordo, com o Parecer emitido pelas respectivas Comissões.

Não posso, no entanto, deixar de referir-me de maneira muito aprofundada - até para não exceder o tempo regulamentar - a alguns sectores mormente aqueles que maior incidência

têm na ilha que represento. E já agora uma nota para que fique aclarada a posição que estou a tomar. Segundo o nosso Estatuto, o deputado, uma vez eleito, é, por força do que nele vem regulamentado, deputado do todo regional. Isso não o inibe, nem deve ser cláusula proibitiva, da posição que possa tomar em defesa dos interesses do Círculo que o elegeu. O contrário, em meu entender, seria defraudar o próprio eleitorado que nele, o deputado eleito, acreditou por o considerar o mais legítimo defensor dos seus direitos, anseios e reivindicações.

Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais, Srs. Deputados:

Congratulo-me com o facto da Ilha do Pico estar em terceiro lugar, na ordem decrescente, no Programa de Investimentos do Governo. Isso não quer dizer, porém, que seja vultuosa a verba global que é atribuída à Ilha, tanto mais que se trata da segunda em área e aquela que se encontra na quarta posição (a escassos seis pontos da ilha do Faial...) no sector populacional é, ainda, a que mais esquecida andou durante séculos e que mais calamidades sofreu esses anos todos com as erupções vulcânicas, abalos sísmicos, ciclones, vendavais e enchentes de mar, secas e outras pragas que provocaram **anos de fome** como ficaram conhecidos na tradição popular.

Se há sectores contemplados, tais como sejam os Sociais, a Educação, a Saúde, a Segurança Social, a Cultura, a Formação Profissional e Habitação, Urbanismo e Ambiente; e nos sectores Económicos: a Agricultura, Silvicultura e Pecuária, as Pescas, os Transportes e Turismo; nada existe nos sectores da Indústria, do Comércio e Abastecimentos que contemple a ilha.

O sector do Turismo merece, sem agravo, um reparo. Sabido que o imóvel construído pela Siturpico está implantado na zona portuária da Madalena, impedindo naturalmente o desenvolvimento dos respectivos parques, será aconselhável promover-se a sua ampliação, tanto mais que se trata de uma construção incaracterística que não se integra no ambiente arquitectónico da vila e se encontra mesmo mal localizada? Porque não outro sítio? Na Madalena claro.

No Plano está prevista a construção de uma variante de meio quilómetro na estrada regional à saída da vila das Lajes. Para quando o início das obras? Será que isso se concretizará no ano de 1987, dada a circunstância de ainda não ter sido iniciado o processo de expropriação dos terrenos a acupar?

O aeroporto do Pico está dotado com uma verba para melhoramentos das infraestruturas. Porque é vaga a designação e facilmente pode permitir

um "desvio" ou transferência da dotação (desvio entre aspas, entenda-se), importa perguntar se tão exígua verba vai permitir o aumento da pista, como é reclamado, e a adequada adaptação à eficiente e segura utilização pelos aviões que demandam aquele aeroporto, pois toda a gente sabe que se trata de uma pista que está colocada no cimo da escala das penalizações, com o desvio, este autêntico, dos aviões para outros aeroportos?

Penaliza-nos também a nós e às gentes do Pico não ver a ilha contemplada pelo Sector Industrial. Será que o Pico jamais poderá ter indústrias que permitam a criação de postos de trabalho para a sua população jovem, já agora bastante afectada com a falta de emprego a que a leva a emigrar, mal acaba a escolaridade obrigatória, para as outras ilhas, deixando a terra-mãe cada vez mais velha e incapacitada de desenvolver-se? (Aqui presto homenagem aos homens que têm procurado desenvolver a indústria das conservas, dos lacticínios e construção naval, esta com a ajuda governamental). As pescas e a agricultura, dois sectores importantes e de larga influência económica, não vão possibilitar o emprego da população jovem que todos os anos sai das escolas. Até porque a adaptação daquelas actividades às exigências da CEE, com a obrigatoriedade de adopção de modernos processos de trabalho e instalação de equipamento adequado, são por natureza limitados a um número restrito de trabalhadores. Demais, não é uma agricultura entregue a uma dúzia de jovens que vai possibilitar a abertura do mercado de trabalho a centenas deles.

Mas ainda não acabei. Impressionou-me a denominação do projecto geotérmico Pico/Faial. De que projecto se trata, afinal? O Pico tem de facto condições geotérmicas que permitam a instalação de uma central de produção rentável?

E porque me estou a reportar à energia eléctrica, alegrou-me a informação que me foi fornecida pelos serviços respectivos. Vai ser posta a concurso, muito em breve, a construção da central térmica do Pico e nela instalada uma potência energética da ordem de 2MW. Numa segunda fase a potência a instalar seria igualmente de 2MW. Neste momento já estão adquiridos os terrenos e concluído o projecto da central. Prioritário está, felizmente, o aproveitamento da Lagoa do Paul e Caldeira de Santa Bárbara, cuja central será equipada com a potência produtora de 1,7MW o que permitirá o fornecimento de cerca de um quarto da energia consumida na ilha. Os estudos preliminares estão concluídos, a elaboração do projecto está em processo de adjudicação, o financiamento deste empreendimento está garantido por entidades alemãs. Também sabemos da decisão da EDA em colocar a curto prazo um novo gerador, antes da construção da nova central, o que muito

nos apraz e tranquiliza.

Com este dizer só desejo congratular-me e julgo que os picoenses me acompanham, pois estou confiante nos propósitos da EDA, decidida a encarar de frente e uma vez por todas o gravíssimo problema do abastecimento de energia eléctrica às populações picoenses e acabar, de uma vez por todas, com as situações angustiosas e críticas que até agora se tem vivido e sofrido.

Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais, Srs. Deputados:

Vou terminar. Não o faço, todavia, sem uma palavra de aprazimento e de concordância ao Plano e Orçamento apresentados pelo Governo. Os reparos que aí ficam perdem-se concerteza na amplitude de um projecto global que, uma vez em execução efectiva, há-de valorizar e promover substancialmente o todo regional. E sobretudo isso que importa, pois não somos avaros ou mesquinhos nem sofremos de **bairrismocite** que nos impede de ver a realidade e de aceitar os condicionalismos de uma Região que, formada por nove parcelas todas elas carenciadas, exige um esforço e uma atenção que só homens de craveira para cima da vulgaridade são capazes de enfrentar e de para elas encontrar as soluções adequadas com os poucos recursos que lhe são proporcionados.

Estamos, afinal, todos a trabalhar para o bem comum, para o bem-estar do povo dos Açores. Não se trata de uma figura de retórica mas de uma realidade incontestada. Fazêmo-lo com entusiasmo, com alegria e como necessário e indispensável esforço e aturado trabalho. Não estamos a defender posições pessoais ou a desejar salvar guardas inoportunos interesses políticos. Está nas nossas mãos o desenvolvimento, o progresso, a promoção sócio-económica da Região Autónoma dos Açores.

Saibamos compreender a tarefa difícil e responsável que nos foi distribuída pela população açoriana, pois só essa importa estudar, defender e analisar com calma e inteligência neste Parlamento. Que ninguém de boa fé o conteste!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao analisarmos o Plano para 1987 ficamos com a sensação de que em muitos aspectos estamos a reler algo que já foi tratado nesta Assembleia, pelo que, a primeira tentação, é, exactamente, também repetir os mesmos comentários que havíamos feito no ano anterior.

Porém vamos enveredar para uma despretenhosa

reflexão sobre o conteúdo do Plano.

A primeira impressão é que para além da riqueza dos objectivos gerais sistematicamente enunciados e solenemente assumidos nestes dias, anualmente reservados para o efeito, nos restantes, destinados exactamente a atingir tais objectivos, pouco se avança nesse desiderato, o que estamos certos em parte se dever à excessiva absorção do Governo nas suas tarefas de rotina.

Não quer isto significar que o Governo não vá dispendir os 20 milhões de contos precisos na área do Plano, e, obviamente, por maioria de razão, os outros 18 milhões de contos respeitantes, sobretudo, ao seu custo de funcionamento.

Pelo contrário a grande certeza que podemos ter hoje é que pelo orçamento de despesa se vão pagar cerca de 35 milhões de contos durante 1987.

A outra previsão segura é que o Governo para a continuação das suas obras públicas, muitas delas infraestruturas indispensáveis, enquanto outras já de duvidosa utilidade e prioridade, continuará a beneficiar de uma boa cobertura financeira, o que tem introduzido uma saudável estabilidade orçamental e de tesouraria, graças à crescente solidez da estrutura das receitas regionais.

Porém, conclui que o Governo vai ter capacidade para gastar pelos menos 35 milhões de contos em 1987, é coisa muito diferente de aceitar que os objectivos enunciados neste documento, chamado Plano, irão ser minimamente atingidos e isto por duas ordens de razões:

- Por um lado muitos dos objectivos são de facto irrealistas, constituindo meras construções teóricas e pretensiosamente elaboradas sem o mínimo de consonância com o programa de investimentos do Governo.

- Por outro lado, as características da nossa economia, a sua dependência e divisão em 9 sub-espacos mal dimensionados e economicamente estanques, associada a uma forte limitação das competências dos poderes públicos em áreas fundamentais da governação, impõe, necessariamente, uma maior modéstia no controlo e definição dos objectivos a atingir.

Mas outras limitações haveria a relevar, porém, deliberadamente, não demos ênfase a uma terceira componente possível de introduzir e que se prende com a incapacidade patenteada por alguns sectores governamentais para desenvolverem a política mais adequada face às situações que se lhes deparam e aos meios financeiros que dispõem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pelo exposto não podemos concordar com a visível tentação de recheiar um documento, duma Administração como a nossa, tão limitada nas

suas competências, com as construções teóricas típicas das administrações centrais em que os objectivos são determinados em função dos instrumentos de política que lhe são peculiares.

Artes, de uma vez por todas, temos de nos convencer que o modelo regional está excessivamente sujeito a variáveis exógenas que são fundamentais para a determinação dos principais objectivos que academicamente se tem vindo a reivindicar para a fundamentação da política regional.

Por exemplo: quem não se lembra, nesta Assembleia, do relevo que ainda há pouco tempo o Governo Regional atribuía nos grandes objectivos do seu Plano à política ou contenção da inflação.

Mas o facto é que agora, apesar dos preços, na Região, estarem a crescer a ritmo mais baixo, felizmente, não se constata que o Governo Regional tenha chamado a si o mérito de ter alcançado aquele objectivo através do cumprimento das medidas e acções previstas nos seus planos.

Pelo contrário, aceitando criticar os comentários que já havíamos apresentado nesta Assembleia, o Governo, neste Plano Regional, pôs o assunto no seu devido lugar e teve o bom senso de inscrever o seguinte:

"A política de controlo da inflação pressupõe uma conjugação de efeitos de outras políticas que não a de controle de preços, como é o caso das políticas cambial, monetária e fiscal que escapam à competência dos órgãos de Governo próprio da Região.

Porém, é vontade firme do Governo prosseguir em 1987 uma política respeitante aos preços fixados administrativamente que também conduza à contenção da inflação global."

Ora bem, queremos pois com este exemplo, aqui, claramente afirmar, que concordamos com esta forma, tecnicamente correcta e politicamente séria, de colocar as questões e de as situar num patamar adequado a um plano de âmbito regional.

Pelo contrário, na mesma linha de raciocínio, não podemos concordar nem aceitar que se mantenha noutros domínios uma pretensamente e sofisticada elaboração que, para o observador médio, apenas aumenta as dúvidas quanto à consistência do Plano. Estamos certos que o futuro demonstrará o empirismo do modelo que infundamentadamente se pretende deixar acreditar.

Mas **vejamos ainda o exemplo** de um destacado compromisso que este plano encerra nas suas opções de desenvolvimento. Lê-se a determinada altura:

"A estratégia de desenvolvimento económico com o horizonte de médio prazo deverá ser condicionado à fixação da variável emprego num valor situado entre os 1.500 e 2.000 novos postos de trabalho/ano que situará a taxa de desemprego

a um nível de cerca de 4%."

Trata-se pois - e a afirmação é nossa - de um dispensável palpite.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Somos pela quantificação de objectivos, mas só quando a mesma se afigura tecnicamente possível e politicamente fundamental.

Caso contrário, preferimos a mera enunciação de tendências ou a honesta justificação da sua impossibilidade, como se observa na proposta de Orçamento.

Mas a própria introdução de correlações entre objectivos e orientações de política económica deve ser ponderadamente reflectida e coerentemente desenvolvida.

Senão, vejamos, as situações, a que podemos ser conduzidos.

No anexo ao Plano e no âmbito do Programa Geotérmico, a respeito do projecto de S. Miguel prevê-se como acção mais importante o estudo dos resultados da fase de pesquisa/avaliação e decisão sobre a continuação do projecto. Em relação aos outros projectos, o da Terceira, está em vias de ser negociado tal como o ano passado e o do Pico/Faial tem o início da execução prevista para 1988. São estes os dados de programação governamental.

Portanto pode-se concluir que o ano de 1987 será fundamental para se decidir sobre a continuação ou não do programa, isto é: a conclusão da "fase de risco".

Ora bem, pois nas opções de desenvolvimento consagradas no Plano para 1987 estabelece-se que a aceleração da execução do programa geotérmico é susceptível, entre outras medidas, de propiciar o investimento privado. Há que reconhecê-lo.

Estamos assim e aqui perante uma imprudente articulação de medidas e objectivos em perfeita ignorância da programação e do seu desenvolvimento temporal.

Não nos podemos esquecer que estamos a analisar o Plano de actividades a implementar entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 1987, e quanto mais apreciamos o enquadramento da programação prevista neste documento, mais percebemos que o que lá se diz deixa muito a desejar e dificilmente terá a ver com o que se vai realmente passar em 1987.

E uma grave deficiência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Podemos ainda desenvolver um pouco mais a nossa reflexão.

Como se vê no Plano, entre as grandes orientações de política económica que se perfilam encontra-se o aumento do peso do investimento privado no investimento global.

Trata-se dum saudável desejo para quem se viu na necessidade de ter que expressar no Plano com relevo a sua opção pelo sistema de economia de mercado, embora corrigido.

Porém, refere-se antes que: "o reforço da participação do sector privado no aumento do investimento pressupõe a existência de condições propícias à formação de poupança. Será preciso aumentar a capacidade de autofinanciamento das empresas, estimular o reinvestimento. Tarefa que as políticas financeira e fiscal devem assegurar sendo por isso cada vez mais urgente a aplicação na Região de um sistema fiscal adequado às necessidades de desenvolvimento da sua economia.

Se assim é, e julgamos que sim, como vai o Governo atingir aquela grande orientação. Se está exactamente dependente da implementação do sistema fiscal.

Será que em 1987 o Governo Regional já vai pôr em prática um sistema fiscal adequado às necessidades de desenvolvimento da economia regional. É propósito que consideramos impossível.

Mas, mesmo que o conseguisse quando é que os efeitos se fariam sentir?

Resta assim ao Governo Regional a política de subsídios, cujo sistema de incentivos está demonstrado ser insuficiente e inadequado.

Por isso, mais uma vez vem o Executivo anunciar o seu propósito de combater a provada ausência de procura dos apoios governamentais através do reforço do sistema de incentivos. Porém, deve-se com toda a legitimidade interrogar o Governo sobre a eficácia de tal medida já para o ano económico de 1987, sabendo-se que este tipo de actuações requer um desfazamento acentuado para se pensar em qualquer impacto significativo na economia beneficiada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como se vê são as ditas opções de desenvolvimento que por si respondem negativamente às perspectivas que se oferecem às grandes orientações de política económica.

Sem isto, o Governo compromete-se mesmo a que o investimento privado cresça em 1987 a uma taxa superior à do investimento público. Ora, embora as despesas do Plano não correspondem integralmente a investimento, o facto é que estas envolvem a uma taxa de 25%, o que só por si constituirá dificuldade adicional para o objectivo governamental.

Mas as restantes orientações de política económica não são menos irrealistas ou infundamentadas. Analisemos mais um caso.

Perfila-se o aumento do fluxo comercial entre as várias ilhas no quadro de um sistema de transportes que evite a multiplicação de escolas ou trajectos.

Folheando o plano não se encontra na verdade nenhuma medida especificamente dirigida ao aumento do fluxo comercial entre as ilhas e nas políticas sectoriais da área dos transportes para além das infraestruturas históricas, só aparecem os também históricos subsídios às concessionárias de transportes.

Por isso não descortinamos nada que fundamente esta grande orientação de política económica.

Ademais, o diagnóstico que integra o documento do Plano nem faz referência aos fluxos comerciais entre as várias ilhas.

Pergunta-se mesmo se o Executivo Regional possivelmente conhece com rigor os actuais fluxos comerciais entre as ilhas a programação do seu aumento é um esforço escusado e um acto de planeamento infundamentado.

Por último o Governo tornou a eleger como grande orientação da política económica a diversificação da produção primária e secundária.

Na primeira deve o Executivo pretender a almejada orientação sobretudo no sector agrícola.

Mas como atingir tal desiderato se o mesmo é perseguido há dez anos a esta parte e gradualmente se assiste à crescente diminuição do leque da produção regional.

Que novas medidas estruturais anuncia o Executivo para justificar o diversificação da produção agrícola?

A nossa crescente dependência dos mercados exteriores no abastecimento de produtos essenciais é preocupante, confirmando-se a gradual especialização da nossa produção, num constante caminhar para a tradicional monocultura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Arredada que está a correspondência entre os grandes objectivos enunciados e os investimentos estabelecida, resta-nos apreciar com alguma exigência de coerência a forma como o executivo nos apresenta a sua programação, agora referenciada num capítulo como "Medidas de Desenvolvimento".

Importa aqui ter presente que o grande mérito deste documento deveria ser habilitar o órgão máximo da Autonomia Açoriana com a informação útil disponível sobre cada programa e o desenvolvimento do mesmo em projectos devidamente fundamentados e com as respectivas dotações.

Ora, tal como em anos anteriores o Governo não fez nenhum esforço adicional para atingir em alguns sectores um grau aceitável de desagregação das verbas, incluindo a afectação espacial.

Neste último aspecto nota-se que 7,6 milhões de contos, quase 40% da dotação do Plano, não estão espacialmente desagregados.

Isto só por si podia não ter significado especial se correspondesse integralmente a projectos ou acções com um âmbito regional.

No entanto, facilmente se verifica que para

aquele montante contribuíram omissões e lacunas na previsão de verbas cujo destino e incidência espacial deveriam estar previamente determinados.

Assim, enquanto no sector da Educação a programação se encontra genericamente bem desenvolvida e com um notório esforço de afectação de verbas às acções previstas, o que proporciona que apenas 3,4% da dotação se situe no não desagregável. Já no sector da Saúde se apresenta 46% da verba requerida no não desagregável. Isto é, todo o programa de apetrechamento de unidades e serviços de saúde está apenas com uma verba global. E o interessante é que se enumera as unidades a serem contempladas e obviamente as ilhas em que se localizam. Por conseguinte recusamo-nos a aceitar que neste caso não haja uma programação detalhada do custo das acções a desenvolver, por parte da Secretaria.

Se assim é, então como se justifica este saco de 600 mil contos.

Outro caso flagrante situa-se no Programa 25 - Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e Serviços de Incêndio que totaliza 127 mil contos e não afecta 1 sendo às acções enumeradas e às Ilhas onde se inserem. Isto é tanto mais incompreensível, quanto estes elementos existem e estavam totalmente disponíveis como o provou a Comissão dos Assuntos Políticos e Administrativos desta Assembleia. Aliás, o mesmo aconteceu relativamente ao Programa das Autarquias, com uma dotação não desagregável de 580 mil contos, que representa 90% do programa e com um pequeno esforço poderia também ter feito parte da programação aqui presente a esta Assembleia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais importante do que a desagregação espacial é a adequada justificação de cada programa e a indispensável informação sobre o seu conteúdo.

Infelizmente, neste particular, a situação dos documentos parece ainda bem pior.

Programas e projectos de grande impacto têm no Plano conteúdo ridículo.

Vejamos alguns exemplos:

Para a cobertura televisiva pede-se 100 mil contos e diz-se no **Plano**: Realização de estudos preliminares. Construção de infraestruturas.

Por outro lado solicita-se 65 mil contos para dotação de capital estatutária de empresas em que a Região detém responsabilidades e não se diz sequer quais as contempladas no projecto.

O programa geotérmico, considerado um dos mais importantes para além de se afirmar que 1987 será o da conclusão da "fase de risco" nem tão pouco se faz referência ao consórcio internacional que está subjacente e ao papel e responsabilidades que a Região assume no mesmo.

O Programa dos Portos foi feito por rigorosa

fotocopiadora do exemplar do ano anterior com destaque para o Porto das Flores, quando neste preciso momento o Governo continua sem saber o que vai fazer, embora amanhã de manhã já tenha tudo devidamente estudado. É **simplesmente** o cúmulo.

Em contrapartida no sector da Agricultura, pormenorizadamente programada, fica-se a saber, por exemplo, que se vai construir em 1987 2.500 metros de valetas, 7.000 metros de canalizações e 11.960 m² de tanques bebedouros, distribuição de 600 colmeias e produção de 100.000 pés de plantio de ananás. É este o modelo rigoroso, tecnicamente evoluído, que este Governo apresenta a esta Câmara. É este desequilíbrio que se constata com pouco rigor, ao longo deste documento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com algum rigor temos que concluir que o que mais caracteriza este Plano é o desequilíbrio que o mesmo patenteia quer a nível da compatibilização dos objectivos quer no desenvolvimento da sua programação.

Com isto, e é preciso que fique bem claro, não quero significar que boa parte das aplicações que o Governo Regional pensa fazer das verbas que tem ao seu dispôr seja uma má aplicação. Diria até que o bom senso e a evidência das carências determina um consenso em relação a muitos investimentos.

Porém, estamos a discutir o documento que nos foi entregue e é sobre ele que vamos votar.

Mal de nós se transformamos, sistematicamente este ritual num exclusivo voto de confiança ao Governo. Para isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, existem figuras regimentais próprias.

Gostaríamos de ver aqui um documento, mais simples que fosse no seu palavreado, mas com mais substância e informação no seu conteúdo, e sobretudo, com uma uniformização de método e de desenvolvimento.

Aliás, o que se nota, e isso deve ser dito, é que, em regra, cada Secretário Regional parece dar mais atenção e põe mais cuidado na intervenção oral que faz neste Parlamento durante a discussão, do que nos diversos meses que dispõe para preparar e fundamentar este documento que nos é presente.

Assim se explica que após a aprovação da LOA nesta Assembleia, agora nem uma palavra se desenvolva no Plano sobre a execução daquele instrumento legal.

Assim se explica que, em matéria de política de preços, em que o Governo tem uma acção administrativa, nada se refira neste Plano, quando o Governo tem um fundo de abastecimentos com um orçamento de milhões de contos e nem tão pouco explica a esta Assembleia a sua política neste domínio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O problema não é ser contra ou a favor do Fundo de Abastecimentos, ou da política que o mesmo desenvolve, o problema antes de mais, é esta Assembleia Regional, órgão máximo da Autonomia, sede dos legítimos representantes do povo dos Açores, ter que ler uma qualquer entrevista nos jornais para ficar a saber, eventualmente, qual é a política de preços do Governo Regional, quando agora, mais ou menos passivamente, esta Assembleia Regional dá o seu aval a um documento chamado plano que nada lhe diz neste domínio como em outros.

Será que o grau de exigência desta Câmara se limita a considerar que, por exemplo, este plano define claramente uma política de desporto quando contém um programa para 3 infraestruturas desportivas, uma acção de formação para treinadores e uma jornada de intercâmbio com as Canárias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma fraca Assembleia faz um forte Governo. Nós pela nossa parte queremos contribuir para fortalecer este Executivo. Mas para isso, o nosso grau de exigência tem de ser outro.

Não com meras objecções políticas ou infundadas desconfianças, mas com aproximações correctas a uma equilibrada partilha do poder entre um órgão legislativo que deve responsabilizar-se conscientemente pela política a desenvolver pelo Executivo por forma a poder também correctamente exercer a fiscalização e o acompanhamento que lhe são próprios.

Para isso, impõe-se também que se legisle o processo de aprovação destes documentos nesta Assembleia.

Agora que Governo e Assembleia têm consciência de que estes documentos não podem ter apenas uma apreciação global neste Parlamento, há que encontrar, por nós próprios, a forma adequada de, equilibradamente, tratarmos estas matérias.

A falta de vontade desta Assembleia para se dignificar a si própria, neste domínio, pode-lhe custar uma forte humilhação, quando lhe for imposto do exterior os mecanismos adequados ao exercício das suas legítimas competências. Também neste aspecto formal parece que não houve a capacidade de antecipação que se impunha.

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do CDS, PS e PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E apenas para dar uma resposta ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que aqui ficou por dar no primeiro dia de debate, e como prometi que daria as respostas a que não tive tempo de responder,

darei agora, relativamente às receitas fiscais, designadamente quanto ao seu crescimento.

Recordo-me que o Sr. Deputado aqui apresentou uma taxa de crescimento relativo ao período considerado entre 1984 e 1987. O Sr. Deputado disse que o último número que tinha disponível que era de 1984 ou 1985...

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Secretário, agradeço a sua intenção de me responder, mas julgo que não fiz nenhuma referência a taxas na minha intervenção que acabei de fazer. Não é a isso que o Sr. Secretário se refere!?

O Orador: Não Sr. Deputado! E em relação à sua pergunta que fez no primeiro dia.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Eu julgo que não perguntei nada referente a taxas.

O Orador: ...Relativamente à taxa de crescimento das receitas fiscais, o Sr. Deputado referiu que, os dados disponíveis que tinha, em relação a 1984 era de 6,5 milhões de contos, depois tinham crescido para 10 milhões de contos e que agora se apresentava o crescimento de 17 milhões. Não foi o Sr. Deputado que disse isso!? E verdade ou não!? O Sr. Deputado diga ao microfone que é verdade!

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Eu não tenho que dizer que é ou não verdade. Eu tenho que dizer é que uma vez que o Sr. Secretário deu informações adicionais, na medida em que começou com uma introdução que me parecia que não tinha nada a ver com aquilo que eu tinha perguntado, agora vejo que, efectivamente, se refere à questão que coloquei sobre a subida vertiginosa das nossas receitas fiscais que atingem 17 milhões de contos. Portanto ficou enquadrado na minha pergunta e agradeço, de facto, a resposta.

O Orador: Muito obrigado por ter confirmado.

Relativamente a esta questão, eu devo dizer que está explícito, como o Sr. Deputado viu, no Orçamento e refere-se a um imposto que foi criado, chamado "Imposto Valor Acrescentado" - é um imposto sobre a despesa, o Sr. Deputado sabe o que isso significa e portanto dispense-me de esclarecer o que isso é - e que tem um crescimento apreciável. Se o Sr. Deputado tiver ocasião e paciência para folhear o Diário da República, verá quais são os critérios a que obedece a determinação dessa receita para a Região, embora as taxas sejam mais baixas do que as praticadas no Continente. Quando digo taxas, refiro-me ao "Imposto Valor Acrescentado".

O valor que aqui está previsto de cerca de 9 milhões de contos, é o valor que resulta dum critério que foi acordado com o Governo da República que, independentemente das taxas mais

baixas, nós teríamos um valor de receita equivalente à capitação. Isso consta do Diário da República.

Portanto, explica-se assim esse crescimento, não se trata propriamente de ir retirar aos contribuintes uma parcela muito apreciável do seu rendimento, numa excessiva tributação com o agravamento dos custos da insularidade, na medida em que, exactamente por isso, aqui o imposto é aplicado com taxas mais baixas.

O Sr. Deputado agora, por estas palavras, retirará o resultado da conjugação das permissas.

Quanto à sua intervenção, eu apenas quero agradecer ao Sr. Deputado, propósitos que eu acho louváveis de querer fortalecer este Executivo e de querer que esta Assembleia funcione com um grau de exigência compatível com esse objectivo. Sr. Deputado, isso é louvável! O Governo acha que é assim que deve ser. Mas, exactamente por isso é que nós podemos transformar dificuldades que nós apontamos na determinação dos indicadores, dificuldades que nós apontamos na quantificação dos objectivos, agora pegar nessas nossas palavras para as transformar em impedimentos da quantificação, julgo, Sr. Deputado, que aqui é que já não estamos no mesmo plano de exigência; já não estamos no mesmo plano de seriedade.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto à observação que o Sr. Secretário fez à minha intervenção, acho que nem devo pronunciar-me, na medida em que tive o cuidado de calmamente fazer a leitura do meu texto, que mantenho, e parece-me que está claramente demonstrado as afirmações e as conclusões que lá faço.

Em relação à resposta que o Sr. Secretário deu, relativamente à pergunta que eu tinha solicitado no início da discussão do Plano, para além de lhe agradecer a atenção de aproveitar a oportunidade para me responder, queria referir que, como o Sr. Secretário muito bem percebeu, a minha dúvida não estava nos fundamentos para o crescimento da receita fiscal a nível do Orçamento Regional - julgo que até está suficientemente esclarecido no próprio Orçamento -, mas sim, respondendo um pouco à letra a uma frase que o Sr. Secretário tinha utilizado no seu discurso de apresentação que, segundo creio, dizia: "quanto mais vai para o Estado, menos vai para o indivíduo e para o desenvolvimento", que eu concordei e só fiz lembrar que, nesse capítulo, haveria que dar a esta Câmara uma explicação adicional sobre o impacto que se possa prever na economia, proveniente desse crescimento das receitas fiscais da Região.

Também é bom referir que se, na óptica da Região, esta circunstância contribui de forma muito saudável para a consistência das contas regionais e para o almejado equilíbrio, e na óptica do Sr. Secretário Regional das Finanças, deve-lhe dar alguma satisfação apresentar a estrutura do actual Orçamento, comparado com as estruturas anteriores e nisso julgo que estamos todos cientes. Também não nos podemos esquecer (o reverso da medalha) é do impacto que efectivamente isso pode ter a nível dos agentes económicos e a nível das famílias. E facto, que o Sr. Secretário referiu que as taxas nos Açores serão menores. Permita-me que lhe diga, isto para mim tanto me importa, da análise que estou fazendo, o facto é que para o ano de 87, e para quem observe este Orçamento, há um significativo acréscimo de transferências dos particulares para os cofres públicos. Isto tem muito a ver com o aumento da poupança que o Plano sugere, na medida em que toda a estratégia assenta no dinamismo e no papel que venha a ser exercido pelo investimento e sobretudo pela iniciativa privada e assenta na necessidade do crescimento da poupança.

Seria engraçado que esta Assembleia apreciasse os efeitos macro-económicos derivados desse aumento de transferências dos particulares ou das famílias para o Estado. Pode haver aparentemente uma contradição entre esse objectivo e a política orçamental do Governo. Obviamente que o Sr. Secretário pode dizer: é que nós, Governo, somos a parte que menos intervém na estrutura do nosso Orçamento. É importante que isso seja dito a esta Assembleia.

Por isso pessoalmente olho para o Orçamento, que este ano nos é apresentado, um pouco com melhores olhos e até tive oportunidade, na minha intervenção, de fazer um cotejo a considerar que a linha orientadora do que vem no Orçamento parece-me bastante distinta da linha orientadora do Plano; até parece que foram feitos por pessoas diferentes; até parece que o Orçamento tem uma responsabilidade e o Plano, eventualmente, terá uma responsabilidade mais repartida. Talvez seja isso! Não sei! O facto é que eu subscrevo a modéstia e a procura da verdade, que resulta dos textos presentes ao longo do Orçamento e repudiu a prepotência das palavras que enquadram o Plano que aqui nos foi presente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E apenas para um esclarecimento muito breve relativamente a uma expressão que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro acabou de usar.

Nós temos alguma influência no nosso Orçamento.

Cuidado! É evidente, nós temos que contar com a despesa e o que é preciso ver, é que nós relativamente às despesas temos uma orientação que é exclusivamente nossa, o que já não significa quanto à receita. Temos procurado ao longo destes anos de autonomia - e o Sr. Deputado sabe isso muito bem - fazer com que a nossa receita cresça, seja ela fiscal - e já vou dizer como - seja ela decorrente de transferências do Estado. Isso tem sido feito, não só promovendo a criação dos aumentos de receitas relativamente aos acordos e tratados internacionais, e o Sr. Deputado sabe de quem tem sido a iniciativa para a denúncia de alguns acordos e para o aumento da receita doutros acordos e tratados internacionais, como designadamente o aproveitamento dos fundos que hoje decorrem do FEDER e do FEOGA, por via da integração dos Açores na CEE. A receita para 1987 é de 3 milhões de contos em previsão. Este ano rondou já os 2 milhões de contos e já recebemos esse dinheiro. Portanto, isto foi um esforço muito grande no acréscimo da nossa receita, que não tem um impacto directo no bolso do contribuinte regional, porque não é retirada desse bolso; vem do exterior. Aqui afastamos o impacto económico. Pelo contrário são recursos financeiros líquidos que advêm ao nosso território.

Por outro lado ainda e relativamente à receita fiscal, o Sr. Deputado sabe que nós temos procurado obter o máximo de rendimento com um mínimo de custos e o IVA é um exemplo concreto disso.

Como é que nós vamos buscar o máximo de receita - e o Sr. Deputado obrigou-me a dizer isto - com um mínimo de custo para a Região Autónoma dos Açores. Portanto, se a nossa influência é diminuta quanto a algumas variáveis macro-económicas, como o Sr. Deputado referiu, pegando em texto que nós afirmamos, usando as nossas próprias palavras; quanto à possibilidade de fazer aumentar essa receita, a nossa influência tem sido determinante e os resultados estão à vista.

Muito obrigado.

Presidente: Parecendo não haver mais intervenientes sobre este assunto, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão e análise, quer do Plano a Médio Prazo, quer dos Planos Anuais, tem como objectivo primeiro definir as grandes linhas de orientação política a nível Regional, bem como os grandes empreendimentos capazes de gerar mais riqueza, logo maior desenvolvimento sócio-económico.

Por várias razões, direi, por razões de ordem de dimensão geográfica e humana, essa lista

de investimentos vultuosos situa-se no eixo S. Miguel-Terceira, se bem que adjacente a essa linha, as outras ilhas também dentro da sua própria realidade, vão assistindo ao lançamento e concretização de iniciativas importantes para o seu desenvolvimento.

Poderá parecer, por vezes demasiado "caseiro" trazer a esta Tribuna, pequenos problemas de ilhas, quando para outras, felizmente tais situações nada representam.

Julgo no entanto, que é no aflorar de todas as situações - dos pequenos e grandes problemas - que se poderá actuar com maior justiça e objectividade.

Daf o ser saudável despir a "casula" de Deputado Regional e vestir a "batina" de Deputado do círculo, também aquando da discussão agora em análise. Tal atitude atenda-se - sempre bem acolhida, nesta Casa - exprime igualmente um contributo e uma participação, para que em conjunto, tenhamos a consciência de que os pequenos projectos se devem enquadrar, eles também numa escala de prioridades, definidos de acordo com as carências mais marcantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A percentagem de 2,3% do Orçamento Regional, que o Plano para 1987, aponta como tocante à Ilha de S. Jorge, levanta-nos várias preocupações e algumas interrogações face ao futuro da ilha inserida no contexto regional.

Tais preocupações atenuam-se um pouco, quando ao olharmos o Orçamento Regional, encontramos uma verba não desagregável da ordem do 38% do respectivo Orçamento, o que quanto a nós permite corrigir, durante a execução do respectivo Plano, algum erro de distribuição que possa ter existido aquando da elaboração do documento que agora nos confrontamos.

Vamos aprovar este Plano e Orçamento para 1987, congratulando-nos duma forma especial, com a perspectiva do início **da construção do porto das Flores bem como o aumento da respectiva pista**, obras que, se entendem, como prioridades regionais.

Vamos aprovar este Plano, no pressuposto e com a convicção de que alguns investimentos, são possíveis de se iniciar em S. Jorge, durante o período de execução do Plano, **refiro-me à construção da Casa de Matança da Ilha, cujos terrenos já foram adquiridos** e cuja obra, concluído o projecto, tem de avançar de imediato, para satisfazer necessidades prementes e apontadas desde há vários anos, em sucessivos Planos Anuais.

Por outro lado, acreditamos convictamente, que possuindo já o Governo Regional o projecto de **ampliação do Porto Comercial de Velas**, o mesmo seja efectivamente posto a concurso e

iniciadas as respectivas obras no ano de 1988.

Dar-se-á assim resposta, a uma vontade objectiva manifestada desde há muito pelos Jorgenses, cumprindo-se também um dos objectivos apontados no programa do III Governo para 1984-1988.

Também acreditamos, pela relevância que tal obra tem nas pescas, visto ser o único porto de abrigo da Costa Norte da Ilha, que **o acesso e arranjo do porto da Fajã do Ouvidor**, será um facto conseguido, no período de vigência deste Plano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A análise e discussão do Plano, deve servir também para reflectir e perspectivar o que se fez e o que se poderia fazer. Deter-me-ei a reflectir um pouco, no que se fez durante estes dez anos de Autonomia Regional.

Na área sob a tutela da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, o trabalho realizado é extremamente positivo. Poderemos com optimismo encarar a possibilidade do restante das infraestruturas necessárias ao bom funcionamento de todos os serviços serem lançados a concurso durante 1987 e 1988.

Não querendo descer ao pormenor direi, como exemplo, que no sector da infância, contaremos a muito breve prazo com quatro jardins de infância distribuídos de forma a fazer-se a cobertura total da ilha.

No sector da saúde - apenas isto - quem já só teve um enfermeiro e hoje conta com 8 médicos e 12 enfermeiros, sente quanto positivo tem sido o caminho percorrido.

No sector da Segurança Social, o serviço prestado aos utentes, ao longo da ilha, atesta também o realce que nos merece a acção da SRAS naquela ilha.

Mas analisando outras áreas da acção governativa, concluímos que longe vai o tempo em que se corria à farmácia, à mercearia, à bomba de combustíveis, ao armazenista do gaz ou da farinha, arrecadando quantidades de produtos que formavam autênticos "stocks particulares" principalmente por parte daqueles com bolsas mais recheadas, em desfavor dos mais desprotegidos.

Felizmente hoje o problema do abastecimento, faz parte do passado, para benefício da população.

Falando da Região, não poderei deixar de referir nesta análise, o esforço e os reflexos positivos da resultantes que se notam claramente num sector tão fundamental para a criação de riqueza e dignificação da classe - refiro-me ao sector das pescas.

A obra realizada até ao presente e as perspectivas para o futuro, devem merecer da parte de todos nós um claro e inequívoco apoio à política seguida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A autonomia regional, que encontra no Parlamento a sua mais genuína expressão de autenticidade e representatividade, vai muito além do quanto se inscreve e executa num Plano ponderado e apresentado pelo Governo Regional, cuja acção, reconheça-se tem sido norteadada pelo serviço positivo prestado ao Povo Açoriano.

A autonomia, tem permitido e fomentado um conhecimento mais correcto da realidade regional e uma aproximação mais estreita entre todos os Açorianos. A autonomia não é um mito, ou uma miragem, é uma realidade viva e actuante com energia suficiente para ir somando vitórias de desenvolvimento, mesmo que dessas vitórias façam parte, pequenas derrotas.

As dificuldades do presente, encenadas e representadas essencialmente por actores que não conhecem o palco da vivência regional, sabermos responder nesta Casa e nas nossas ilhas, com a serenidade e a firmeza que caracteriza o nosso povo.

O nosso projecto - de região - da realidade ilha, repetidamente aceite pelo povo açoriano, conduz-nos, à ideia de que este é o caminho correcto, para um futuro, que todos os açorianos devem participar e ajudar a construir.

Não se iludem aqueles que pensam que o projecto autonómico, é uma frágil planta semeada em terra arenosa derrubável ao mais pequeno sopro do vento da incoerência, do saudosismo ou da "continência servil", não, dez anos passados deram a essa pequena planta a parte e a consistência de uma árvore repleta de frutos amadurecidos, pela esperança e pela certeza, de que seguimos o rumo certo, conduzidos pelas nossas ideias livres e democráticas acreditando nos homens e aceitando quem nos governa, sem subserviência, mas com respeito, solidariedade e a certeza dos objectivos.

Faço votos que na comemoração dos 20 anos da nossa autonomia aqueles que ocuparem as bancadas, da já então sede definitiva da Assembleia Regional, ponham na sua actuação, na sua convivência democrática, o mesmo empenho e o mesmo respeito, que hoje, nesta Casa, professando ideias e ideologias diferentes, procuramos e conseguimos nos momentos mais cruciais deixando de parte o supérfluo e uniamo-nos todos no mesmo projecto o desenvolvimento dos Açores, o reforço da autonomia e a consolidação da democracia.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Já ia adiantado este anuviado e marulhoso mês de Novembro, que um poeta designou como a cidade dos crisântemos esquecidos, e ainda algumas traineiras da nossa habitual frota pesqueira teimavam na captura de tunídeos com algum sacrifício e concomitante proveito.

Para lá de uma certa emulação que nada tem de condenável, bem pelo contrário, é até elogiável; para lá de uma férrea vontade que visa atingir números "record", constata-se, à evidência, que uma nova mentalidade, um estilo diferente perpassam no mar dos Açores em mil novecentos e oitenta e seis. Homens e barcos na senda do progresso!

E esse binómio homem-barco que, com aperfeiçoamentos e apoios, consolidarão e, progressivamente, otimizarão aquilo que nos habituámos a apontar como a nossa maior riqueza: o mar que nos rodeia.

O mar que nos rodeia onde assenta a nossa Zona Económica Exclusiva, pressuposto essencial para uma política de pescas, património precioso a salvaguardar. Nestes novecentos e trinta e oito mil quilómetros quadrados joga-se, também, o futuro económico da Região Autónoma dos Açores.

A salvaguarda desta Zona Económica passa por uma fiscalização apertada que deve merecer total empenhamento por parte do Governo Regional e prioridade em acordos a estabelecer quer a nível nacional quer a nível internacional.

E certo que Portugal, hoje membro de pleno direito da Comunidade Europeia, tem forçosamente de entrar em acordos bilaterais com os seus parceiros, alguns deles fortemente equipados e com apetências expansivas no sector pesqueiro. Aqui também a firmeza nas negociações e no direito ao usufruto das contrapartidas, por parte da Região, é fundamental.

E nesta reserva marítima com a condicionante de sermos ilhas dispersas com índole e hábitos comportamentais distintos que se cria e executa uma política Regional de Pescas.

A política global da Secretaria Regional para o sector, delineada na proposta do Plano para mil novecentos e oitenta e sete, reforça os parâmetros que norteiam a estratégia traçada a médio prazo assenta, sobremaneira, na valorização progressiva do tal binómio homem-barco com os indispensáveis apoios.

Para pesquisar tão vasta zona, para capturar tunídeos que, como sabemos têm características migradoras exigindo longos percursos de milhas e milhas para a sua localização, para pescar com regularidade e relativa segurança nos bancos conhecidos era urgente a modernização da nossa frota, a construção de novos barcos melhor apetrechados e muito mais competitivos. Foi o que se fez. E foi um passo importante já que a nossa frota tradicional estava, em parte, ultrapassada e caduca.

Encetaram-se estudos, confrontaram-se situações, aproveitou-se a muita experiência na matéria e os barcos construídos, os que estão em fase de acabamento e os que virão, proximamente a construir-se revelam, para já, características que os impõem: óptimas condições para as tripulações, alguma autonomia, proporcionando melhor conservação do pescado e perfeita adaptação aos nossos mares e ao tipo de pesca usado pelos homens da albacora (A vardasca). Quanto aos cercadores, embora o seu perfil esteja definido, falta a prova dos nove para se ver como é. Os apoios concedidos com vista à modernização e reconversão da frota pesqueira foram acertados e, felizmente, não caíram em saco roto. E motivo para nos congratularmos.

Há, precisamente, um ano, nesta tribuna, defendia a modalidade de atribuir novos barcos a pescadores qualificados, como uma medida oportuna e corajosa embora exigindo um empenhamento total de ambas as partes. Os factos vieram comprovar o acertado da medida e da afirmação. Os dois Pérolas (o da Manhêna e do Calhau) capturaram mais de mil toneladas de atum. Foi bonito! Outros barcos atingiram ou aproximaram-se de números nunca antes alcançados. Por isso não admira: em mil novecentos e oitenta e seis entraram nas indústrias transformadoras da Região Autónoma mais três mil e quatrocentas toneladas de tunfdeos que em mil novecentos e oitenta e cinco.

Neste ritmo é possível, se os nossos interesses forem devidamente acautelados, atingir a metas perspectivadas. E também, mais uma vez, ninguém me levará a mal se manifestar aqui o meu orgulho pela capacidade demonstrada pelos pescadores da minha ilha que mereceram, sem dúvida, a confiança neles depositada pelo Secretário Regional da Agricultura e Pescas. Foram homens do mar e, sobretudo homens do Pico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este surto de modernização exige simultaneamente, uma mudança na mentalidade dos nossos pescadores, uma viragem que aponta para uma nova forma de "estar na pesca". E o elemento homem do binómio atrás referenciado.

E certo que, normalmente, o nosso pescador é um técnico-prático, filho do mar revoltado e traíçoeiro, de rosto tisonado e com gosto a sal. Aprende no barco. A borda é a carteira. Mas isso não é tudo. Ele é homem. Com uma profissão que tem de ser dignificada.

Infelizmente é na classe piscatória que o analfabetismo atinge proporções preocupantes, classe piscatória, invariavelmente conotada com a miséria e o alcoolismo. Já repararam que a bolsas de miséria detectadas em algumas das nossas ilhas proliferam precisamente em centros

piscatórios. Porquê? A pesca não dá? Há hábitos incrustados que não se dissipam? E fatalismo crónico?

No concreto das ilhas as assimetrias, neste âmbito, são flagrantes. O pescador do Pico e do Faial poderá, em muitos aspectos, ser diferente do pescador tradicional de S. Miguel. Mas, em qualquer caso, é profundamente injusto que à riqueza dos nossos mares, tão apregoada e defendida, se contraponha a pobreza cultural e social de quem nele trabalha.

Neste caso vertente, uma sugestão e um protesto.

Uma sugestão no sentido de a Secretaria Regional da tutela envidar todos os esforços para que jovens das zonas piscatórias mais afectadas pela pobreza na ilha de S. Miguel venham pescar à experiência nas traineiras que constituem o grosso da nossa frota e que, estão sediadas no Pico e no Faial.

Vêm madeirenses. São bem-vindos! Vêm continentais. São bem-vindos! Mais bem-vindos seriam aqueles que são das nossas ilhas e vivem em circunstâncias difíceis. Há empresários que franqueiam os seus barcos. A Cofaco é um exemplo. A Secretaria tentou, no início da presente safra estabelecer um protocolo com esta finalidade. O meu aplauso. Não conseguiu. Paciência. Mas há que tentar de novo. Sabemos que há hábitos adquiridos, vícios arraigados, conformismos arrepiantes. Poderão surgir problemas. Senhor Secretário: Não desanime.

Para lá da solidariedade, há um factor importante: E a pesca a ajudar e a libertar os próprios pescadores.

O protesto. O meu protesto por, ainda não se vislumbrarem perspectivas da inclusão no curriculum escolar dos ensinos preparatório e secundário disciplinas de âmbito técnico, cujos parâmetros estejam directamente relacionadas com as pescas nos nossos mares. O que se diz em relação às pescas tem pleno cabimento em relação ao artesanato ou à agricultura num esforço de diversificação e atendendo às características de cada ilha.

Quem tem vocação para as variadas profissões vai para a escola acalentar o gérmen, preparar a concretização de um sonho. Na vertente piscatória, o fado e o destino empurram para a borda de um barco. Não está certo! A pesca também pode ser uma vocação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Para que o binómio homem-barco funcione em pleno, há que haver apoios, incentivos, infraestruturas, todo um conjunto de meios que permitem e proporcionem uma maior rendibilidade.

A proposta de Plano para mil novecentos e

oitenta e sete aponta nos objectivos sectoriais: Determinar as capacidades reais da pesca da Zona Económica Exclusiva para uma melhor exploração dos recursos marinhos, continuando para isso as acções de investigação. Investigação que não pode sofrer intermitências, abrandamentos ou desfazamentos. É uma acção contínua e da vanguarda! Indicadora e norteadora para investidores e pescadores sobre os recursos marinhos e suas potencialidades de desenvolvimento.

A vertente piscatória tem, na investigação científica a mola real do seu desenvolvimento. Pesem alguns esforços feitos neste sector, fica-se com a sensação nítida de que a investigação não acompanha, com acções de vanguarda. O desenvolvimento das pescas na Região. Muitas coisas se fizeram, e bem feitas, mais por conhecimento de experiência do que por linhas orientadoras emanadas do sector de Investigação.

A implementação deste apoio essencial passa pelo relançamento do polo Universitários da Horta que não deve ficar-se por um mero laboratório experimental de pequenas dimensões. A Secretaria Regional necessita de dados científicos para prossecução das suas metas. A investigação está centrada no polo da Horta. Há carências? Não se faz investigação sem investimento, sem verbas, sem apetrechamento técnico e humano. Há melhoria? Concerteza. Por exemplo, tomaram-se medidas cautelares importantes mas as perguntas afloram: Há estudos científicos que nos permitam avaliar os stocks existentes e a sua racionalização? (refiro-me, naturalmente, ao peixe de fundo). Foram pesquisadas outras áreas para além dos tradicionais bancos conhecidos e assinalados? Outras espécies cujas capturas seja rentável? Veja-se o caso concreto da pesca ao espadarte que a Secretaria implementou numa fase experimental e com bons resultados. Espadarte que parece ter no mar dos Açores o seu santuário, que pode ser uma nova fonte de receitas para a Região e que apenas era capturado por pescadores desportivos ou por barcos estrangeiros que em raids à socapa pilham o que é nosso sem qualquer contrapartida.

As metas apontadas, no sector das pescas, não se compadecem com empirismos nem com aventureirismos disfarçados. A hora é de arranque, envolvendo todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

No domínio das infraestruturas há na Região inúmeros portos de pesca, alguns com condições, outros sem quaisquer condições.

Com a construção do porto de pesca de Ponta Delgada, com a reserva de uma moderna zona de pesca no porto oceânico da Praia da Vitória e com a possibilidade de abrigo no novo porto

da Ilha das Flores, o Arquipélago fica com uma cobertura completa em relação à recepção de pescado e reabastecimento da frota. O que permitirá indubitavelmente, o aumento das capturas, a poupança de combustível e o encurtar progressivo da sazonalidade da actividade piscatória.

Quanto aos pequenos portos, quase um santuário de freguesias e lugares é de realçar o esforço feito no sentido da sua conservação e reparação bem como do seu apetrechamento um guincho e pequenos guindastes que permitam uma varagem sem sobressaltos e em moldes mais acessíveis. No entanto queria chamar a atenção para erros que têm sido cometidos na melhoria dessas infraestruturas. Trata-se, sem dúvida de pequenos portos, não se podem exigir grandes investimentos mas de certo que, em alguns casos, sem dispêndio de mais verbas, os arranjos teriam ficado mais funcionais com outro acompanhamento técnico e com um conhecimento mais profundo da cada caso "in loco". Refiro-me concretamente ao porto de S. Mateus do Pico. Não podia deixar de o fazer, porque os portos da fronteira do Pico são um escape de sobrevivência. Fizeram-se, fazem-se e vão continuar a fazer-se pela fronteira do Pico evacuações de doentes. Naturalmente que um porto é o escape para a sobrevivência. Se ele fosse concertado embora eu saiba que a verba tem que ser aquela - com cuidado permitiria que uma lancha pudesse acostar e pudesse levar um doente, como aconteceu, por exemplo, na sexta-feira da penúltima semana. Havia um doente a evacuar, não havia avião, a lancha não podia vir pela Madalena, a maré estava baixa em S. Caetano e o porto de S. Mateus é impraticável para um lancha.

Eu creio que, desculpem ter que dizê-lo, com boa vontade e com o mesmo dinheiro o arranjo poderia ter ficado melhor. E preciso, de facto que haja um acompanhamento, por parte da Secretaria, dos arranjos dos pequenos portos.

A nós do Pico onde, em relação às infraestruturas, quase tudo quando começou foi um erro, mas há que ter paciência, há que colmatar, a nós do Pico onde o porto de pesca era de passageiros e o de passageiros é de pesca e o que era de pescas só serve algumas pescas, a nós do Pico resta-nos a esperança de que um dia a Ilha dos grandes pescadores terá um porto com um P grande. Até lá paciência, há que fazer uns arranjos!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O aumento do nível de vida das populações um dos objectivos preconizados no Plano para 1987 passa não só pela valorização dos recursos humanos em relação à frota pesqueira mas também pela transformação do pescado capturado nos

nossos mares o que é importante na perspectiva de trabalho-emprego e permite o lançamento de produtos de qualidade no mercado internacional com a chamada da Região e consequentes benefícios. Aliás é a única caminhada possível e lógica.

Resta aguardar com serenidade que a política da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas não sofra oscilações nesta matéria e que os grandes investimentos programados no sector não tornem a Região num mero trampolim de pescado a exportar para outros mercados apenas com proveitos chorudos para alguns intermediários.

Na medida do possível dos Açores deverá sair um produto final que muito nos honre permitindo o tal aumento de qualidade de vida a todos os intervenientes no processo.

Gostaria de lembrar nesta abordagem ao Plano para mil novecentos e oitenta e sete que em 1986 apenas em dois, três dias a nossa frota ficou retida por saturação das unidades conserveiras. Há verbas consignadas para a conclusão do entreposto frigorífico da Horta, a construção do entreposto frigorífico da Madalena, manutenção e aumento da capacidade das instalações de frio já existentes.

E as empresas conserveiras continuam a aumentar a sua capacidade.

Embora em alguns casos a dependência da energia seja impeditiva do funcionamento "do frio" espera-se que em 1987 ou, pelos menos em 1988 as habituais anomalias desapareçam.

Uma questão fundamental nos apoios ao sector: Se perguntarmos aos responsáveis conserveiros, debatem-se com o gravíssimo problema da irregularidade, escassez e custos altíssimos dos transportes o que afecta grandemente o seu funcionamento. Apenas um exemplo em relação aos custos: um quilo de sal que na origem custa 4 ou 5 chega ao Pico por 15\$00. E demais.

E um problema de solução difícil mas os transportes são, neste momento, um dos grandes óbices a um mais acelerado desenvolvimento regional.

Melhorá-los e adequá-los é um imperativo imediato.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Não poderia terminar esta intervenção sem realçar a revitalização dos estaleiros de Santo Amaro do Pico, cadinho de autênticos mestres na arte de bem construir embarcações. Experimentados, conhecedores dos mares que nos rodeiam crivados de ciladas e incertezas, lançaram por aquela rampa estreita e velhinha embarcações esbeltas, preparadas para o bom e o mau tempo em vários canais e que muito contribuíram para o avanço nas pescas e melhoria nas condições no tráfego inter-ilhas. Confrontados com outros

mestres, de outras paragens, cada vez mais os admiramos.

Andou bem a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas em apoiar, estimular a sua revitalização. E uma indústria, são postos de trabalho, mantém-se a arte, a tradição, beneficia o Pico, beneficia a Região!

Um desejo: Que a próxima Semana das Pescas seja, se possível, melhor que a anterior. "As Semanas" são importantes neste desafio de anos!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

As pescas não estão num mar de rosas. Também há espinhos. Mas são mais as rosas que os espinhos e o seu odor inebria-nos na esperança do progresso, bem estar social, melhores dias para todos os Açorianos.

Eu vou fazer outra intervenção, por motivo de tempo tem que ser agora, relacionada com as pescas, mas sobre outro assunto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fui um dos subscritores da proposta recentemente aprovada, na Assembleia Municipal da Madalena, e que visava a atribuição por parte da Câmara, da chave de honra da Vila à firma "Cofaco", pela passagem dos seus 25 anos de instalação no concelho.

Fi-lo na convicção de que tão honroso galardão assenta perfeitamente, à Empresa à qual não só a fronteira mas toda a Ilha do Pico devem natural reconhecimento.

Digamos que estes 25 anos de prata foram oiro para toda uma população que directa ou indirectamente beneficiou da acção da Cofaco.

Os alicerces foram lançados ali para os lados da Areia Larga. Eram várias as opções. Ficou na Madalena, mas, sobretudo, ficou na Ilha. E começou quase do nada, discretamente, sem espaventos, em flagrante contraste com algumas empresas que, fundando-se em fachadas e tectos, infelizmente, ruíram porque as bases não eram seguras.

O atingir 25 anos de actividade em pleno crescendo só foi possível pela implementação sistemática de uma regra preciosa: os saldos sempre aproveitados para novos investimentos precisamente no local onde tiveram origem.

Agindo deste modo a Cofaco chegou a 1986 com um património na Areia Larga, Madalena, Pico, que inclui para além de uma frota de treze traineiras empenhadas na frota do atum, uma empresa moderna transformadora de pescado, a melhor do país no ramo, tudo avaliado em mais de um milhão de contos.

No ano corrente, na época da safra, a empresa teve ao seu serviço 208 mulheres, 46 homens

e os seus barcos foram tripulados por 180 pescadores. Laborou em 86, 3.274.309 quilos de tunfdeos.

A Cofaco é uma empresa privada visando lucros imediatos e a prazo mas para além do mérito no acerto dos investimentos, coube-lhe, dadas as suas características específicas, um papel importante no desenvolvimento sócio-económico do Pico, nomeadamente, a sua fronteira: fixação das pessoas evitando êxodos maciços; modificações em estruturas fundamentais marcadas por um acanhamento asfixiante não sei se propositadamente; ajudas nunca regateadas a organismos sociais e culturais; abertura de novos postos de trabalho e conseqüente aumento da estabilidade económica; um melhor nível de vida para os trabalhadores da terra e do mar.

Mais. É incontestável, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a Cofaco pode orgulhar-se de protagonizar o sopro renovador e o arranque esperançoso que envolve o sector das pescas na Região Autónoma dos Açores.

Embora os seus accionistas residam no Algarve, a Cofaco quase se pode considerar uma empresa verdadeiramente Açoriana nas suas acções e nos seus projectos, talvez, graças à visão, dinâmica do seu principal responsável na Região, Francisco Pessanha, a quem presto homenagem neste momento, por ser o grande obreiro de uma das mais importantes e bem orientadas empresas privadas a colaborar no desenvolvimento Regional. Um desejo: que a outra unidade transformadora do pescado, sediada na Ilha do Pico, em S. Roque: A Tunapesca, se desenvolva e cresça a um ritmo novo para poder responder aos grandes desafios do sector.

Um voto em relação à Cofaco: Que a ferrúgem e o zinabre não corroam esta prata de 25 anos, como infelizmente tem acontecido numa escala preocupante e escandalosa, a muitas das empresas que aqui se instalaram. Que a prata persiga o ouro, o ouro o diamante a bem da Região Autónoma dos Açores.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de todas as bancada e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos por 30 minutos. Pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, aos membros da Mesa e aos Representantes dos outros Partidos que daqui a um quarto de hora nos reuníssemos no meu gabinete para programarmos os nossos trabalhos.

(Eram 17,35 horas)

Presidente: Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 17,50 horas)

Tem a palavra a Sra. Deputada Cinelândia

de Sousa para uma intervenção.

Deputada Cinelândia de Sousa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Eis-nos, de novo, perante o cenário do debate parlamentar sobre o Plano e Orçamento Regional para o ano de 1987.

Instrumentos de importância vital para a Região, o Plano e Orçamento, resultam duma governação eficaz, que vem evoluindo no tempo.

A vida não pára. As necessidades exigem as respostas certas para o momento certo. Aliás a Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros no seu relatório e parecer, realçou, e muito bem, o facto de pela 1ª vez o Governo submeter à apreciação e votação desta Assembleia um orçamento que contém uma distribuição das despesas por divisões administrativas.

Poder-se-á dizer, que o esforço dos poderes regionais estão a ser exercidos com rigor, com competência, e em conformidade com as assimetrias regionais, com as características do conjunto e do particular, **do povo que somos.**

As despesas do Plano tem, em devida conta, a realidade dos nossos recursos humanos, materiais e financeiros, na perspectiva da resposta pronta aos problemas correntes.

É evidente, que a acção governativa não é um processo acabado, que se confina nos documentos em análise, mesmo que anualmente elaborados, revistos e ou adaptados.

Ela passa fundamentalmente: pela busca de objectivos de desenvolvimento regional e local, numa perspectiva de modernização da estrutura produtiva, correcção dos desequilíbrios intra-regionais, imprescindíveis à promoção da qualidade de vida do Povo Açoriano.

Aqui, queria deixar uma grande preocupação: não é novidade para ninguém, que o desenvolvimento económico e social dum povo, passa fundamentalmente pela cultura ou índice cultural desse mesmo povo.

Há que desencadear os mecanismos necessários que conduzam à compreensão, empenhamento e envolvimento de todos, e essencialmente dos que são chamados a intervir num "Projecto de Vida" duma sociedade em evolução, e que tem que ver com Educação, Cultura e Bem Estar Social.

O desenvolvimento regional não pode nem deve ser feito no vazio, nem ser assegurado apenas pelo cumprimento de objectivos de desempenho.

Há que formar para o desenvolvimento. A formação para o desenvolvimento, faz entrar no circuito novos actores sócio-económicos e incita as instituições públicas e privadas a aplicarem uma gestão mais integrada de desenvolvimento.

É incontestável que a formação para o desenvolvimento coloca problemas de colaboração entre

organismos de forma articulada e coordenada, para uma verdadeira integração da Região na comunidade do País que somos, e **do que queremos ser**, no presente e no futuro.

Disse.

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa, para um pedido de esclarecimento.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu desejava fazer uma pergunta à Sra. Deputada Cinelândia de Sousa.

Que resposta é que dá este Plano e este Orçamento - resposta pronta aos problemas correntes no dizer das suas palavras - à maioria das crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem, formação e adaptação ao mundo do trabalho?

Desde já muito obrigado pela resposta.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cinelândia de Sousa para responder.

Deputada Cinelândia de Sousa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E evidente que o Plano no seu conjunto tem uma intenção, para além duma execução prática que todos nós temos vindo a detectar e estou muito satisfeita, porque até um deputado da sua bancada fez justiça num determinado ramo.

Quanto à questão que me coloca das dificuldades de aprendizagem, como sabe a Secretaria da Educação, neste momento, está a organizar-se em função dessa situação.

E evidente que havia uma instituição que estava sob a alçada da Segurança Social que teve a seu cargo todas essas dificuldades, desde a dificuldade de aprendizagem a todo um leque muito alargado de deficiências, mas também já aqui foi dito e o Sr. Deputado parece-me que está de acordo que o ensino tem forçosamente que ser assegurado pela Educação e está-se a pensar que nessa transição a Secretaria da Educação vai contemplar, no leque mais alargado possível, porque quando se inicia, não se inicia complementarizando ou dando resposta a todas as necessidades. Mas, penso que num período muito curto essa situação estará resolvida.

Quanto à outra questão que coloca do Plano, é evidente que ele não foi muito explícito nessa matéria de formação, ou seja: medidas de transição para a vida activa propriamente dita.

Ora bem, eu tenho que lhe dizer que essas medidas de transição para a vida activa, têm a ver com a articulação da Educação e Trabalho. O Plano pode não ser assim muito explícito, mas nós sabemos que na prática a situação está a ser resolvida. Tem demorado sem dúvida - se calhar o Sr. Deputado mais eu talvez andássemos muito a correr, o que nem sempre é muito salutar

- mas daquilo que eu sei, a Secretaria do Trabalho está em estreita ligação com a Secretaria da Educação e já estão a ensaiar novos modelos de formação e utilizando-se as estruturas existentes no ensino preparatório e secundário com programas de formação em ligação entre educação e trabalho.

Quanto à questão dos deficientes, posso-lhe avançar que a Secretaria Regional do Trabalho está preocupada com o problema. A Segurança Social juntamente com a Secretaria Regional do Trabalho mandou vir técnicos do Continente, justamente para estudarem "in loco", como vamos arrancar com medidas e com visão para a vida activa.

Estão previstos na Região edifícios, porque o Centro de Formação das Capelas não pode, como deve calcular, ainda dar a resposta correcta às situações que nós lhe colocamos, porque isso passa pela adaptação dos materiais, passa pela aquisição de materiais bastante caros e neste momento não é fácil, de um momento para o outro, dar a resposta de imediato. De qualquer das maneiras nós entendíamos que - numa primeira fase e uma vez que pretendemos a integração - deveríamos começar a fazer experiências ao nível do Centro de Formação das Capelas, embora também tenha que lhe dizer que acredito que seja difícil aceitar desde logo que é possível fazer toda a formação de alguns deficientes. Isso passa também, como deve calcular, por estruturas que têm que ser alteradas. De qualquer modo o que nos preocupa muito não são os deficientes que têm a sua resposta no muito trabalho. A nossa preocupação centra-se mais nos deficientes profundos. São estes que não podem entrar no trabalho competitivo mas que têm que ter por outro lado uma formação que lhes permita que, não sendo capazes de entrar num trabalho produtivo, no sentido de rentabilidade económica, pelo menos, eles possam no seu meio encontrar alguma coisa que lhes permita serem úteis.

Eu não sei se o Sr. Deputado, realmente, se queria referir a esta nova experiência que se centra, digamos, num compromisso entre o Trabalho e a Segurança Social, que se perspectiva para um futuro muito próximo, ou se já queria que eu dissesse que, de facto, o Centro de Formação das Capelas já estava organizado e pronto para a gama diversificada dos problemas que hoje os jovens têm.

Eu não sei se respondi às suas perguntas?...

Deputado Francisco de Sousa (PS): Para ficar esclarecido teria que fazer mais perguntas e não temos tempo. Foi-nos cortado o direito de antena!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de trazer a este debate considerações breves referentes a um aspecto da questão dos transportes marítimos e referentes à questão do Porto das Flores.

Em intervenção aqui proferida há alguns meses defendi a necessidade de se dar resposta capaz e moderna ao tráfego de mercadorias e carga diversa entre as ilhas, referindo a importância real que tem para a nossa débil economia o incentivo desse tipo de trocas internas.

Concretamente e reflectindo uma opinião que é partilhada por muita gente defendi a necessidade de se encarar a possibilidade de se pôr a operar unidades pequenas, mas de baixo custo de operação que assegurassem esse tráfego em substituição dos ainda existentes mas decrepitos "Terra Alta", "Espírito Santo" e "Pareces".

Defendo por outro lado a necessidade de se encarar, com urgência, a colocação em operação de uma unidade especialmente vocacionada para o permanente e necessário tráfego no canal Pico-Faial, unidade essa que operaria a par da unidade maior já existente que é o "Cruzeiro do Canal".

Entretanto o Governo Regional mandou construir outro "Cruzeiro". Registe-se que o Governo parece ver com bons olhos a operação de cargas (o que não acontece com todos os Srs. Deputados da maioria) com unidades pequenas viradas para a ligação e aproximação económica das ilhas, facilitando e incrementando toda uma prática de implementação, pelo menos entre ilhas mais próximas.

O "Cruzeiro do Canal" significou uma melhoria indispensável, embora como todos reconhecemos, introduzida com desfazamento de anos. Penso mesmo que uma política de relançamento de um certo tipo de transporte de passageiros é indispensável, mas receio bem que o Governo Regional tenha cometido uma precipitação (aliás, uma precipitação de dezenas de milhares de contos) ao mandar construir agora outro, "Cruzeiro" em vez de outro tipo de embarcação que fosse, já o complemento do actual "Cruzeiro". O Governo, por outro lado, deve pretender criar uma empresa única que explore a cabotagem. Que esse processo seja conduzido com uma clareza total, é a exigência que, à falta de mais completas informações, deve ser feita.

O Governo saberá as linhas com que se cose mas a vida demonstra que em muitas decisões deste género, nem a linha é a mais certa, nem a agulha é a mais apropriada!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos últimos dias criou alguma sensação a notícia de que o futuro porto das Flores tinha mudado de localização.

Já nesta sessão o Governo anunciou oficialmente a desistência de construir o porto na Baía de S. Pedro e informou a Assembleia de que ainda não tomou nova decisão.

A Representação Parlamentar do PCP não pode deixar de apelar para o Governo Regional no sentido de que a decisão que venha a ser tomada seja ponderada apenas em função das necessidades actuais e futuras daquela ilha e da actividade económica regional.

Seria irracional que o critério de decisão assentasse numa perspectiva estreita de natureza concelhia (seja ele qual for).

Seria inaceitável que a decisão final fosse tomada em função de interesses, ou políticos, ou eleitorais, ou de influência, ou outros e que não tivesse em conta os interesses e reais de toda a Ilha das Flores e até, da actividade piscatória que se quer em expansão.

Pode dizer o Governo ou qualquer Sr. Deputado que é fácil enunciar estes princípios sem indicar uma opção concreta.

Efectivamente a Representação Parlamentar do PCP não indica uma opção concreta, porque não dispõe, nem pode dispôr dos elementos necessários para poder optar, mas lembra que um porto, depois de feito, indica ele próprio se foi feito no sítio certo, se tem a dimensão certa, se tem ou não possibilidades de crescer, caso seja necessário, se tem boa operacionalidade, se tem condições de segurança, etc..

Ao Governo Regional compete decidir e compete decidir bem. Lamentável é que este caso do Porto das Flores tenha sido, como foi, objecto de promessas múltiplas e simultâneas, razão para organização de forças a nível local e principalmente objecto de um esquecimento que ameaça perpetuar-se

O Governo Regional dos Açores decidirá e dirá das suas razões. Será bom notar, explicitamente, que em função da longividade e da natureza embrulhada que este processo assumiu, o Governo criou a responsabilidade política de explicar de forma clara a decisão que vier a tomar sobre este assunto. Seja qual for a decisão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria agora de abordar um outro conjunto de questões de grande importância para a Região, e em relação às quais, nem tudo quanto se diz reflecte o que se quer e faz. Muito se fala na Região da identidade cultural própria, de tradição cultural das nossas ilhas, da capacidade de iniciativa deste povo no plano do associativismo cultural.

Muito se fala e é bom que se fale, mas apenas falar nem sempre é suficiente. Pelo contrário, muitas vezes falar muito numa questão é a forma

mais eficaz que se encontra para se neutralizarem os efeitos dessa questão ou os desenvolvimentos que se impunham.

Com estas breves observações e chamadas de atenção pretende-se, falando no assunto, contribuir para que nesta área se venham a verificar comportamentos mais dinâmicos e correctos e para que toda a política oficial para a cultura não seja de tutela mas sim de incentivo, não seja de espartilho, mas sim de fomento da capacidade criadora.

Sabemos que o Fundo Regional de Acção Cultural tem uma dotação de cerca de 60 000 contos, sabemos que as despesas correntes da DRAC ascende a 188 mil contos às quais há ainda a somar alguns milhares de contos de despesas de capital.

Consultando o Plano verificamos existir o Programa 7 dedicado à defesa e valorização do Património, dividido por três projectos, a saber, da "defesa e melhoramento de imóveis com interesse arquitectónico" com 70 mil contos, o da "Montagem de casas etnográficas" com 12,5 mil contos e do "Apoio às Filarmónicas" com 17,5 mil contos.

Está neste capítulo, também o programa de apoio aos OCS, sobre o qual adiante se dirá qualquer coisa.

A política cultural do Governo é feita, ao que parece com os meios descritos: uma Direcção Regional que gere serviços e organismos vários e que para isso tem o seu orçamento; um Fundo de Acção Cultural, que, como todos os fundos existentes na Região tem algo de incerto e misterioso, e tanto assim é que nem sabemos como é gasta a sua dotação e um programa de investimentos dotado com 100 mil contos mas com objectivos que têm tanto de limitados como de completamente desfazados com as exigências que a nossa identidade cultural e a nossa tradição cultural colocam.

A primeira constatação que sou obrigado a fazer é de que pouco se sabe daquilo que obrigatoriamente se deveria saber. Sabe-se, vagamente, que a SREC apoia associações, colectividades e organismos culturais. Supõe-se que o Fundo de Acção Cultural sirva para isso, mas não se sabe quem é apoiado e quem não é e não se conhecem os critérios estabelecidos para atribuir esses apoios.

Sabem-se quais são os organismos dependentes da DRAC, mas pouco se conhece sobre as perspectivas, objectivos imediatos de médio e de longo prazo que lhes são determinados.

Conhece-se o Programa 7 e a partir dele é fácil ver o que não há.

Numa palavra, não se conhece, nem se conhecerá por consulta do Plano e Orçamento, qual é a política cultural do Governo.

Dir-me-ão que os responsáveis uma vez ou outra enunciam os princípios dessa política e eu respondo muito claramente, que em vez dessas

declarações, quase sempre cuidadosas, - por vezes até não o são, mas isso é outro assunto - bem andaria o Governo e a SREC se considerasse despesas de investimento e consagrasse no Plano os apoios que são dados na obscuridade do Fundo de Acção Cultural, que organizasse esses apoios em programas e projectos correntes. Só quando esse dia chegar podemos concluir se há ou não política cultural, se ela é ou não correcta, suficiente e lúcida. Até lá singraremos por caminhos tão pouco iluminados, caminhos esses completamente despropositados para qualquer política e muito especialmente para uma política cultural.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nada temos contra as bandas de música, antes pelo contrário.

Gostaria de perguntar, isso sim, o que é que o Governo tem contra os grupos de teatro, os grupos musicais, as associações possuidoras de estruturas de apoio à actividade cultural, as associações vocacionadas para a acção cultural, etc., etc..

A pergunta é legítima e é necessária, na exacta medida em que sendo, sem dúvida, os apoios a essas associações e organismos, uma despesa de investimentos, todos esses apoios deveriam estar organizados em programas do Plano divididos nos competentes projectos.

Seria bom que a SREC afinasse a sua política cultural pela mesma pauta, quer se trate de música de filarmónicas quer se trate de muitas outras expressões da cultura e da arte.

Só quando esta orientação for adoptada será legítimo esperar que se possam desvanecer suspeições que realmente existem sobre as intenções e as práticas, que o Governo Regional adopta.

As filarmónicas são associações culturais de grande mérito. Mérito porque desenvolvem a cultura dos cidadãos. Mérito porque promovem um tipo de associativismo, muito vasto e muito importante.

Não podemos nem devemos esquecer, no entanto, que outras associações com outros tipos de actividade, têm um mérito semelhante.

Só uma política que projecta, defende e torne mais fácil a vida material de **todas** as associações culturais, de todos os tipos, poderá contribuir para a defesa, séria, das nossas particularidades culturais.

Tudo isso terá que ser feito sem dirigismos e de forma planificada, sistemática e empenhada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa 8 - Apoio à Comunicação Social, não traz novidades. E mesmo igual ao programa 8 de 1986.

Efectivamente o ano de 1986 não ficará na

memória de ninguém como o ano do alargamento das coberturas televisivas e radiofónicas.

O que ficará na memória, quanto à televisão neste ano de 86 é a posição que o PSD marcou nesta Assembleia, segundo a qual, não pretende que no futuro, possa haver o 2º Canal da RTP Nacional.

Na nossa opinião há que terminar a cobertura televisiva, e há que, depois, ligar um novo canal, esse nacional, de televisão.

A posição do PSD, que é a negação de qualquer perspectiva cultural, séria é totalmente inaceitável.

Esperamos que o futuro dissolva esta e outras posições que só podem ser explicados por raciocínios que não só são fechados, como pretendem fechar o raciocínio dos outros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desporto constitui, em qualquer sociedade moderna, um sector de decisiva importância. O desporto neste País e nesta Região, começou a ser olhado, após o 25 de Abril, com olhos que reflectiam o dinamismo das vontades fortes. Só que o dinamismo dos primeiros tempos cedeu ao rotineirismo dos tempos mortos e o fomento, prática e divulgação do desporto são agora, em geral, encarados de forma pouco criativa e pouco activa.

Não direi que não há uma política desportiva definida pelo Governo Regional, direi, sim que essa política não é perceptível, nem ao comum dos cidadãos, nem às próprias organizações vocacionadas para a actividade desportiva.

Desde logo, o Plano não reflecte uma política desportiva, clara, estruturada, interveniente. E não reflecte tal política, pois o Plano, no campo do desporto limita-se a estabelecer um programa de instalações e recintos desportivos e um projecto de formação na área do desporto. Para tudo o resto dispõe a SREC de mais um Fundo (neste caso o do fomento desportivo) e é a partir dele, que no silêncio dos gabinetes, ou no segredo das reuniões mais ou menos restritas, que se distribuem as verbas, decidem as acções, isto é, se faz a política desportiva.

Nesta Região existem centenas de colectividades, associações e organismos voltados para a actividade desportiva. São milhares os cidadãos envolvidos nessas associações e colectividades como dirigentes, como sócios e como praticantes. Muitas dessas pessoas, em total voluntarismo, dedicam muitas das suas horas de descanso à organização do desporto, quer seja de competição, quer sejam escolas e actividades de iniciação, etc..

É certo que a estrutura oficial apoia, com meios técnicos e financeiros, com instalações

e equipamento, mas não é menos certo, que se todas as vontades fossem secundadas por uma política desportiva **amplamente discutida e amplamente participada**, poder-se-ia e dever-se-ia voltar ao tempo em que muito se fez, embora os meios financeiros fossem nessa altura bem mais escassos.

Não é defensável que um sector como o do desporto, no qual a mola real da sua actividade é a vontade, disponibilidade e espírito de serviço dos cidadãos não esteja em termos oficiais, dotado de uma claríssima política agrícola.

Este poder regional, pela sua própria natureza, é avesso à participação das populações, só que essa tendência deve ser combatida e anulada.

Não pomos em causa o esforço dos muitos que, em organismos oficiais ou associações desportivas, nas delegações de desportos ou nos clubes, dedicam o seu esforço à divulgação e organização desportivas. O que pomos em causa é o facto de se não discutir de forma alargada toda a política do sector; o que pomos em causa são aqueles, que ocupando lugares importantes no aparelho de apoio ao desporto funcionam mais como empecilhos e burocratas do que como organizadores e técnicos; o que pomos em causa é o deficiente aproveitamento, que sabemos existir, de bons técnicos da educação física e do desporto; o que pomos em causa são as acções descoordenadas e incoerentes e que se destinam, algumas, apenas a criar a ideia de que há afinal aquilo que não há; o que pomos em causa é a falta de clareza de certos apoios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O próprio facto de serem muito poucas as vezes que aqui, nesta Assembleia, se fala do desporto e da política desportiva é, por si só significativo. Não podemos nem devemos, nenhum de nós, esconder essa realidade.

Uma política desportiva dinâmica, correcta e útil carece antes de mais de uma clara definição e não é tratando o sector como o parente pobre de todos ou quase todos os outros que se consegue esse desiderato.

O Plano é probríssimo na área do desporto e essa pobreza, se é certo que resulta em parte do estilo governamental para certas áreas que privilegia a existência de fundos menos sujeitos a discussão, não é menos certo que reflecte também um desinteresse e uma postura mandonista e tutelar incompatível com o facto de serem os clubes e as associações, isto é, os cidadãos, a verdadeira base de qualquer política desportiva.

Ao Governo cabe um papel de apoio decisivo e determinante.

As autarquias deveria caber, também um papel dinâmico de apoio às actividades desportivas.

Todos esses apoios deveriam estar organizados, de forma clara, numa política desportiva coerente e que fosse conhecida e discutida.

Não acontece ainda assim, mas um dia não poderá deixar de assim ser.

Disse. Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Adelaide Teles.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Continuamos a fazer a apreciação das propostas do Plano e Orçamento para o ano de 1987.

Ao observarmos estas propostas temos de ter em conta o que já foi feito nos 10 anos de Autonomia e o que é desejável e possível fazer-se no próximo ano.

Assim se pudessemos ver neste momento, como quem vê num filme, os Açores de há 10 anos, concluiríamos que o caminho foi percorrido com relativa velocidade, nuns sectores mais do que noutros, sem dúvida, mas não há comparação possível entre o passado e o presente.

As opções do Governo têm sido adequadas às realidades.

Assim, no sector da Educação, o Governo criou as condições para que o ensino obrigatório chegasse a todos, construindo escolas, equipando-as com material didáctico, formando professores e criando incentivos à sua fixação nas Escolas Preparatórias das zonas mais carenciadas.

A medida que estas vão tendo os seus quadros preenchidos com professores profissionalizados, vai-se verificando que existem condições para leccionação do 10º e 11º anos de escolaridade.

Estou, por isso, convicta de que a Secretaria Regional da Educação e Cultura não vai deixar de criar na ilha Graciosa, o 10º ano de escolaridade, visto já existirem professores com formação própria para o ensino de diversas disciplinas. Aliás, já por diversas vezes o Sr. Secretário declarou que está de acordo - e é seu desejo - que o ensino complementar seja ministrado em todas as ilhas e ainda há poucos dias afirmou nesta Câmara que ia mandar estudar a possibilidade de se abrir o 10º ano na Graciosa.

No âmbito da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais constata-se, com agrado, a intenção de se iniciar a construção da estrutura de apoio a idosos na Graciosa e a remodelação de mais um edifício adquirido pela Casa do Povo da Praia - com subsídio concedido pelo Governo Regional - projectos dotados respectivamente com as verbas de 35 mil e 5 mil contos.

Causa-nos alguma estranheza a dotação de mil contos para a construção da residência para realojamento das religiosas enfermeiras da Graciosa e igual montante para o mesmo fim em S. Jorge.

Consideramos estas quantias insuficientes, visto que as obras não foram iniciadas e o Governo propõe-se concluí-las em 1987 (Projecto 12 ponto 1).

O Programa 60 visa apoiar os transportes.

Reconhecemos a importância das acções que têm sido desenvolvidas no apoio ao transporte terrestre, as quais permitiram que algumas ilhas, nomeadamente a Graciosa pudessem dispor de transportes colectivos.

Quanto ao transporte marítimo, aguardamos com grande expectativa o novo "Cruzeiro" para que volte a haver entre todas as ilhas do Grupo Central ligações regulares que trarão vantagens aos residentes e contribuirão para o desenvolvimento do turismo.

No que respeita aos navios de carga, não podemos deixar de lamentar **mais uma vez** a inexistência de ligações marítimas entre a ilha Graciosa e a Terceira cuja tradição de mercados parece não pesar na política da Secretaria Regional que tem a seu cargo a responsabilidade dos programas de transporte. Ainda antes da determinação das escalas da TRANSINSULAR e depois da entrada em funcionamento desta empresa, por diversas vezes e de várias formas, demos conhecimento ao titular desta Secretaria de que são necessários navios de S. Miguel para a Graciosa e vice-versa com escala na Terceira. Não compreendo e o povo da Graciosa não compreende a não aceitação desta pretensão, razão pela qual não posso deixar de a trazer novamente à reflexão.

O projecto 58 ponto 4, contemplado com a verba de 20 mil contos para a protecção e manutenção do porto da Praia da Graciosa, suscita algumas observações. É necessário completar a muralha de protecção e o acesso ao porto, mas é ainda mais urgente proceder a obras nos fundos do mar para que os navios possam entrar e sair do porto sem risco de sofrer rombos como aconteceu recentemente. Situações destas levam a que os comandantes dos navios e a própria Companhia tenham receio de fazer escala e atracar naquele porto, originando roturas no abastecimento de bens essenciais e de materiais de construção. E será que as manobras de acostagem não se fariam com outra segurança se naquela ilha existisse um Piloto?

Reconhecemos o esforço que tem sido feito no sentido de adequar os horários da SATA às necessidades de todas as parcelas da Região. Contudo estamos convictos de que por vezes a Graciosa não tem merecido a devida atenção. Parece que não deve causar admiração a reivindicação de um voo ao sábado, pelos mesmos motivos que foram programados voos para o Pico e S. Jorge nesse dia. Há passageiros que não conseguem lugar nos aviões da sexta-feira e da segunda,

mesmo no período de Inverno. A situação no Verão é agravada e muitos dos nossos emigrantes, chegados às Lajes no sábado, têm de aguardar voo na semana seguinte, como ainda no Verão passado aconteceu. Desde que há aeroporto na Graciosa tem-se verificado aumento anual de visitantes àquela ilha e a SATA, numa tentativa de atenuar os problemas criados por falta de voos programados em número suficiente no Verão, tem feito semanalmente vários voos extraordinários.

O Programa 59 - "Infraestruturas aeroportuárias" - pretende dar continuidade às obras já lançadas e proceder à construção de estruturas de apoio. Concordamos com as acções que o Governo pretende fazer desenvolver nos aeroportos nas nossas ilhas. Todavia quanto ao aeroporto da Graciosa, verifica-se que a aerogare tem dimensões demasiado reduzidas para o movimento de passageiros. No meu entender e pelas razões anteriormente expostas, é urgente a ampliação daquela aerogare, de modo a reservar-se mais um espaço para os utentes, já que, na situação actual, as instalações se mostram insuficientes.

No que respeita à Agricultura, Silvicultura e Pecuária, bem como às Pescas, estamos de acordo com os programas e com as verbas atribuídas aos diversos projectos. O que desejamos é que a execução seja de tal modo que possamos dizer daqui a um ano que valeu a pena aprovarmos este Plano.

Para que os objectivos sejam atingidos, é necessário o empenhamento de muita gente das populações sem dúvida, mas também e principalmente dos responsáveis pelos serviços e dos técnicos a quem cabem grandes responsabilidades na dinamização das acções.

Parece-me que será necessário estimular os nossos jovens para determinadas tarefas que urge desenvolver nalgumas das nossas ilhas e das quais muito depende o seu desenvolvimento económico.

Continua a ilha Graciosa sem um veterinário com todos os inconvenientes que a sua falta acarreta. É indispensável criar naquela ilha uma Divisão dos Serviços Veterinários. Espero que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas tenha esta necessidade em conta, aquando da revisão da Lei Orgânica da sua Secretaria.

Seria da maior conveniência lançar-se mão da legislação que estabelece incentivos à fixação de técnicos, procurando-se por essa forma que se fixe na Graciosa um veterinário e também um engenheiro que possa vir a ser responsável por uma Divisão de Recursos Florestais que se me afigura igualmente útil criar na ilha.

As obras de beneficiação do porto de pesca do Carapacho na ilha Graciosa não podem continuar a serem adiadas, visto que os pescadores daquela

zona varam os seus barcos com enorme dificuldade e algum risco.

Não somos capazes de adivinhar o motivo de as obras da Casa de Matança da Graciosa estarem paradas há mais de um ano. E com alegria que constatamos neste Plano a sua conclusão para a qual foi orçada a verba de 6 mil contos (Projecto 30 ponto 5).

Verificamos também que o Governo pretende continuar a construção da sede da Divisão de Agricultura da Graciosa para o que atribui a verba de 5 mil contos.

Estas infraestruturas são absolutamente necessárias.

O Programa do Plano que se refere ao apoio à construção no sector habitacional tem grande importância e merece o nosso apoio, porque tem permitido melhorar e aumentar o parque habitacional dos Açores.

Para a Graciosa e no que concerne a verbas desagregadas, são atribuídos 18 mil contos, sendo 6 mil para apoio à recuperação e ampliação de habitações degradadas, 5 mil destinados a infraestruturas para urbanizações e 7 mil para apoiar a construção de novos fogos no sistema de auto-construção que, além da cedência de projectos e de materiais, garante acompanhamento e fiscalização das obras.

E ainda importante que se conclua os bairros para desalojados do sismo de 1980.

Não posso deixar de mencionar uma das minhas grandes preocupações - a constante diminuição da população activa da ilha Graciosa.

No período de 1981-1985 o número de óbitos naquela ilha (424) excedeu em 39 o número de nados vivos (385), o que significa, além de decréscimo, envelhecimento da população.

Se alguns dos que emigraram regressam, os filhos, depois de terem frequentado as escolas do estrangeiro e de se terem adaptado ao trabalho que lhes é oferecido, não sentem vontade de se fixar na Graciosa.

O facto de certas ilhas terem pouca população, leva a que se sinta necessidade de que sejam criadas medidas que fomentem a migração de pessoas das ilhas de maior densidade populacional para as outras.

Antes de terminar, gostaria de realçar o esforço do Governo no sentido de dar possibilidade aos açorianos de adquirem preparação profissional através de cursos que têm sido criados e de acções de formação para actualização profissional. Desejo que haja cada vez maior adesão a esses cursos e acções, para valorização dos participantes e melhoria dos serviços, o que contribuirá para o desenvolvimento da nossa Região.

Finalmente quero dizer que vou votar favoravel-

mente o Plano e o Orçamento, não para fazer favor ao Governo, nem por imposição partidária. O meu voto é livre e consciente. Estou convencida de que, ao fazê-lo, presto um bom serviço ao Povo dos Açores.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Raimundo Mesquita.

Deputado Raimundo Mesquita (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O primeiro objectivo do Plano para 1986 era incrementar o emprego (conforme se pode ver na pág. 43 da Proposta do Plano para esse ano) e apresentava a animação económica açoriana como a questão fulcral da estratégia de desenvolvimento, sendo aposta primordial a criação de 2.000 novos postos de trabalho.

Entretanto a OCDE considerava como minimamente recomendável a criação de 3.000 novos postos de trabalho.

Entretanto vejamos o que aconteceu:

Em fins de Junho de 1986, segundo elementos oficiais a procura de emprego relativa a desempregados era de 4.013 sendo 1.507 relativos a primeiro emprego e 2.506 referentes a novo emprego, as colocações foram em número de 247 (estas de Janeiro a final de Junho) e os desempregados subsidiados eram 1.066 o que representa que 2.947 desempregados não recebiam qualquer subsídio de desemprego.

Comparemos entretanto com igual período do ano de 1985:

A procura de emprego era de 3.240 relativamente a desempregados, sendo 856 de primeiro emprego e 2.384 referente a novo emprego; foram efectuadas 452 colocações (estas também de Janeiro a final de Junho) e o subsídio de desemprego era atribuído a 694 desempregados.

Ora, numa análise dos elementos atrás apresentados, de Junho de 1985 a Junho de 1986, **a procura de emprego aumentou de 773 desempregados**, aumentando de 651 nos referentes a primeiro emprego e 122 nos de novo emprego, tendo sido efectuadas no primeiro semestre de 1986 **menos 205 colocações** que em igual período de 1985 **tendo aumentado em 372 os desempregados que recebiam o subsídio de desemprego.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os números que acabei de apresentar deixam a imagem muito nítida de que no primeiro semestre de 1986 **o desemprego na Região Açores cresceu claramente** em relação a igual período de 1985 baixando espectacularmente as colocações efectuadas e aumentando logicamente os abrangidos pelo subsídio de desemprego pelo que o objectivo enunciado dos 2.000 postos de trabalho a criar

não passou afinal de um enunciado sem objectivo.

O Plano para 1987 neste capítulo é mais modesto que o seu antecessor embora ainda assim remeta a criação de 1.500 a 2.000 postos de trabalho e isto apenas para a manutenção de uma taxa de desemprego ao nível da actual.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E com este pano de fundo que surgem os parentes pobres do Plano: **os sectores do Comércio e Abastecimentos e da Indústria**, a quem cabem, respectivamente, 0,5% e 2,5% da dotação global do Plano para 1987.

Parentes pobres, neste Plano ainda mais pobres, porque para além da sua curta quota em sectores vitais da vida açoriana, viram as suas dotações reduzidas em relação ao ano de 1986, sendo no comércio e abastecimentos a redução na ordem dos 40% e na indústria 9%.

Mas analisemos mais detalhadamente cada um destes sectores começando pelo comércio e abastecimentos que representa o "ante e o post" de toda a função produtiva onde, na Região o produtor e o consumidor estão na maior parte das vezes afastados pelo mar, pelo tempo e pelo custo.

Melhorar o nível do abastecimento interno com prioridade para as parcelas mais carecidas, tornar funcionais os canais de distribuição, consolidar posições nos mercados externos tradicionais e conquistar novos mercados são meras intenções programáticas pois a realidade dos últimos anos confirma o irrealismo destas perspectivas.

Os grandes objectivos do Plano não são minimamente atingidos porquanto só existe bom nível de acesso aos bens alimentares e de equipamento nas ilhas mais desenvolvidas onde o comércio é mais fácil.

A política de stockagem e da correcção dos circuitos comerciais visando a melhoria das zonas periféricas e das ilhas mais carecidas está falhada, inviável e inoperativa (que o digam os habitantes das Flores, Graciosa e Santa Maria).

Os programas para apoio financeiro ao investimento comercial com 30 000 contos, de promoção de comércio externo com 40 000 contos e a rede de armazenagem com 20 000 contos não só têm ridícula expressão orçamental (0,5%) como não perspectivam uma efectiva melhoria do sistema de abastecimentos.

Uma prospecção séria à situação das pequenas e médias empresas comerciais revelaria, estamos convictos, uma crise quase colectiva, podendo apontar-se mesmo para uma precaridade financeira ou seja, na sua maioria para uma "situação económica difícil"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros

do Governo:

Analisemos agora o que se verifica no campo industrial onde a realidade do sector se situa nos 27,9% da população activa e nos 23,9% do PIB (Produto Interno Bruto), com uma componente do sub-sector "construção civil" muito elevada, com mais de 40% do total, cabe ao sub-sector produtivo representado pelas indústrias transformadoras e extrativas apenas uma quota de 43,6% o que é francamente deprimente e situa a Região numa fase que podemos apelidar de pré-industrial.

Perante tais valores podemos inquirir claramente e sem tibiezas ao Governo Regional:

- Que evolução real teve o sector industrial na vigência da gestão deste Governo Regional? Dez anos não deram ainda para encontrar uma política industrial?

- Que política industrial tem havido ou se prevê na Região quando se contempla a actual taxa de desemprego aliada ao seu companheiro igualmente incómodo o sub-emprego?

- Que política industrial temos na Região se a sua participação no produto interno bruto regional, incluindo as indústrias subsidiárias do sector primário, revelam um nível de sub-desenvolvimento industrial bem patente nos seus coeficientes estruturais e produtivos?

- Que política conjuntural e desenvolvimentista este Governo preconiza para a Região se só se assiste dia-a-dia à falência e inviabilidade da maioria das empresas da Região?

- Não haverá ausência de política industrial e demasiada burocratização no recuso às formas de incentivos ou apoios financeiros governamentais, como por exemplo o SIF na área industrial, sector este que conta com a dotação de apenas 500.000 contos neste orçamento quando o recurso ao crédito na Região apenas no referente às indústrias transformadoras, e isto pelas últimas estatísticas que conhecemos, se situava em 5 milhões e 122 mil contos. Não será isto uma falta de política industrial?

- Haverá ou não crise nos sectores tabaqueiro, açucareiro, nas indústrias do chá, da chicória e da transformação das matérias primas de origem animal?

- Quais os sectores em que a indústria regional está em franco crescimento? Estarão exploradas as potencialidades regionais conhecidas como as águas minerais e de mesa, as madeiras, as artesanais, as das carnes, as horto-frutícolas, as têxteis, etc., etc.?

- Porque estão em situação difícil, ou com estrangulamentos, indústrias das mais relevantes potencialidades mormente as subsidiárias do sector primário?

Do exposto, só podemos deduzir que os instrumentos postos ao serviço do fomento industrial

não estão a dar os resultados que todos nós desejaríamos e que deveriam ser os do Plano. Teremos de aguardar a implementação dos parques industriais, da Zona Franca de Santa Maria e/ou outros núcleos industriais em ordem ao progresso e desenvolvimento destas ilhas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Resumindo e em termos gerais, é patente o declínio do sector industrial designadamente no sub-sector das indústrias transformadoras, quer na formação bruta do capital fixo quer no produto interno bruto real. Tão pouco o licenciamento de novas empresas revela alguma vitalidade no sector. E quanto ao artesanato quedamos pela estagnação.

Enfim, o Plano para 1987 que na sua concepção espacial e desenvolvimentista é imensamente frágil, não é mais do que a repetição das intenções do de 86, aliás vagos, flúidos, nada objectivos e pouco realistas.

Onde está o plano industrial da Região? Ou, melhor dizendo, um plano regional para a Região.

Disse.

(Aplausos do PS e do CDS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar para um pedido de esclarecimento e depois, na sequência da resposta a esse pedido de esclarecimento, um conjunto de observações.

A pergunta é esta: Sr. Deputado, procura de emprego é desemprego? Colocação é emprego?

E só! Espero a resposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Raimundo Mesquita para responder.

Deputado Raimundo Mesquita (PS): Sr. Presidente, em termos de tempo não nos é permitida qualquer intervenção na sequência. Darei todos os esclarecimentos noutra situação que não esta, de momento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Procura de emprego não é desemprego, porque há um conjunto apreciável, e eu vou dar a percentagem, de pessoas que procuram emprego, mas não estão desempregadas. O emprego e o desemprego não se medem pelas pessoas que o procuram, pelas pessoas que recebem o subsídio, mas por aquilo que se chama a taxa de desemprego. Ora, vejamos os números que são oficiais, nem sequer esses elementos são tratados a nível regional, e o Sr. Deputado Carlos César não está aqui, mas

recordo-me perfeitamente da discussão do ano passado, que gostaria muito dos elementos do Instituto Nacional de Estatística, esses são elementos do INE, nem sequer são números nossos:

- A taxa de desemprego, em sentido lacto, era no quarto trimestre de 85 de 5,2; foi no segundo trimestre de 86 de 4,2; em sentido restrito, a taxa de desemprego no quarto trimestre de 86 foi de 4,4; no segundo trimestre de 86 foi de 3,6.

- A procura de novo emprego estavam, em sentido restrito, no quarto trimestre de 85 2,5 e no segundo trimestre de 86 1,7.

- A procura do primeiro emprego, que é um elemento que o Sr. Deputado gosta de usar, no quarto trimestre de 85 2,5; no segundo trimestre de 86 1,8.

- Quanto às colocações, não sei onde é que o Sr. Deputado arranhou os números, mas os números oficiais são estes que lhe vou dar: em Junho de 85 foram 456; em Junho de 86 foram 644; a taxa de crescimento é de 41,2%; em Setembro de 85 o total era de 646; em Setembro de 86 o total era de 923 das colocações e em Dezembro de 85 as colocações foram de 859. Estes são os números oficiais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de dizer que o Sr. Deputado, tal como alguns, não todos, dos seus colegas de bancada também têm da visão desta Região, uma visão dramática e depois falam para a plateia. O teatro que os senhores próprios criam. O teatro que nós ouvimos recrear aqui pelo Sr. Deputado, atribui-me um papel - o seu colega tinha o papel definido que ele próprio atribuiu - que ainda fico à espera de saber qual deles é.

Mas quanto a esse número dos 2.000 postos de trabalho que vários dos Srs. Deputados, da bancada do Partido Socialista, entenderam que era um objectivo ambicioso, vêm para aqui com o argumento de quando a OCDE e é verdade que tenho o documento comigo, ainda não está distribuído, mas vai sê-lo quando a OCDE o entender - referia que era preciso atingir uma taxa de 3.000. Os Srs. Deputados consideram que a proposta do Governo Regional de 2.000 era ambiciosa, e vêm para aqui dizer, para que não se considere válida essa taxa, que a OCDE pretendia 3.000. Em que é que ficamos Sr. Deputado!?

Acresce, e tanto é assim que os senhores falam para a plateia que criam, que o Sr. Deputado diz esta frase: "que este objectivo é um enunciado sem objectivo". Isso fica em quê: em "objectivo sem enunciado" ou "enunciado sem objectivo". O que é que isso quer dizer Sr. Deputado!?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Raimundo Mesquita para prestar esclarecimentos.

Deputado Raimundo Mesquita (PS): Sr. Presiden-

te, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Para um curtíssimo esclarecimento e apenas porque sou obrigado a dá-lo.

Eu tenho nas minhas mãos, e os elementos que retirei foram numa publicação oficial da Região, que diz textualmente:

"Procura de emprego relativa a desempregados no final do período" e em roda-pé diz: "Secretaria Regional do Trabalho do Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel de Melo.

Deputado Manuel de Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este plano nada resolverá. É igual a todos os outros que o Governo tem apresentado ao longo do tempo.

Mal feito, mal equacionado, sem talho nem avesso, com questões omissas e promessas fúteis.

Os planos não prestam. Estão mal feitos. São inconsequentes.

Vozes do PS e do PCP: Muito bem! Muito bem!

São uma amálgama atrapalhada de verbas mal distribuídas. São, em muitos casos, resultado do concurso de incompetentes ou iletrados que foram arregimentados partidariamente para darem opinião sobre assuntos dos quais não conhecem nem sequer as posições cardeais.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Muito bem!

O Orador: Isto, e mais ouvi durante os dias e as horas que já leva o debate do plano e orçamento para 87, por parte dos partidos da oposição, na quase totalidade das intervenções.

Fico em posição incómoda, de incoerência que nunca quis na vida, nem em mim.

Será que realmente eles têm razão? Será que me sento na bancada errada?

Aqui, põe-se-me problema semelhante aos moradores de Berlim que significam a diferença que opõe dois tipos de sociedade em que se divide o mundo actual.

Desvirtuados embora, por propaganda recíproca, a resposta é dada pela realidade vivida pelas pessoas a quem afecta.

Não foram pressionadas para se definirem. Optaram livremente pelo que vemos ser a verdade da vida que querem.

Porque é que só querem passar de Leste para Oeste?

Comparando, só em parte, a situação presente, pois todas as comparações são mancas, vejamos o que se passa.

Os planos não prestam. Estão mal feitos. São inconsequentes. A nada levam.

Isto é verdade para quem não vê. E quem não

vê é cego. E a quem é cego costuma dar-se uma bengala tarjada de vermelho e branco, se não de pilhas e com sensores mais sofisticados.

(Risos de toda a Câmara)

Se os planos não prestam. Se são uma amálgama atrapalhada de verbas mal distribuídas, lanço daqui um repto à oposição. Seja-me dado um videotape dos Açores em 1976 e outro dos Açores em 1986.

Se não houver diferenças abissais eu atravesso o muro, sento-me do outro lado. Do lado da oposição.

(Risos de toda a Câmara)

Se houver diferença, eu fico onde estou, rindo-me de todos os comentários negativos, feitos com mais ou menos retórica, por parte da oposição, e tenho de concluir, que quem mente são eles.

Como aliás é seu dever! Cassete de oposição toca, toca e nada diz. Parece que é pirata.

(Risos de toda a Câmara)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A visão do meu vídeo, feito a partir de 76, ano em que comecei nesta Assembleia a minha participação na construção da autonomia dos Açores, quase não cabe no projecto em que a insiro.

Em vez de meios audio visuais prefiro ver os Açores com os olhos que tenho na cara, sem técnica de promoção e evolução.

Passando de relance a vista sobre o que é hoje em dia a realidade das nossas ilhas ficamos espantados. Não só eu, que preciso de óculos, mas ainda mesmo os que os não usam.

Quem conhecia, como eu, a vida dos povos do Pico, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E Santa Maria!

O Orador: ..., ao visitá-los, salta séculos de sujeição e vida escrava.

Mas o que vemos hoje. Aérodromos em todas elas, portos em quase todas, água potável quase à saciedade, escolas, ginásios, ruas, estradas, cooperativas, salões adaptados ou recriados para funções sociais e de saúde, campos de jogos e patins, restaurantes e pousadas, hotéis, residenciais e fábricas, museus, casas etnográficas e bandas de música.

Traineiras, redes de frio, sonares, sondas e ovelhas, terrenos recuperados, caminhos abertos e vacas acrescidas. Escolas preparatórias e outras, universidade repartida e funcional, creches, aerogares, rádio ajudas e transportes funcionando quase a contento.

Previsões de dimensionamento extraordinário no sector do transporte aéreo e promoção turística

que passa muito além do Lima e do Carvalho Araújo.

Quase no fim do vídeo depara-se-me a "bancada central". E o que vejo:

Atletismo, futebol, andebol, vôleibol, basquete, hóquei, judo, ténis, etc., etc..

Vejo equipas deslocando-se inter-ilhas, promovendo desporto e amizade.

Vejo uma na 2ª e duas equipas na 3ª divisões nacionais.

Vejo monitores, das diferentes modalidades, em cada ilha.

E eu a lembrar que, quando era mais jovem, jogava à bola pé descalço, com uma bola de trapos metidos dentro de um peúgo já velho.

Vejo acima de tudo o resultado deste intercâmbio saudável a nível de desporto, entre as diversas parcelas da Região, factor decisivo para a união e fraternidade, como só os jovens são capazes de conseguir. Vejo ainda a construção de um mundo melhor.

Apesar de estes planos serem uma ... amálgama atrapalhada de verbas mal distribuídas, produziram tais efeitos e estão gravados no meu vídeo e, juro-o, não é pirata, e tem possibilidades de ser, reproduzido, mesmo em stereo.

Este é mais um plano que não presta e não serve, segundo a oposição, mas que eu vou aprovar. E só me vou cingir a um programa nesta minha apreciação.

Quero vincar aqui e agora o impacto do projecto da auto-construção nos Açores.

Não se trata da resolução do problema, mas de uma contribuição muito válida na equação do problema habitacional nos Açores.

Embora não sejam ainda suficientes, já se apontam como benéficos e de grande alcance social.

As honras do programa vão, não para o montante a dispender, mas para aquilo que ele significa para o nosso povo.

Nunca se tinha possibilitado a tantos construir a sua casa, ser dono do seu viver. Além da ajuda que proporciona é agente mobilizador de vontades que nenhum outro programa conseguiu produzir. Ser dono da própria casa. Feita com o suor do seu rosto e a ajuda do Governo, é coisa que muitos nunca sonharam. E vê-los afadigados nos fins de semana a angariar ajuda de outros para darem uma mão nos alicerces, nos blocos, no ferro, na brita.

Em boa hora lançou o Governo Social Democrata, que eu suporto, este programa pioneiro que espelha a filosofia que o enforma.

A ajuda às classes desprotegidas da Região corresponsabilizando-as na construção daquilo que seria seu.

Assim se compreende e aceita que todas as críticas a este programa se limitam a traduzir invejidades e intrigas.

Há que continuar com esta e outras medidas

que irradiem do nosso espaço físico as situações de miséria e carência que ainda não conseguimos eliminar. Lá chegaremos e disso não tenham dúvidas.

A conclusão dos grandes investimentos, ora em execução nas diversas ilhas, libertará verbas suficientes para que nesta Região acabe o pé descalço.

Por todas estas razões expostas e pela confiança da esmagadora maioria do Povo da Região, estou convicto que assim vai ser.

Daf a minha aprovação do plano e orçamento para 1987.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de mais, não respondi a algumas das questões que me foram postas, sobretudo pelos Srs. Deputados da oposição, pela simples razão que reservei para a minha intervenção essas respostas.

Assim sendo, começaria por me dirigir ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa a quem, aliás, eu julgo ser - e não me leve a mal esta afirmação - o Secretário Regional do Governo de sombra do PS....

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não! Sou apenas um Deputado!

O Orador: ...Se não é, pelo menos tem fornecido a esta Assembleia as mais prolíficas intervenções à cerca do meu departamento. Tenho seguido atentamente as suas intervenções, que noto têm evoluído até favoravelmente em alguns dos seus aspectos.

Aliás, à sua primeira intervenção é difícil dar-lhe alguma resposta, já que o Sr. Deputado, em termos da abordagem teórica da agricultura, condena aquilo que chamou a abordagem marxista-leninista deste tema, como condena a abordagem estritamente capitalista do mesmo. E diria, ao Sr. Deputado, que nessa área, de facto, navegam imensas faixas políticas e não é por aí que a sua intervenção poderá ser condenável pela minha parte.

De qualquer das maneiras é um tema muito dialéctico, que seria difícil dizer-lhe - e só uma leitura mais atenta dela é que poderia permitir-quem é que tem razão no meio de tanta situação. Eu queria apenas acrescentar-lhe, que quando o Sr. Deputado se refere ao problema do minifúndio, do emparcelamento e portanto toda a sua intervenção, julgo que se debruça um bocado sobre este problema, e vou tentar responder-lhe com a máxima seriedade possível e descontando um ou outro humor que não é mais

do que a clara amizade, esta jornada parlamentar, queria dizer-lhe que, de facto, essa situação é extremamente complexa e mais complexa é na nossa Região. Aliás, quando o Sr. Deputado refere a questão de minifúndio e diz que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas pretende, nos documentos que apresenta do Plano, falar na influência que a CEE, a LOA e na modernização que as explorações poderão ter na resolução deste problema, eu dir-lhe-ia que quando se fala do minifúndio na CEE não é o mesmo minifúndio que se fala, quando eu estou falando dos Açores. São questões bastante diferentes nesta matéria, não só pela dimensão da exploração mas sobretudo pela qualidade dela própria no que diz respeito à sua micronização em diferentes parcelas. Quando eu refiro que a CEE terá um efeito positivo nesta matéria, refiro-me a médio prazo, entendo que a conjugação daquilo que eu considero os efeitos positivos que é o diploma da LOA e a sua futura regulamentação, como incentivos que a CEE é capaz de pôr à nossa disposição, mas mais do que tudo, pelos problemas de mercado que isso cria, poderá criar um ambiente capaz de vir dar aos Açores a sua solução de emparcelamento e não a solução europeia de emparcelamento. Aliás, o Sr. Deputado quando refere que os países europeus não têm grandes preocupações nesta matéria, é, de facto, verdade. Contudo queria chamar a atenção de que por exemplo a Alemanha é hoje um dos países que mais preocupações tem nesta matéria de emparcelamento, e, aliás, onde alguns técnicos desta Região pretendem ir, muito brevemente, para apreciarem de perto o que lá se está fazendo, a par dum outro país que recentemente entrou connosco para a CEE, que é o caso da Espanha.

É evidente, Sr. Deputado, que estas questões, que volto a repetir, são tremendamente dialécticas e que poderíamos levar a sessão parlamentar toda a discutir, acerca do que é que nós entendemos por minifúndio, onde é que está a dimensão da exploração viável, etc., etc., queria no entanto reafirmar, isso sim, que sempre afirmei perante esta Câmara a minha posição, perante um conceito de exploração, da viabilidade da mesma, num contexto de economia de mercado onde o agricultor é sempre, eminentemente privado. Julgo que prestará, pelo menos, a justiça de nunca me ter ouvido dizer ao contrário.

Quando o Sr. Deputado a determinada altura defende a maximização da produção e também fala na promoção da agricultura familiar, aí estamos totalmente de acordo. Só podemos estar em desacordo com os mecanismos e os meios para atingir esse objectivo. Mas é, de facto, na maximização da produção, na protecção e na promoção da agricultura familiar que lá chagaremos.

Em relação às suas perguntas muito concretas - e aqui vou tentar ser o mais breve possível -, parecem ser contraditórias e em alguns aspectos aqueles que serão capazes de ser os números apresentados em diferentes documentos, quando eles se referem ao sector dos lacticínios. Então, o Sr. Deputado pergunta, e muito bem, em que é que ficamos: nos 3%, na manutenção da taxa, etc..

Eu tive a oportunidade, aliás, na minha intervenção no seio da Comissão para os Assuntos Económicos, de explicar aquilo que eu entendo politicamente sobre esta matéria, ou seja de que não era possível, até agora, ter uma posição clara sobre isto. Foi o enquadramento da adesão que nos veio dar o pano de fundo final para podermos decidir sobre isto. Isto tem sido muito discutido entre nós.

O sector dos lacticínios é tremendamente sensível no que respeita à adesão, mas a opção é clara e objectivamente por mais e sobretudo melhor leite. Portanto, perguntar se neste momento a taxa de 3% de crescimento ao ano é possível, eu devo dizer-lhe que ela é possível, mas não é suficientemente ambiciosa para aquilo que nós, efectivamente, pretendemos fazer. Eu julgo e apresentei, muito brevemente, um programa sobre esta matéria, que é necessário crescer muito mais, atendendo às circunstâncias em que a adesão foi feita.

A sua referência à indústria de lacticínios e referente à crise do leite em pó e também do queijo, eu penso que se há uma indústria que sabe muito bem o que quer, nesta Região, é a indústria dos lacticínios. E, julgo que o grande vector de desenvolvimento dela própria é, de facto, a fabricação de queijo. No entanto, haverá que ter em conta que o problema do leite em pó, é uma fatalidade que existe em todas as circunstâncias em que a produção de leite se faz, como se faz nas nossas ilhas. Ela é assim nos Açores, é assim na Irlanda, é assim na Nova Zelândia, ela é assim nos países onde existe os chamados "picos de produção". Portanto a única forma tecnicamente possível de armazenar excedentes de produção, é de facto o leite em pó. Há que fazê-lo em condições de preços e de qualidade que permitam depois que este leite em pó seja utilizado nas épocas de menor ponta de mercado no fabrico de produtos, seja ele o próprio queijo ou outros produtos de lacticínios. Portanto, o problema do leite em pó não é nenhuma contradição industrial, é uma evidência relacionada com o nosso sistema produtivo e com as qualidades edafo-climáticas que predizem esse mesmo sistema.

Em relação às estruturas regionais de abate e ao problema relacionado com o aumento da expor-

tação de gado vivo em detrimento de ser exportado em carcaça, de facto isso parece à primeira vista inexplicável, mas na minha opinião pessoal eu tenho uma explicação muito clara:

Abatem-se animais nos Açores para exportar em carcaça ou em carne desossada, ou esses animais saem em vida, conforme o mercado de Lisboa tem apetência para uma coisa ou outra, ou conforme a evolução dos preços dos transportes, encaminha o intermediário deste negócio para o fazer em carne ou para o fazer em vivo. Julgo que o que aconteceu ultimamente - e isto para explicar as suas dúvidas nesta matéria - tem muito mais a ver com a evolução do preço dos transportes, do que a falta de estruturas capazes de enfrentarem este problema e de ser possível colocar no mercado do Continente mais carcaças e menos animais vivos. Aliás, a estabilização deste problema do preço do transporte poderá até a médio prazo inverter esta tendência, do que se notou claramente este ano passado.

Quanto à sua observação acerca da lei orgânica, aos serviços de extensão e à minha afirmação de que todos os funcionários desta Secretaria são, de facto, extensionistas, eu mantenho esta afirmação. Julgo que não é por haver uma Direcção Regional de Extensão que há serviços de extensão. Há serviços de extensão se as pessoas estão preparadas para isso.

Aliás, queria referir-lhe aqui, talvez repetindo uma ideia que aqui expus aquando da discussão do Plano do ano passado, de que as pessoas que trabalham na Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, sobretudo nestes últimos anos, têm feito um esforço tremendo, e merecem até o meu apreço por isso, no sentido de se adaptarem a estas novas ideias. Não é por fazer uma compartimentação muito clara dos Serviços da Secretaria que lá se chega, mas sim por ter a capacidade de análise e de síntese destes problemas numa maneira muito mais geral do que se tinha até agora. Daí que, o desaparecimento da Direcção Regional de Extensão é, na minha opinião, um bom serviço que se prestou à lei orgânica e tentar transformar o máximo possível de gente, capaz de fazer extensão e divulgação na Secretaria, será dotar a agricultura com meios técnicos capazes de proporcionar o seu melhor desenvolvimento.

Em relação à produção de suínos, de facto notou-se uma diminuição dessa produção. Ela tem a ver com o mercado exterior à Região, já que as condições de exportação destes animais deixaram de ser aliciantes como poderia parecer à primeira vista. Contudo, em termos de autoabastecimento e até de alguns excedentes, porque os números são significativos nesta matéria, não é, digamos, um problema regional esta situa-

ção.

Por último e no que se refere ao problema preocupante da dependência no exterior quando a Agricultura e Pescas tem anunciado sucessivamente uma política na tendência do autoabastecimento, que foi levantada aqui não só pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, mas julgo que também por um colega seu de bancada e pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Ora bem, eu já tive oportunidade de explicar aqui, nesta Assembleia, o seguinte: existem claras diferenças entre as ilhas onde existe a possibilidade de uma economia de mercado, que funciona razoavelmente bem para estes produtos, em que os Srs. Deputados dizem que não há autoabastecimento, e eu refiro-me duma maneira muito genérica aos produtos hortícolas, digamos assim e na ilhas onde existe menor população esse problema não se verifique e daí os problema de autoabastecimento.

Eu faria uma pergunta ao contrário, porque é que as pessoas não produzem? Porque não há preços? Porque não há tecnologia? Porquê? E a minha resposta é esta: de facto o preço existe e é altamente compensador e eu tive a oportunidade de referir aqui no início dos trabalhos parlamentares sobre a discussão do Plano, que é nas ilhas onde se verifica esse autoabastecimento que o preço pago ao produtor atinge valores quatro e cinco vezes superiores aos preços pagos, por exemplo, em S. Miguel ou Terceira. Portanto não é por falta de preço que o agricultor não produz. Também não é por falta de tecnologia disponível que o agricultor não produz, porque a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas dispõe dos seus técnicos e da tecnologia adequada para ensinar o agricultor a produzir mais e melhor. Portanto, se não é por falta de preços, se não é por falta de tecnologia, eu julgo que o problema reside efectivamente noutras áreas e há uma coisa que eu vou afirmar pela segunda vez: posso proporcionar preços de garantia, posso proporcionar circuitos de mercado que funcionem; o que eu não posso é obrigar as pessoas, de maneira nenhuma, a produzirem.

Em resposta ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e em relação ao problema da LOA, queria referir-lhe que ela será regulamentada no início do ano, talvez não há referência no Plano, mas assim irá suceder.

Julgo que com estas pequenas respostas, tentei esclarecer algumas perguntas que aqui foram feitas, não pretendendo, de maneira nenhuma, esgotar tudo isto, já que o tempo que me é disponível corre e ainda tenho uma intervenção para fazer relacionada com o Plano para 1987.

No início do debate alguns dos Srs. Deputados referiram, e nisso estamos todos de acordo,

de que existe uma situação, em termos de economia mundial, favorável que tem sido sucessivamente aproveitada nestes últimos tempos pelos Governos. Essa situação mundial é referida por todos como sendo um abaixamento do preço do petróleo, no abaixamento do dólar, no abaixamento de taxas de juro, etc., etc., o que criou condições altamente favoráveis no desenvolvimento da economia. Isso é verdade, mas assim não é para o caso da agricultura. A agricultura mundial e no caso concreto a agricultura europeia defronta-se com problemas inversos. Apesar de tudo isto os agricultores têm visto diminuir os seus rendimentos, têm visto diminuir os preços, pelo qual os seus produtos são pagos. Os agricultores têm assistido ao estrangulamento dos mercados, em relação a muitos produtos que produzem. Portanto, é uma situação mundial adversa, é numa situação de mercado comum-área onde nos inserimos - adversa, que em nada foi favorecida pelas outras condições que aqui apresentei, com que a agricultura se tem vindo a defrontar ultimamente e que terá que enfrentar, sendo capaz de construir uma economia própria e um desenvolvimento próprio, com critérios muito sensatos e tendo em atenção o futuro de si próprio.

E neste contexto que eu queria dizer alguma coisa acerca daquilo que é o Plano para 87 e queria apenas referir-me àquilo que é o essencial e àquilo que é o inovador em relação aos anos anteriores, já que não me parece que seja, minimamente, possível estar aqui a repetir aquilo que doutras vezes já disse.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No Plano de Médio Prazo 85-88 afirma-se a determinada altura: "só o crescimento da produtividade da agricultura açoriana assegurará directa e indirectamente a criação de condições favoráveis à elevação do grau de autoaprovisionamento em produtos alimentares de base cujos aumentos de produção seja possível alcançar no futuro, sem excessivos custos em termos de eficiência económica, e à realização de investimentos nos sectores agro-industriais de montante e de juzante".

Assim, o desenvolvimento agrícola dos Açores terá, através de acréscimos de produtividade, da racionalização dos circuitos de distribuição e da melhoria e aumento da transformação de produtos agro-alimentares, uma contribuição extremamente positiva para o aumento dos rendimentos dos agricultores.

Das medidas propostas no Plano para atingir aqueles objectivos algumas foram já postas em prática, outras encontrarão, no decurso do próximo ano, as condições favoráveis para serem implementadas.

Contudo, tenho afirmado inúmeras vezes, que

a solução das questões agrárias dos Açores, repousando evidentemente, em graduais alterações estruturais, tem muito a ver com o desenvolvimento da investigação aplicada e, conseqüentemente, com a extensão rural e formação profissional dos técnicos e agricultores.

E reafirmo a necessidade de uma investigação aplicada, porque, ela é condição necessária para atingir um dos mais ambiciosos objectivos do plano: o crescimento da produtividade agrícola, sem o que não será possível conseguir aumentar os rendimentos dos agricultores.

Daf que, uma das maiores preocupações na actividade dos últimos anos da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, tenha sido (e continuará a ser), procurar conhecer melhor as condicionantes técnicas da nossa produção.

Sem esse conhecimento técnico, sem esse "aprender a fazer" para se "poder ensinar", os objectivos políticos, por mais "bonitos" que sejam, não serão atingidos. Quando muito, ficarão dependentes de soluções conjunturais, apoiadas sobretudo no mecanismo dos preços, e que sempre se têm mostrado frágeis onde quer que sejam aplicadas.

Felizmente, a política de investigação prosseguida, que não me cansarei de defender, e que tem vindo a envolver a Universidade dos Açores, começa a dar os seus frutos. Não são frutos espectaculares, daqueles que compensam de imediato quem os implementa. Mas são, seguramente, os frutos mais duradouros, aqueles que contém a semente das soluções futuras.

Só se pode transmitir o que se "sabe fazer", e nenhuma agricultura foi capaz de sobreviver à importação de medidas e soluções técnicas de outras zonas ou países, por mais parecidos que sejam.

Vejamos, em seguida, o que nos aguarda no próximo Plano. E no entanto evidente, que não nos desviamos muito do proposto no Plano de Médio Prazo 85-88.

No que respeita à agricultura, pecuária e silvicultura, o ano de 1987 coincidirá com o arranque da aplicação da legislação sócio-estrutural comunitário nos Açores, pelo que serão exigidos um esforço e empenho adicionais do Governo e de todos os agentes económicos directa ou indirectamente ao sector agrícola. Só desta forma se conseguirá assegurar uma adaptação eficaz e positiva da economia açoriana ao novo quadro legal, social e económico decorrente da integração da Região no espaço comunitário.

Assim, o Governo reforçou as verbas destinadas à agricultura e empenhar-se-á em canalizar os fundos comunitários para a Região através da elaboração de programas de desenvolvimento que permitirão acelerar a concretização das acções

e objectivos previstos no Plano de Médio Prazo 1985-1988.

Convém salientar que constituirá preocupação constante do Governo assegurar a aplicação dos recursos financeiros comunitários e regionais nas áreas em que a produção regional apresenta vantagens comparativas e que, permitirão, a médio e longo prazo, proporcionar um crescimento sustentado da nossa economia. Estão em causa, nomeadamente, os sectores de produção de leite e carne que urge tornar mais eficientes e competitivos, nomeadamente em termos de qualidade do produto final e de racionalização dos sistemas de comercialização. Na verdade, é da máxima importância aproveitar os próximos 5 anos de período de transição, para colocar a indústria açoriana em posição de competir com as suas congéneres europeias, especialmente no mercado continental.

A Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, as associações de agricultores e as organizações dos sectores de transformação e comercialização, desempenharão assim um papel fundamental na construção das políticas correctas que encorajarão agricultores e industriais a tomar a iniciativa de desenvolver todo o potencial da agricultura açoriana.

O Plano para 1987 conterá, no entanto, duas inovações:

A primeira respeita à injeção de uma nova dinâmica no programa de modernização das estruturas agrícolas, através da criação de dois novos projectos.

Refiro-me em primeiro lugar a um amplo projecto de "vulgarização e divulgação", dirigido essencialmente para o apoio à gestão racional das explorações orientadas para a produção de leite e carne, e que se apoiará, nomeadamente, na divulgação dos resultados da política de investigação e experimentação que tem vindo a ser prosseguida nos últimos 5 anos. São seus objectivos prioritários para os próximos 4 anos o aumento da qualidade e quantidade do leite e carne produzidos na Região. Este projecto destina-se igualmente a apoiar em termos de organização e orientação o projecto de "formação profissional" e estará intimamente ligado com os programas de "produção e melhoramento animal" e "sanidade e higiene pública veterinária" e ainda com o projecto de "forragens e produção animal". Refira-se que todos os programas e projectos atrás mencionados integrarão um programa global de desenvolvimento que poderá vir a beneficiar da comparticipação da Comunidade ao abrigo do Regulamento (CEE) nº 3828/85 que institui um programa específico de desenvolvimento da agricultura portuguesa (PEDAP).

Será também criado um projecto de "apoios

financeiros" que se destinará especialmente a fomentar diversas formas de associativismo e a conferir uma nova dinâmica às organizações de produção já existentes.

Saliento que alguns dos apoios previstos neste projecto serão já o resultado da aplicação da legislação comunitária neste domínio.

A segunda inovação refere-se à criação no Orçamento da Região de um fundo especial dependente da Secretaria Regional das Finanças, cujas verbas se destinam a financiar os apoios ao investimento privado nos sectores agrícola e agro-industrial.

Consistem estes apoios em novos sistemas de ajudas ao investimento que resultam da aplicação em Portugal de dois regulamentos comunitários, cuja execução está prevista nos seguintes diplomas legais:

O Decreto-Lei nº 172-G/86, em vigor na Região desde 1 de Novembro, que aplica a Portugal o Regulamento (CEE) nº 797/85. Este decreto contém as bases do novo "sistema de crédito" ao investimento no sector agrícola.

Aliás, queria aqui abrir um parentesis para referir que, quando um Sr. Deputado do Partido Socialista aqui levanta o problema citando um relatório, dum das Comissões desta Assembleia, falava do problema do pouco investimento agrícola relacionado com isto da CEE, concretamente o Sr. Deputado devia estar, concerteza, a pensar neste diploma que eu acabei de citar e que apenas entrou em funcionamento no dia 1 de Novembro. Portanto é impossível comparar a situação que existia, "depois de" e "antes de", já que não há tempo nenhum para estatisticamente se provar quantos agricultores, quantos projectos e qual o seu valor, que concorrem a este fundo de financiamento por parte da CEE.

O Decreto-Lei nº 187-G/86, que aplica a Portugal o Regulamento (CEE) nº 355/77 (já em aplicação desde 1 de Novembro de 1986), e que contém um novo sistema de ajudas aos investimentos destinados à transformação e comercialização de produtos agrícolas e da pesca.

Faço notar que este regulamento poderá vir a desempenhar um papel muito importante no desenvolvimento da indústria agro-alimentar que, não me cansarei de repeti-lo, deverá constituir o ponto chave da estratégia de crescimento sócio-económico dos Açores, já que tem a montante uma das maiores potencialidades da Região no que respeita à criação de riqueza. O planeamento e a elaboração de programas sectoriais, tendo em linha de conta as novas realidades em termos de mercados e preços decorrentes da integração europeia, serão assim tarefas prioritárias da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas para o próximo ano.

Queria também aqui referir, sem que isto signifique obrigatoriamente que estes projectos que vão ser aprovados e que vão efectivamente ser financiados e respondendo também a uma solicitação desta Câmara, que houve uma significativa resposta dos agentes privados a alguns destes diplomas que acabei de referir, mais concretamente o Regulamento 355/77.

No decurso de 1986 já foram apresentados 13 projectos candidatos às ajudas instituídas pelo regulamento (CEE) nº 355/77. Estes projectos, 8 respeitantes a produtos agrícolas e 5 a produtos da pesca, totalizam um montante de investimento na ordem dos 2 milhões de contos. Se todos forem submetidos à análise da Comissão, e caso venham a ser aprovados, significará que o FEOGA transferirá para o sector transformador regional, durante 1987, cerca de 1 milhão de contos.

O programa de "infraestruturas" será também consideravelmente reforçado, nomeadamente devido ao "projecto de construção e melhoramento dos caminhos de acesso às explorações agro-silvo-pecuárias na Região Autónoma dos Açores", com a duração de 3 anos, e que beneficiará de apoio comunitário ao abrigo do Regulamento do PEDAP.

Este projecto, aprovado pela comissão em Outubro passado, corresponde a um montante de investimento na ordem dos 2 milhões de contos e contará com uma comparticipação comunitária no valor de 1,2 milhões de contos. Aliás, este caso já é uma realidade. A Região conta a partir de agora, para o seu projecto de desenvolvimento de infraestruturas e a ser comparticipado pela Comunidade com 1,2 milhões de contos em 3 anos.

No mesmo programa, o projecto de "abastecimento de água", triplicará o volume das acções contempladas no Plano 1986.

O programa de "desenvolvimento agro-pecuário do Pico", cujos resultados têm excedido as expectativas, verá aumentado o seu ritmo de realização por forma a dar resposta às solicitações dos agricultores.

No sector veterinário há a salientar o lançamento de um novo "programa de combate à brucelose" no qual se prevê a participação activa dos agricultores através da criação de associações de defesa sanitária. Aliás, também previstas em regulamento comunitário.

Quanto ao sector florestal, continuar-se-á a expansão da área florestal nomeadamente através da concretização de um programa de arborização que contará com o apoio de fundos comunitários.

Para terminar, gostaria de aqui referir que 1987 será o ano de implementação dos diplomas regulamentares da LOA.

Por outro lado, será apresentada a esta Assembleia uma proposta de alteração da Lei de Arrenda-

mento Rural, procurando-se adoptar este dispositivo legislativo ao novo enquadramento legal e económico decorrente da integração na Comunidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No que respeita ao sector das pescas, o desenvolvimento do sector na Região continuará a ser induzido, principalmente, pelo investimento nas estruturas industriais, tanto de produção, como de transformação e de comercialização. Tais investimentos terão de continuar a ser completados por meio de acções a levar a efeito nos domínios da investigação, das técnicas de pesca e da melhoria da qualificação dos profissionais do sector.

Pelo volume de capitais que envolvem, avultam os investimentos com a construção de instalações frigoríficas nos portos da Horta e da Madalena, e com o porto de pesca de Ponta Delgada.

A entrada em serviço dos investimentos já realizados na vigência do actual Plano de Médio Prazo, e dos que ficarão concluídos em 1987, permite que, em condições normais, a produção de pescado da Região venha a ultrapassar a barreira das 20.000 toneladas. Aliás, os acréscimos deste ano apontam seguramente para este facto.

Para terminar, referirei ainda que, durante o ano em curso, foram submetidos à análise da CEE, no âmbito do Regulamento (CEE) 2908/83, 18 projectos referentes à construção de embarcações. Estes projectos totalizam cerca de 1,5 milhões de contos e, caso venham a ser aprovados, receberão uma ajuda comunitária, na ordem dos 510 mil contos....

Presidente: Sr. Secretário, queria avisá-lo de que já acupou 30 minutos na sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado.

...Isto vem provar, contrariamente aquilo que se podia pensar, que o sector privado, ao ter à disposição estes regulamentos, foi capaz de responder com projectos, cujo volume de investimento excedeu as nossas expectativas.

Em relação ao investimento na agricultura, quero reafirmar que não seria humanamente possível esperar mais do que o que se tem passado até agora, já que o regulamento comunitário apenas começou em funcionamento no dia 1 de Novembro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Espero ter respondido a algumas das questões aqui postas. Espero ter dado, pelo menos, do Plano de 87 aquilo que considero essencial e aquilo que considero inovador e estarei à vossa disposição para qualquer pedido de esclarecimento que me queiram fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado

Alvarino Pinheiro para pedidos de esclarecimento.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para me congratular com a resposta dada pelo Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, relativamente à minha observação sobre a dificuldade que a Administração Regional tem encontrado em obter o objectivo da diversificação das produções, nomeadamente no sector primário e cuja resposta do Sr. Secretário que, no meu entender, constitui uma aproximação à conjuntura, veem demonstrar o irrealismo, como eu pretendia, desta grande orientação da política económica do Governo que está aqui consagrado e que é exactamente o da diversificação da produção primária.

Posto isto, queria fazer uma pergunta ao Sr. Secretário, que enquadraria aqui à pressa no Plano, e que é a seguinte:

- No âmbito da modernização e no aumento de produção previsto, genericamente apoiado, sabemos que a Região importou recentemente várias centenas de cabeças de gado, nomeadamente unidades leiteiras que vieram do estrangeiro. Tive conhecimento que uma dessas unidades já morreu, gostaria que o Sr. Secretário informasse esta Câmara, se face à autópsia, que já foi efectuada, há lugar a apreensões inseridas nesse facto?

Presidente: Para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Efectivamente, o tempo de que disponho é muito pouco, mas não queria deixar passar esta oportunidade sem pôr uma questão breve, que já tive oportunidade de trazer, assim como outros Srs. Deputados de outras bancadas, aqui ao debate em várias ocasiões e penso que é uma preocupação generalizada na Região e julgo que não serei abusivo se disser que também é uma preocupação do Sr. Secretário.

Sabe-se que o esforço de pesca tem aumentado muito rapidamente, sabe-se que não tem havido uma regulamentação para apoiar esse esforço de pesca em termos de áreas, há preocupações sobre a situação dos stocks especialmente nas zonas mais próximas da costa. Esta questão tem evolução e creio que nos últimos dois ou três anos tem havido uma evolução muito rápida, eu gostaria que o Sr. Secretário, se tivesse tempo - sei que tem pouco - pudesse dizer alguma coisa sobre aquilo que neste momento se possa saber de concreto nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para responder a estes pedidos de esclarecimento.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas
(Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou tentar esclarecer as perguntas que me foram feitas.

Respondendo a uma questão posta pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, devo-lhe dizer que não pode deixar de existir uma preocupação por parte da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, de fazer um esforço muito grande, e os técnicos da Secretaria estão preparados para isso e também, digamos, ter isso como objectivo, de levar as pessoas à diversificação cultural. Eu tenho dito várias vezes, contrariamente aquilo que se diz nesta Região, que não tenho nenhum receio e, aliás, tenho-me batido por isso, em relação à expansão da pastagem. Estamos a falar de coisas distintas, quando esta Região é abordada tecnicamente acima da cota dos 200 metros ou quando ela é abordada tecnicamente abaixo da cota dos 200 metros. Nós temos condições claras e objectivas, como região agrícola que somos, para produção de pastagem que é, de facto, a nossa grande riqueza.

Poderia alongar-me nesta explicação em pormenores técnicos que não interessam, mas essa é de facto a nossa grande riqueza acima duma determinada cota que, aliás, varia de ilha para ilha. Abaixo dessa cota também existem condições para se produzir outras culturas que são absolutamente necessárias.

Ora bem, o que é que se entende por diversificação cultural. Quando falamos de diversificação cultural estamos a referir-nos a culturas industriais, a culturas cerealíferas, etc., etc.. Tudo isso se produz, tudo isso tem condições de produção e que através da história dos Açores tem sido produzido de acordo com o mercado. Os Açores produziram cereais numa determinada altura, porque o mercado assim lhe pagava e toda a evolução agrícola dos Açores se fundamentou nisso até que chegámos numa determinada altura a uma rotura total de todo este tipo de produção, por variadíssimas razões que não interessam, para entrarmos no chamado ciclo da vaca e da pastagem. Este ciclo deu-se quando nos Açores encontraram uma maior sedimentação de processos para enfrentar o desafio da sua agricultura. Isto não quer dizer que não se tenha exagerado, que não se tenha ido para determinadas áreas que podiam e devem ser afectas a outras culturas.

Mas quando falamos de horticultura, por exemplo, ou de produção de fruta, legumes etc., tendo em atenção o abastecimento da Região e o abastecimento de cada ilha, e julgo é aí que o Sr. Deputado se refere, o que lhe digo é o seguinte: não posso deixar de ter no Plano um esforço por essa diversificação, tentando dar, através de técnicos que trabalham na Secretaria,

o máximo de ajuda técnica possível, para que o agricultor faça isso, já que demonstrei e está demonstrado por "A" mais "B" que o problema preço não existe. Ora, se não existe o problema preço, se a Secretaria tem um "know how" para ensinar o agricultor a fazer, temos que ir buscar outras razões, pelas quais as pessoas não fazem isso. Aliás, até com um sentido um pouco caricatural, falava eu outro dia da história de Santa Maria, quando de S. Miguel para Santa Maria tinha ido um molho de salsa.

Portanto, eu julgo que é perfeitamente clara esta situação. Não é por falta de preços e afirmo que também não é por falta de desconhecimento que as coisas não se fazem. Temos que ir procurar esse problema noutras áreas, mas não posso deixar de ter no Plano um esforço muito grande no sentido de que essa diversificação seja atingida para que as ilhas tenham o seu abastecimento garantido.

Evidentemente que o crescimento da procura nos Açores foi espectacular em relação a estes produtos e que não houve uma capacidade, como não existe capacidade em nenhuma agricultura do mundo, de responder tão rapidamente como respondeu tão rapidamente à expansão do mercado, que foi o que se verificou nos últimos anos na Região.

Quanto à importação de vacas e à vaca que morreu com uma determinada doença, eu não posso de maneira nenhuma fazer da minha resposta lei sobre esta matéria. Doenças são doenças, dão-se a conhecer aos Serviços Médico Veterinários, mas não é por aí que eu vou. De qualquer das maneiras estou informado que foi detectado um problema; sabe-se o que é, não é grave e pode ser combatido. Portanto, não é um problema que possa contagiar os restantes animais.

Quanto à questão posta pelo Sr. Deputado Decq Mota, é evidente que essa preocupação é também uma preocupação da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

Estamos a falar de peixe de fundo, não estamos a falar de atum nem de espécies similares, onde não se pode dizer que nos Açores, em relação à esmagadora maioria de espécies, exista um stock. Existem provavelmente dezenas de stocks nos Açores de cada uma das espécies, aquelas que estamos, talvez, os dois a pensar, que são essas espécies mais ricas do peixe de fundo. E porquê dezenas de stocks? Porque nós já temos plataforma continental, os nossos fundos são substancialmente distintos e, digamos que cada bico de pedra, para peixes que não são migratórios, constitui um stock. E, daí o Sr. Deputado dizer, com alguma razão, que junto das costas é onde se nota maiores preocupações nessa matéria.

Ora bem, para se fazer uma regulamentação sobre isto, é necessário que uma investigação

detecte, nestas dezenas de situações, e até pode ser mais do que dezenas, o que é que de facto se está a passar, mas o grande indicador nesta matéria é: como é que as espécies respondem a um esforço de pesca. O que é que está a acontecer com o aumento do esforço de pescas e neste momento descontar as situações muito localizadas junto à costa, o esforço de pesca tem sido correspondido por capturas que não denotam, nem de perto nem de longe, que esses mesmos stocks estão a ser agredidos. Não sei se me fiz entender.

De qualquer das maneiras, essa é uma das principais preocupações, porque é af que vai nascer, no futuro, as possibilidades de nós controlarmos a nossa própria ZEE e de dizermos às frotas, que queiram para cá vir pescar, que não é possível, porque a relação esforço/stock foi atingida no seu limite possível. Isto é um trabalho profundo, é um trabalho que exige do Departamento de Oceanografia e Pescas ser dotado de maiores possibilidades técnicas e financeiras. Eu concordo com essa ideia, mas terá que ser um esforço desenvolvido nos próximos anos com muita acuidade científica para que se consiga demonstrar isso. E uma preocupação que está no nosso pensamento e ela não pode ser dissociada da própria informação que os pescadores, neste caso, nos podem fornecer, que desempenham um papel fulcral, para se tentar regulamentar essa matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Ramos Dias e informo-o de que tem o máximo de 16 minutos.

Deputado José Ramos Dias (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Numa breve análise sobre o Plano que o Governo se propõe levar a cabo para o próximo ano de 1987 não posso deixar de fazer algumas considerações sobre o mesmo, na sequência das posições que, perante esta Assembleia, tenho assumido ao longo do meu mandato.

Como legítimo representante do Povo dos Açores não posso, de forma alguma, deixar de dar o maior relevo às questões que se prendem com o futuro do povo da Ilha das Flores.

Infelizmente neste momento, não restam dúvidas a ninguém que o sempre esquecido povo das Flores continua, apesar de decorridos 10 anos do processo autónomico, na cauda do desenvolvimento regional.

Ano após ano a Ilha das Flores tem assistido a que as suas maiores aspirações tenham sido, sistematicamente, adiadas.

Os seus crónicos problemas perpetuam-se. O seu isolamento acentua-se.

Quer queiram quer não, quer agrade a alguns sectores presentes nesta Câmara quer desagrade,

a Ilha das Flores e o seu povo têm dado muito mais à autonomia do que, praticamente, aquilo que têm recebido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao que, **de novo**, aparece na programação deste Plano quero, deste tribuna, manifestar a minha profunda satisfação por verificar que o Governo acedeu a avançar com o projecto da ampliação da pista do aeroporto das Flores.

Estamos certos que tal projecto irá contribuir, muito positivamente, para o aumento da operacionalidade daquela infraestrutura e conseqüente diminuição do isolamento a que o povo florentino tem estado sujeito.

Assim, valeu a pena ter trazido a esta Assembleia Regional, na altura própria, esta reivindicação do meu círculo eleitoral. Queira Deus que o Governo cumpra a promessa que agora assume perante todo o Povo dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No momento em que a sucessão de erros e omissões do Governo Regional, relativamente ao projecto do Porto das Flores, levou o povo daquela ilha a uma das suas maiores inquietações nos últimos anos, não posso deixar de trazer o assunto a este Parlamento.

Não vou aqui repetir o que já havia dito o ano passado e que hoje está provado, mesmo que muito custe a alguns, que tinha total pertinência e que por isso deveria ter levado o Governo a uma melhor reflexão sobre os levianos propósitos que ano, após ano, introduzia no Plano acerca do Porto das Flores.

Este ano constatou-se que os florentinos sempre foram usados como mera mesa de ping-pong em que a bola era o Porto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta Assembleia Regional, em nome do Povo dos Açores, tem que exigir que o Governo, **Hoje**, perante todos nós, diga, **solene e claramente** qual a localização do Porto das Flores.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não podemos admitir que o Governo, possa humilhar esta Assembleia e, mais especificamente, os Deputados eleitos pelos florentinos aqui presentes, escondendo do nosso conhecimento, uma decisão que já tomou e que interessa, também, a todos os Açorianos.

Se na óptica do Governo Regional, até agora não houve pressas quanto ao início do referido Porto, não será agora que os florentinos manifestarão essa inadiável urgência.

O que os florentinos de "**bom-senso**" querem e exigem é um Porto em **boas condições, no local ideal** e que seja, **agora** iniciado com os olhos

no futuro, atendendo ainda às condições de segurança da navegação, ao desenvolvimento da actividade da pesca e, muito especialmente, tendo em atenção a situação geográfica da Ilha e, que se necessário, no futuro possa ser ampliado e ofereça todas as condições necessárias ao desenvolvimento económico daquela ilha e do seu povo.

O pretexto de uma possível visita oficial, **amanhã**, àquela ilha não pode evitar o inevitável.

O Governo, **hoje**, tem que dignificar esta Assembleia porque se assim o fizer está a dignificar-se a si próprio e ao Povo dos Açores a que pertencemos.

Queremos que o Governo Regional seja, como sempre, dignamente recebido na ilha das Flores, mas sem jogos políticos e sem expectativa frustrantes.

Disse.

(Aplausos do CDS e do PS)

Presidente: Srs. Deputados, estamos a aproximar-nos da nossa hora regimental. Em todo o caso, por entendimento da Mesa com os Grupos Parlamentares e Representantes dos Partidos, eu vou pôr à votação uma proposta no sentido de nós fazermos um interrupção dos nossos trabalhos, para recomeçarmos num período suplementar às 10.00 horas, que se prolongará até à votação inclusivé do Plano.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A proposta da Mesa foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão interrompidos os nossos trabalhos. Recomeçaremos às 10.00 horas.

(Eram 19,55 horas)

Presidente: Pedia aos Srs. Deputados que retomassem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalho.

(Pausa)

Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 10,10 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo para uma intervenção.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após um processo algo atribulado, em 1980, foi efectuada a transferência efectiva das matérias relacionadas com o desporto, anteriormente dependentes do MEIC e DGD, passando então para a SREC e conseqüentemente para a DREFD.

Para quem conheceu minimamente este processo, o mesmo foi demasiado rápido, com pressões da parte do Governo Regional, que vieram a prejudicar o sector desportivo da Região e os próprios trabalhadores existentes nos departamentos afectos

à DGD. Mas, a transferência dos sectores periféricos já começara e tudo tinha de vir para a Região, não importava se bem ou mal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Seis anos já são volvidos sobre esta transferência. Passemos agora à actualidade. Muito já foi feito nesta Região em prol do desporto, se dissesse o contrário mentia. O que devo dizer é que não da melhor forma nem da mais coerente. Também não é de admirar que assim aconteça. Quem sabe na Região, qual foi ou é a política desportiva do Governo?

Ela não existe; existem, sim, de alguns anos a esta parte, certas linhas de orientação, que variam consoante os dirigentes regionais deste sector.

Será que a DREFD, ainda tem como linhas programáticas as que se tinham do D.L. nº 338/79, D.R.R. 10/80/A e alguma outra legislação regional posterior, tipo manta de retalhos?

Parece assim ser, apesar de se dizer, que o actual Secretário Regional da Educação e Cultura, tem esquecida na sua gaveta, legislação apropriada para o desporto na Região. Bom seria que a mesma aparecesse, pois, pelo menos, bem ou mal, algo haveria de concreto sobre o assunto.

A DREFD, necessita de uma política de orientação desportiva, com bases sólidas. Não pode ser um grande e rico clube no meio dos outros já existentes, porque corremos o risco de sermos ultrapassados, se já não o fomos, no âmbito do desporto nacional.

O desporto, como fenómeno social que é, não se compadece com demoras, subterfúgios e ambigüidades. Tem de ser, sim, encaminhado na melhor direcção, que é a própria deste fenómeno, ou seja, a prática da actividade desportiva, numa perspectiva individual ou colectiva, num encontro saudável do homem, com ele mesmo, com a sociedade e com a natureza, num plano competitivo ou não competitivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passemos agora às diferentes formas de prática desportiva na Região;

O Desporto Escolar não existe nos Açores.

Há algum tempo ensaiou os primeiros passos, mas teve curta caminhada. E sabido que a formação desportiva da população escolar, auto-valorizando-se neste campo e preparando-se para um possível contacto com o desporto a nível superior, ou mesmo na sua preparação como futuros quadros desportivos, é extremamente importante. Mas, mais que não fosse o bem importante que o é, o convívio entre as diferentes populações escolares não se efectua. O Desporto Escolar neste momento limita-se ao desporto na Escola, num

horizonte deveras limitado.

Sr. Secretário, que irá acontecer ao desporto dito Escolar em 1987? Ficará limitado aos recintos desportivos de cada Escola? Se assim for, é melhor mudarem-lhe o nome.

Falemos do desporto praticado pelos jovens, nos escalões etários que estão no âmbito do apoio da DREFD. Provavelmente a DREFD, terá um plano das modalidades que beneficiarão de maior apoio em 1987. Sr. Secretário: Quais são as modalidades? Quais são as ilhas em que determinadas modalidades terão maior ou menor incentivo e porquê?...

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes): Dominó!

O Orador: Provavelmente seja um bom jogador de dominó. Talvez o que faz melhor a nível do desporto seja o dominó. Que seja! Ótimo! Mas quando chegar a apanha bolas também deve ser bom!

...Desporto Federativo e Associativo - Qual o apoio previsto ao Desporto Federativo e Associativo em 1987 e qual o seu critério para a atribuição de verbas e outros apoios?

Qual o apoio e critérios para a atribuição de verbas às pequenas colectividades desportivas que se prevêem para o próximo ano?

As Autarquias Locais deveriam ter um papel fundamental no desenvolvimento desportivo. Na nossa Região as Autarquias nada ou praticamente nada têm feito neste campo. Pergunto ao Sr. Secretário: Já foram feitos contactos, neste sentido entre a SREC, via DREFD, com as Autarquias? Se foram, quais os resultados?

Prevê-se no Plano para 1987, no projecto 19.3, a dotação de 5.000 contos, para a formação de quadros na área do desporto. Essas acções a desenvolver para a obtenção de quadros qualificados, serão em que áreas do desporto: escolar, federado, associativo?

Passemos a outra área: os Centros de Medicina Desportiva.

Na sua opinião, Sr. Secretário, os Centros de Medicina Desportiva funcionam da melhor maneira? Não seria possível melhorar as estruturas existentes, dotando-os do material mínimo necessário para estrutura tão importante?

Instalações Desportivas - Após ter acabado, ao que parece, a época da construção eufórica de polidesportivos, qual a razão do subaproveitamento dos mesmos? Será a falta de enquadramento técnico? Existe, para 1987, algum plano para o aproveitamento integral destas infraestruturas? Para quando se prevê a construção de Tanques de Aprendizagem de Natação, numa Região em que vivemos cercados de mar e grande parte de nós não sabe nadar?

E comum ouvir-se dizer que um dos males de

que enferma a Região, para o seu eficaz desenvolvimento desportivo é a falta de quadros na estrutura da DREFD, e da colaboração entre esta e os professores de Educação Física. Prevê-se para 1987, o aumento de quadros em apoio ao desporto na Região?

Um outro aspecto que me parece ser importante e que gostava de ouvir a opinião do Sr. Secretário, é como vai a DREFD, ultrapassar o problema das equipas apuradas, para participação em provas nacionais e não poderem deslocar-se por não terem apoios necessários. Ficam limitados ao horizonte da Região, ou prevê-se a atribuição de verbas em 1987, para as suas deslocações ao Continente?

O projecto 6.1, está dotado com 20.000 contos, para a ampliação da Zona Desportiva de Ponta Delgada. Há neste projecto uma nítida melhoria e um avanço em relação ao Plano de 1986.

O projecto 6.2, com a dotação de 65.000 contos, destina-se à construção dum estádio em Angra do Heroísmo a integrar no futuro parque desportivo. Em 1986 o Plano previa 40.000 contos exactamente para o mesmo fim.

Pergunto, Sr. Secretário: finalmente irá efectuar-se em 1987 a construção dum Estádio em Angra do Heroísmo?

E para quando se prevê a construção dum Gimnodesportivo em Angra do Heroísmo?

A nossa dispersão geográfica, é um factor de encarecimento vultuoso, quando se trata de efectuar deslocações. A DREFD, gastou 20.000 contos em passagens em 1985. Sem dúvida é necessário o intercâmbio dos nossos jovens, em provas desportivas, nas diferentes ilhas. E ou não possível, Sr. Secretário, um protocolo com a SATA, em que a deslocação de grupos de jovens desportistas, fosse efectuado a um preço substancialmente mais baixo?

Como a lista já vai longa e o tempo atribuído ao PS, já não é muito, gostaria de pôr, e a finalizar, uma questão:

Esta relaciona-se com o INATEL. Julgo que devido ao carácter desta instituição, devo fazê-la ao Secretário Regional do Trabalho. Como provavelmente o Sr. Secretário deve saber, a Região Autónoma da Madeira, tem um protocolo assinado com o INATEL, tornando-se muito mais eficaz o funcionamento da Delegação do mesmo na Madeira. Sr. Secretário: É previsível ou já existem contactos nesse sentido em relação aos Açores?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixei para o fim desta minha intervenção o já conhecido, falado e tristemente célebre Pavilhão Gimnodesportivo da Horta.

Não quero ser fastidioso e repetitivo, porque

já tudo foi dito sobre este assunto, mas mesmo assim peço a vossa compreensão para expôr os seguintes dados:

Aquando da sua adjudicação, este Pavilhão foi orçamentado em 50.000 contos. Apareceu pela primeira vez inscrito no Plano de Desenvolvimento na Função Pública em 1978, com a dotação de 3.000 contos. ...

Presidente: Passaram dez minutos da sua intervenção, o que quer dizer que o outro Sr. Deputado do Partido Socialista que está inscrito, ficará também com 10 minutos.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou terminar muito brevemente.

...De 1978 até 1987, continua aparecendo inscrito em todos os Planos do Governo. Para 1987, a dotação é de 40.000 contos e pode ler-se que se destina à "ultimação da conclusão do Pavilhão".

Em trabalhos executados neste Pavilhão já foram gastas as seguintes verbas, conforme relatórios de execução orçamental do Governo:

1982	2.416,9 mil contos
1983	15.083,5 mil contos
1984	14.894,8 mil contos
1985	3.270,0 mil contos
	<u>35.665,2 mil contos</u>

De 1986, não há ainda publicação do Governo, que nos possibilite saber quanto já foi gasto.

Portanto, poderá concluir-se que, se o Pavilhão ficar pronto em 1987, se forem gastos os 40.000 contos previstos, uma obra que devia ter sido começada em 1978, só ficará pronta em 1987.

Nove anos depois! Custará 75.665,2 mil contos, mais a verba dispendido em 1986. A isto Sr. Secretário chama-se "um primor de execução e uma poupança de verbas digna de qualquer Governo que se preze"!...

Infelizmente não comecei a correr no pavilhão, no dia 15 de Julho de 1985, conforme seu conselho, e tenho dúvidas de começar a correr no ano de 1987. O andar da carruagem não nos leva a pensar assim...

Quanto à minha boa forma física, não estou grandemente preocupado, o que me preocupa são as condições das centenas de alunos da Escola Preparatória da Horta, que não tem espaço em condições para a prática desportiva, e que muito menos tem balneários, para a mais elementar regra de higiene - tomar um banho após a aula de Educação Física. Os balneários desta Escola nunca foram construídos, por ser directiva do Governo, o uso dos balneários do futuro Pavilhão.

Sr. Secretário, o senhor não tem sido um brilhante Secretário, mas tem sido brilhante a faltar à verdade...

Deputado José Carlos Simas (PSD): Não apoiado!

O Orador: ...,na Televisão, na Rádio, nesta

Assembleia, sempre com ar convencido mas não convincente. E até às vezes, para não ter o monopólio, chama mentirosos aos outros, que até o não são. Sr. Secretário, os Faialenses não acreditam em V. Exa. e têm, diga-se em abono da verdade, carradas de razão. Quanto a qual a entidade que irá gerir o Pavilhão, não esqueçamos a pergunta, mas fica para quando se descortinar o fim do mesmo.

Não por esquecimento, mas por falta de tempo, entre outros assuntos faltou focar:

- A que se destinam as verbas do FRFD?

- O funcionamento e apetrechamento das Delegações dos Desportos?

- O Desporto Infantil quando arranca na Região e em que termos?

- Desportos Náuticos, sem funcionamento e apoios?

Disse.

Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito mal!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pombo fez aqui afirmações que me parecem menos correctas, quando diz que o Governo Regional nada fez em termos desportivos. O Sr. Deputado, efectivamente está com lapso de memória, não se lembra do que era esta Região há alguns anos atrás: não havia campos de futebol e não havia praticantes de modalidades diversas. Sr. Deputado, o ano passado foram milhares de jovens que correram toda a nossa Região. Foi uma alegria vê-los, e eu vi-os pessoalmente na ilha Terceira, a confraternizarem todos uns com os outros, por motivo, exactamente, de acções levadas a cabo pelo Governo Regional.

Por outro lado tivemos durante muitos anos o futebol como única modalidade desta Região. Hoje em dia verificamos, é prova provada, que temos uma rica equipa de basquet, ricas equipas de vôlei. Isto é uma verdade. São factos. Enfim, verificamos que em termos desportivos, para o nosso meio, já somos alguns. ...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Hélio Pombo)

O Orador: Sr. Deputado, eu ouviu-o com toda a delicadeza, peço que me ouça também, por favor.

...O que eu digo é que o Sr. Deputado tem lapsos de memória e que diz que em 1978, de facto, está errado na data, reportase a 78 e nessa data era assim como disse. Hoje não é!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Natalino Viveiros.

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permita-me Vossa Excelência o uso da palavra, apenas para fazer um pequeno protesto relativamente à intervenção feita aqui pelo Sr. Deputado Pombo.

A intervenção do Sr. Deputado não trouxe nada de especial e voou aqui à volta desta tribuna e deste recinto. Se não fosse umas bicadas que deu aqui no Secretário Regional da Educação e Cultura e como o Partido Social Democrata suporta o Governo, tem que protestar pela forma pouco digna com que o fez. Julgo que as bicadas do Sr. Deputado podem infectar e até vêm já de origem, quando o Sr. Deputado diz que a maioria do povo do Faial não acredita; diz que o Sr. Secretário mente; que ele faz isto e que faz aquilo. Para já a vossa representatividade não permite fazer tal afirmação e por outro lado gostaria que ficasse aqui registado o nosso protesto, pela forma pouco digna com que o Sr. Deputado chamou a atenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura. Há outras formas que devem ser usadas, mas não a de chamar mentiroso e é contra isto que eu protesto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra não para me pronunciar sobre o protesto do Sr. Deputado Natalino Viveiros; não para me pronunciar sobre a forma como o Sr. Deputado Pombo usou aquando da sua intervenção, mas para me pronunciar sobre algum aspecto da temática que aqui foi trazida. E, foi exactamente a intervenção do Sr. Deputado José Carlos Simas que me levou a usar da palavra neste momento.

O Sr. Deputado colocou duas ideias principais, se bem percebi. Numa ideia diz que não está tudo como estava antes; na outra referiu os milhares de jovens que praticam desporto. Eu dou-lhe razão, mas queria intervir sobre esta situação porque também tomei posição oportunamente sobre questões do desporto, e nessa altura o Sr. Deputado nada disse, e julgo que convém clarificar este aspecto.

É evidente que as coisas evoluem - estou-me a lembrar do tipo de raciocínio que o Sr. Deputado de Santa Maria há pouco fez -; a política está em saber se evoluíram o suficiente ou não, em função da própria evolução de enquadramento que o mundo de hoje e o espaço em que estamos inseridos têm. A política é isto, porque efectivamente em 1980 nós não podemos estar na mesma situação em que estaríamos em 1900, ou mesmo em 1970, obviamente. No entanto, quanto à questão concreta do desporto e dado que eu também dirigi alguns reparos à política neste sector, eu queria só contar, em meio minuto, uma pequena história.

Vários professores numa Escola da Ribeira Grande, concretamente três, dirigiram-se-me há alguns meses atrás, dizendo que queriam trocar impressões sobre algumas actividades relacionadas com a Escola, especialmente sobre questões do desporto e então contaram-me o seguinte:

Que o Sr. Coordenador Regional da Educação Física tinha aparecido lá, tinha juntado umas centenas de crianças para irem participar num "corta-mato" que se ia realizar nas Furnas. As crianças foram de camionetas, montou-se todo aquele esquema de apoio que é, naturalmente, necessário. A televisão mostrou, deve ter mostrado belíssimas imagens, devemos ter ficado com a nossa consciência profundamente tranquila porque se está a fazer muito pelo desporto, mas só que as pessoas punham esta questão: foi a primeira e única vez que esse Sr. Coordenador tinha aparecido, foi a primeira vez que essas crianças tinham ouvido falar em "corta-mato" e por coincidência, nessa única vez, estava a televisão para filmar aquelas centenas de crianças a correr.

Põe-se aqui um problema - que eu pus na minha intervenção e possivelmente alguns dos Srs. Deputados não terão reparado -, que é o seguinte: "fazem-se muitas coisas que são boas em si, mas fazem-se apenas para criar a ideia de que há aquilo que afinal não há".

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em princípio eu não estou contra a intervenção que o Sr. Deputado Decq Mota acabou de fazer e reconheço alguma realidade naquilo que afirmou na sua intervenção, mas não posso deixar de reconhecer - e eu fui director dum clube durante muitos anos e continuo a pertencer às associações desportivas - que alguma coisa se fez nesta terra. Se não se fez o suficiente, algo de importante já se fez e julgo que estamos no bom caminho. Estamos a caminho de atingirmos a meta que o Sr. Deputado Decq Mota pretende, que é a minha também.

Deputado Francisco de Sousa (PS): O Sr. Deputado diga agora que não há professores de educação física naquela Escola!

Presidente: Srs. Deputados, eu pedia que não mantivessem diálogo.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por razões de tempo, não me vou alongar na catadupa de questões que o Sr. Deputado Pombo

pôs aqui à consideração, mas queria constatar nesta Câmara que há uma diferença abissal, e não podia deixar de haver obviamente, entre o Sr. Deputado do Partido Comunista Português que pôs questões importantes na sua intervenção de há pouco, que oferecem realmente medidas e reflexão e que são pertinentes algumas delas, faço-lhe essa justiça e terei muito gosto em trocarmos impressões sobre isto, só que não o poderei fazer agora em pormenor, por razões de tempo, e a intervenção do Sr. Deputado Pombo, que foi uma coisa soprada daqui e dali, foi juntando uma catadupa de questões...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Hélio Pombo)

O Orador: Respondo-lhe também, terei muito gosto nisso. Não lhe respondo agora porque não me dou a esse trabalho.

...mas queria fazer aqui reparo a algumas palavras usadas na sua intervenção. O Sr. considera-me um mau Secretário Regional e mentiroso. Mentiroso não sou, nunca fui e tenho muita honra de aos 43 anos nunca o ter sido. Posso-me ter enganado e engano-me concerteza, agora o que não sou certamente é malcriado, o que o senhor é, com efeito. E grosseiro, não é bem malcriado porque há uma diferença entre uma coisa e outra.

Com efeito está tudo dito e cada um faz as suas opções.

Portanto, terei muito gosto, apesar da sua grosseria, em poder esclarecer também algumas questões pontuais. Convirá que pôs aqui variadíssimas questões de pormenor que não é fácil anotar nem juntar na ocasião. Tenho ali um plano de actividades para 87 que em muito boa parte responde a algumas das questões que pôs.

Era só isto que queria dizer, lamentando que se não tenha comportado de acordo com a dignidade da função que exerce.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E só para dizer que o tempo não permite que eu possa responder.

Presidente: Estando este assunto esclarecido, dou a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado Jorge Cruz.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Plano para 1987, elaborado no quadro das grandes opções de médio prazo 85-88, continua a eleger como objectivo prioritário, o aumento do investimento privado e a consequente criação de emprego. Sobre este objectivo gostaria de tecer algumas considerações breves mas que suponho

importantes, tanto mais que esta opção clara pela participação crescente do sector privado é igualmente característica dominante do espaço comunitário, onde prevalece um modelo de economia de mercado que deve proporcionar à livre iniciativa económica o papel de verdadeiro motor de economia.

A partir de 1 de Janeiro deste ano, tornamo-nos membros das Comunidades Europeias e passamos a fazer parte daquele grande espaço económico com um poderoso mercado interno, e com uma larga abertura ao exterior.

A nossa inserção, far-se-a de forma progressiva e com resultado das negociações consagradas no tratado de adesão.

Estamos assim cientes que as implicações profundas que se farão sentir no tecido económico e social da Região, devem ser encaradas como factor determinante do processo de desenvolvimento dos próximos anos.

Não podemos pretender ocupar um lugar sólido no mercado europeu, mas podemos modernizar a nossa economia à nossa dimensão.

Somos uma Região com um reduzido mercado interno, onde as expectativas de lucro não abundam, até pelo contrário, rareiam, mas temos que fazer ajustar a nossa economia à realidade europeia.

Ao Governo Regional, cabe a tarefa de gerir quer no plano externo, quer no plano interno esta fase inicial da integração.

Há que potencializar a adesão da Região Autónoma dos Açores à Comunidade.

Para tanto, temos que reforçar o diálogo com a Comunidade e por outro criar as condições necessárias para obtermos benefícios financeiros dos Fundos Estruturais.

Nesta perspectiva, merece especial destaque, a necessidade de coordenar não só as acções e iniciativas interdepartamentais, como também as de nível autárquico e de nível privado com vista a maximizar-se o aproveitamento daqueles instrumentos e respectivos recursos comunitários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E sabido, que dos resultados a atingir-se a nível de emprego, depende da dinamização a imprimir ao investimento produtivo.

Neste domínio, a proposta do Plano a Médio Prazo, encontrou uma conjuntura económica nacional e internacional favorável e profícua à sua execução.

Temos que fazer tudo para aproveitar estas condições, no sentido de continuar a apresentar como credíveis as nossas propostas.

Porém, reduzir os bloqueios estruturais que os diversos sectores económicos comportam e que se encontram claramente diagnosticados no

Plano para 1987, é apenas uma das grandes tarefas do Governo da Região.

A sua política de desenvolvimento é também enformada por elementos referentes a uma política social, o que significa que se considera prioritário por um lado articular a respectiva vertente económica com a promoção de emprego - objectivo atingível por animação da actividade económica articulada com acções de formação profissional -, e por outro assegurar a satisfação das necessidades básicas dos açorianos, nomeadamente através da construção de infraestruturas e equipamentos de educação e saúde.

A política de construção das infraestruturas básicas nas ilhas delas carecidas, encontra-se quase plenamente executada.

Apenas em 2 ilhas, Santa Maria e Flores, falta fechar o circuito dos portos e aeroportos.

A rede de saúde e de educação anda a ser construída em todas as ilhas na justa medida dos recursos existentes.

Porém, como em tudo, e em política felizmente que o assim é, quando se seleciona opta-se por uns em detrimento de outros, e na Região, o **desenvolvimento urbano foi nitidamente prejudicado**.

Ponta Delgada é disso um exemplo destacado e exige uma política adequada de ordenamento; exige uma rede de acessos e saídas de tráfego em condições e de acordo com o seu próprio desenvolvimento; exige uma rede de saneamento básico e de energia articuladas com o desenvolvimento crescente da actividade produtiva;

Exige-se no fundo que o desenvolvimento urbano passe a estar hierarquizado, por cima, sem complexos, de forma a que o seu adiamento não prejudique o próprio processo global de desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por último, gostaria de tecer algumas considerações, sobre dois instrumentos e medidas de política que urgem ser implementadas. Refiro-me à actualização do sistema de incentivos financeiros e à reforma do sistema fiscal que merecem referência especial, por deles e em parte depender o sucesso da política económica.

A 1ª deve passar a proporcionar soluções mais adequadas às necessidades dos agentes económicos, através de uma maior eficiência na afectação de recursos e permitir igualmente a **acumulação de capital** nos sectores produtivos.

Esta última condição é indispensável ao reforço da economia e **constitui um endémico factor debilitante no nosso tecido empresarial não tradicional**.

Por outro lado, este reforço de economia passa também pela reforma do sistema fiscal.

Embora já iniciada na tributação indirecta com a introdução do IVA, o Governo Regional propôs-se proceder à adaptação do sistema fiscal

à realidade Regional.

A aprovação da proposta, embora dependente constitucionalmente da Assembleia da República, virá em 1º lugar a esta Assembleia Regional.

Julgo importante **criar o tempo político da sua apresentação**, na medida que por um lado o Governo da República propõe-se para 1987 criar o imposto único gerido por uma administração fiscal renovada e onde a componente informática terá um papel de relevo na sua fiscalização e por outro ela fez parte das nossas propostas que apresentamos ao eleitorado em 1984.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao falar na necessidade do reforço do investimento privado, fi-lo com a devida consciência da dimensão humana e económica da Região, da sua capacidade de poupança e das **limitadas expectativas de lucro que o seu mercado interno oferece**.

Há pois que potenciá-los em sentido contrário, isto é como centro de importação e de reexportação para mercados comunitários maximizando o valor acrescentado Regional.

Neste campo temos que valorizá-la e optar definitivamente pela competência empresarial.

A Comunidade Europeia outra coisa não permite, sob pena de pagarmos caros os nossos erros.

Saibamos pois aproveitar esta opção inteligente.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social. Tem no máximo 37 minutos.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Farei uma curta intervenção, já que sendo o último membro do Governo a intervir o tempo é pouco e ainda porque estive reunido há poucos dias com as Comissões dos Assuntos Sociais e dos Assuntos Políticos e Administrativos desta digna Assembleia, onde foram esclarecidas as dúvidas, sobre o Orçamento e Plano 87, agora em discussão.

No dia 8 do corrente, fez dois anos que tomou posse o III Governo Constitucional da nossa Região Autónoma, e, desde então, já explanei nesta Assembleia quais os objectivos que nos propunhamos levar a cabo.

Felizmente posso afirmar, que o Relatório de Execução de 85, espelhou bem a nossa capacidade de resposta, e estou certo que o de 86, voltará a confirmar o mesmo, apesar de termos sido confrontados com dois temporais excepcionais, já que ventos ciclónicos de tamanha intensidade como os de Fevereiro não se faziam sentir há 70 anos, e as chuvas diluvianas e catástrofes

de Setembro último não sucediam há 93.

Os trabalhos de recuperação iniciados de imediato, e que prosseguem, são trabalhos vultuosos, vieram prejudicar o andamento dos trabalhos programados para 86, já que os meios humanos, de equipamento e financeiros foram para aí desviados em prioridade, atrasando o lançamento de importantes obras, mas estou certo que vamos recuperar esse atraso em 87. Cabe aqui referir, porque julgo que a opinião pública não tem sido esclarecida sobre isso, que apesar das boas vontades manifestadas e das boas notícias dos O.C.S., ainda nem um centavo, repito, nem um centavo, se recebeu quer do Governo Central, quer da CEE para acudir à recuperação dos temporais de 86. Isto é importante que se diga, porque as pessoas não estão esquecidas e julgam que tudo aquilo que se tem feito tem sido com apoios externos substanciais, quanto até à data temos conseguido fazer isso economizando meios e alterando algum percurso das obras em curso para acudir a situações em que as populações o mereciam.

Ainda há poucos dias tivemos aqui um Seminário sobre habitação, problema que preocupa todos os Srs. Deputados de todas as bancadas e o próprio Governo. Vieram técnicos qualificados e experientes do Instituto Nacional de Habitação, do Fundo de Fomento, da Embaixada Americana, do Ministério das Obras Públicas e também os técnicos da Região, como não podia deixar de ser. Todos eles teceram elogios à forma como fomos conduzindo e conseguindo tentar resolver - porque o problema da habitação não se resolve nem cá, nem em parte nenhuma tão cedo, porque é difícil, é um problema complexo - este problema, à orientação que se está a seguir. Isto para nós foi gratificante e deu-nos um estímulo para continuarmos as acções, aquelas que estão testadas e que tem sido boas, para corrigirmos o que estava mal, para continuarmos a alargar o leque e no ano que vem alargá-lo numa maneira diferente já que temos motivos para isso.

Em face disso e não só, propusemos e aumentámos substancialmente as verbas, como podem ver, no sector da habitação. Ultrapassámos os dois milhões de contos e só para referir alguns números - eu chamava a atenção do Sr. Deputado Manuel Goulart, que eu sei que é uma pessoa bastante interessada nisso e eu outro dia tentei dar-lhe a explicação, que julgo que percebeu - direi que:

- Para realojamento inscrevemos 35.000 contos em 87, contra 15.000 em 86, porque as acções de realojamento aparecem quando menos se espera e como viram agora nestes temporais, temos vários casos de realojamento importantes. Porquê? Porque temos algumas habitações que foram danificadas

porque estavam instaladas nos centros das ribeiras. Aqui no Faial também temos casos desses e temos, de uma vez por todas, que actuar no sentido de retirar aquelas casas e repô-las no seu devido lugar, a salvo de novas catástrofes que possam surgir.

- Para a habitação degradada, que é um problema que tem sido aqui debatido e muito bem, porque temos feito um rateio daqueles casos que nos são apresentados em cada freguesia, não temos conseguido satisfazer todos os anos aquela procura, aumentámos esta verba de 100.000 contos em 86, para 181.000 contos em 87. É um aumento substancial, exactamente, para atender a esses casos, mas não é só ter as verbas disponíveis, é preciso também ter o pessoal para acompanhar as obras e porque temos vindo a reformular essa atitude, contratámos recentemente mais três técnicos para o sector da habitação, isto só para a ilha de S. Miguel, para acompanhar as obras, porque não é só fazer obras, não é só dar os materiais às pessoas, tem que lá ir técnico qualificado que vá melhorar a habitação das pessoas, aumentando um quarto, fazendo uma casa de banho, ou reformulando um pequeno projecto que às vezes não é muito dispendioso, mas que dá para que as pessoas não continuem só a pôr uma telha, tapar um buraco ou fazer um pátio de cimento. Julgo que é uma acção muito melhor desde que seja acompanhada tecnicamente.

Nós só em S. Miguel tínhamos 300 e tal casos para resolver e o quadro de pessoal técnico não chegava para acompanhar tudo isso, a nível de fiscalização e ao nível de técnicos. Por isso reforçámos a verba grandemente.

Também cabe aqui referir que havia um problema que os Srs. Deputados da Graciosa, Terceira e São Jorge sabem muito bem, que devido ao Director de Serviços estar adoentado não pôde acompanhar os projectos desde 1984. Havia um atraso muito grande, mas posso aqui afirmar que até aos fins de 86, princípios de 87, foram e irão ser recuperados os casos de 84, 85 e 86. Vai assistir-se naquelas três ilhas a uma recuperação importantíssima que será ganhar o atraso e atender os casos de 86 que estavam previstos. Quero dizer que não houve rateio e os casos efectivos da ilha Terceira vão ser atendidos.

Em relação a S. Miguel é muito mais complicado, porque são muitos mais casos e cada freguesia quando pede 20 ou 30, assistimos apenas a 5, 10 ou 15, aliás, como toda a gente sabe.

- Para infraestruturas também passamos aqui de 285.000 contos em 86, para 425.000 contos em 87, porque tínhamos muitos loteamentos em várias freguesias com atrasos para lançamentos de obras, fizeram-se variados projectos, que estão agora a sair; alguns estavam presos

por questões burocráticas; já estão desbloqueados muitos que já foram a concurso e vão continuar pelo ano de 87.

- Na auto-construção, e foi aqui que eu expliquei ao Sr. Deputado Goulart que a auto-construção é habitação própria; o Sr. Deputado referiu-se à habitação própria que é outra rubrica que tinha 40.000 contos e que passou para 14.000 contos. Essa habitação própria aí, que era das cooperativas, e custos controlados, baixou porque as cooperativas que estavam em actividade, que eram aquelas três grandes cooperativas da Região, os seus casos foram sendo resolvidos, logo a verba se pôde baixar. Esta verba passou de 220.000 contos em 86 para 500.000 contos em 87, porque não há dúvida que a auto-construção é habitação própria, o terreno é da pessoa, a casa é transmissível aos herdeiros. Portanto há um reforço substancial neste sector.

Neste conjunto de acções que eu referi aqui, passamos de 620.000 contos em 86 para 1.190.000 contos em 87. Portanto há praticamente o dobro no investimento que vai ser feito.

Vamos prosseguir com as acções, são projectos testados, mas agora aparece aqui um outro factor. Como sabem o Equipamento Social está a participar com outras Secretarias num programa inter-departamental, que já foi referido e explicado pelo Secretário dos Assuntos Sociais em tempo, com a apresentação dum dossier com casos concretos de pobreza comprovada, especialmente na ilha de S. Miguel, que tem um levantamento feito, freguesia a freguesia, e da parte do Equipamento Social tencionamos também, com este reforço de verba, começar a atender em 87 alguns desses casos. Não serão todos ao mesmo tempo, porque isto é um problema que é vasto, como sabem, mas vamos entrar já por esse caminho.

Poderão inquirir porque é que não apareceu explicitamente um programa para atender a esses casos de pobreza? E porque entendemos, tal como fizemos com o caso da habitação jovem em 86 - que foi um programa que saiu do programa da auto-construção - que não houve alteração na maneira de apresentar a documentação, de continuar a prosseguir com a acção que já estava desencadeada, simplesmente houve foi uma bonificação diferente, como toda a gente sabe, na pontuação que permitiu que os casais jovens entrassem nas listas e entraram aqueles que se habilitaram e concorreram e que tinham a documentação em ordem e também foi dada a esses casais jovens uma bonificação diferente, com outra quantificação e até através da Secretaria Regional do Trabalho, com alguma mão-de-obra de ajuda.

Como sabem, nós estamos aqui a apreciar o Plano e o Orçamento e longe de mim pensar, embora possam dizer que é preciso uma maioria para aprovar o Plano e o Orçamento, pois concerte-

za que é e eu respeito muito a democracia e as Assembleias - porque também já estive na bancada contrária, já fui deputado por duas vezes - que este Plano e Orçamento já estão aprovados, porque para mim eles só estão aprovados depois de se proceder à votação. Logo aqui, quando eu digo que tenho 500.000 contos para desencadear acções, espero bem que daqui a bocado possa raciocinar diferente daquilo que raciocinei até agora. Não seria caso disso, mas espero que daqui a pouco seja aprovado o Plano e o Orçamento.

Quanto ao Urbanismo e Ambiente - e recorde que este ano de 1987 é o Ano Internacional do Ambiente - caminha-se para uma política de ordenamento do território, que visa uma melhoria da concepção geral da utilização e organização dos espaços da repartição de actividades e protecção do ambiente, acompanhada de uma política urbanística em que os Planos de Urbanização das áreas urbanas e rurais, e a sua correcta gestão, constituem acções fundamentais a desenvolver. No âmbito da defesa de qualidade do ambiente, destacam-se pela sua importância, o apoio a prestar às autarquias na gestão dos resíduos sólidos, bem como a elaboração de estudos-piloto de detecção de focos de poluição que serão feitos em colaboração com a nossa Universidade, e vão permitir o estabelecimento de medidas de salvaguarda e recuperação.

Para estes sectores destinam-se 130.000 contos, contra 36.000 em 86. Estas verbas permitirão a dinamização do Centro de Formação Técnica, pois a cartografia é indispensável a qualquer planeamento. Vão permitir lançar a concurso para o Plano de Urbanização de Ponta Delgada, antes do fim deste ano (como já há dias foi anunciado pelos O.C.S.), vão permitir um grande reforço no sector do ambiente, aproveitando-se o Ano Europeu do Ambiente, e vão ainda permitir lançar o concurso para o projecto sobre tratamento dos resíduos sólidos na ilha de São Miguel, pois atendendo à dificuldade do tratamento dos lixos no maior centro urbano, decidiu-se realizar há meses com todas as Câmaras daquela ilha, um reunião para enfrentar o problema globalmente, pois poderá concluir-se que seja viável substituir os aterros sanitários por centrais de tratamento comum a vários concelhos. Esta experiência se resultar, poderá ser implementada noutras zonas da Região, como por exemplo o caso da Terceira, que julgo que é viável, com dois municípios muito próximos, Praia e Angra, penso que é simples de resolver com uma estação de tratamento, devido à sua proximidade, mas vamos começar por S. Miguel lançando agora a concurso o projecto de tratamento de resíduos sólidos.

Aqui, nestas questões que tenho estado a

tratar, julgo ter respondido, em parte, ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, quando outro dia colocou várias questões relacionadas com o ambiente e com o plano de urbanização de Ponta Delgada, que vai a concurso ainda este ano. Como sabem houve em tempos uma deliberação pública, e a Comunicação Social transmitiu isso, dizendo precisamente o seguinte: "que vamos lançar a concurso o plano de urbanização de Ponta Delgada". Há uma comissão de acompanhamento do plano, formada por várias entidades, algumas até de reconhecido mérito, que foram seleccionadas entre os habitantes de Ponta Delgada, para acompanharem também esse estudo. O projecto vai ser lançado ainda este ano.

Quanto à defesa dos recursos hídricos, já foi entregue à Câmara de Vila do Porto o primeiro estudo integrado sobre gestão dos recursos hídricos para a ilha de Santa Maria. Estamos a executar idêntico trabalho no Concelho da Povoação e vamos fazê-lo noutros concelhos. Estes estudos contemplam o levantamento de todas as nascentes e furos para captação, características sanitárias de água na origem e ainda o conhecimento dos caudais e das reservas de cada ilha. Ficam ainda quantificadas as bacias hidrográficas com interesse para aproveitamento hidroeléctrico e feita a medição das precipitações, humidades e temperaturas. Temos procedido à aquisição dos terrenos adjacentes às nascentes, cuja protecção contra a poluição é indispensável para garantia da qualidade da água potável.

Para responder ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, não temos carta hidrográfica, mas fizemos anuários em algumas ilhas e estamos em contacto com a Direcção-Geral dos Recursos Hidráulicos afim de nos tratarem os dados que permitirão a feitura da carta hidrográfica, que é muito importante e fundamental para a nossa Região.

Quanto às Estradas Regionais, temos vindo a melhorar a nossa rede viária, introduzindo correcções, drenagens, pavimentações, sinalização horizontal e vertical, pois as estradas constituem factores de progresso e desenvolvimento de qualquer Região, tanto do ponto de vista económico como social.

Torna-se contudo absolutamente necessário, assegurar melhor as condições de acesso aos centros urbanos e de ligação aos portos e aeroportos para facilitar um mais rápido, seguro e económico escoamento de bens, além de contribuir para uma melhor oferta turística.

Neste domínio temos melhorado, não está tudo feito, há ainda muito a fazer.

O Sr. Deputado João Braga, que hoje não está cá, gracejou ao dizer que o Equipamento Social tinha estradas a passo de caracol em Santa Maria. Também gracejando, gostaria que lhe transmitissem

que as estradas da Câmara Socialista estão a passo de caranguejo... .

(Risos de alguns Srs. Deputados)

José Dinis Resendes (PS): A Câmara de Vila do Porto tem muitas mais estradas que o Equipamento Social!

O Orador: ...Agora! Cada um tem as suas responsabilidades!

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Mas o Equipamento Social tem mais máquinas que as Câmaras!

O Orador: ...Eu não posso regionalizar a Câmara de Santa Maria, senão fazia-o com muito gosto!

(Risos da Câmara)

Desta forma a verba destinada para estradas é de 1.430.000 contos em 87, contra 1.190.000 contos em 86, devendo este aumento ser ainda muito mais significativo, já que aguardamos a aprovação de financiamento do FEDER, para as obras de maior vulto.

Peço ao Sr. Presidente que me informe de quanto tempo ainda disponho.

Presidente: O Sr. Secretário dispõe ainda de 15 minutos.

O Orador: A Secretaria do Equipamento Social cabe ainda a execução de programas de outros departamentos, pelo que em 87, teremos que iniciar 15 edifícios para o ensino primário, 3 escolas para o ensino preparatório e secundário,...

Deputado Francisco de Sousa (PS): Oxalá não metam água!

O Orador: Já está bastante melhor! ...além de se ampliarem duas, efectuar obras nos três pólos universitários e em instalações desportivas de várias ilhas no montante de 1.425 mil contos. Eu queria dizer que este problema do desporto foi trazido aqui e muito bem, porque eu também gosto de desporto, - e também pratico desporto, o meu desporto preferido é a vela - ele é muito importante para a nossa juventude que se quer saudável e uma juventude sã para o futuro. Temos várias instalações desportivas. Quero dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que se mostrou um defensor acérrimo do desporto, que o projecto do recinto desportivo de Angra - que é uma obra muito grande - já está entregue a uma firma que, por aquilo que tem feito na Região, permite-nos dizer que já cumpriu com o plano de apresentar o projecto a tempo. Já foi adjudicado e vão começar pelo campo de futebol, depois tem o complexo desportivo que é bastante grande e oxalá que se chegue ao fim mais depressa do que o Gimnodesportivo da Horta, que também já foi referido aqui várias vezes, que não é um caso exemplar, já foi aqui explicado os motivos desses atrasos. Esta obra foi novamente

adjudicada, está em andamento e esperemos que desta vez vão mesmo até ao fim.

Teremos que lançar obras em dois hospitais, iniciar três centros de saúde e continuar obras em mais três, dois lares de idosos e obras em 20 polivalentes, cujo montante é de 1.025.000 contos, obras na orla marítima, em sete portos e cinco aeroportos, trabalhos orçados em 3.280.000 contos.

Em resumo a Secretaria do Equipamento Social terá a seu cargo em 87, a execução de obras no valor de 9.133.000 contos, o que é tarefa deveras grande, e que vamos procurar levar a efeito com todo o nosso empenhamento.

Também estamos a levar por diante a informática na Secretaria, que é bem necessária. Espero dentro de um mês ou dois ter montado o primeiro esquema informático, que depois será ampliado à medida das necessidades. Isso vai permitir um acompanhamento melhor e uma celeridade nos processos, porque isto são processos morosos que exigem análise e aprovação de projectos processos de expropriação sempre morosos, preparação e lançamento de concursos, análise de propostas, visto do Tribunal de Contas e da Secretaria das Finanças, celebração de contratos, fiscalização, processamentos, revisão de preços, etc.. É um processo, de facto, pesado. Tenta-se aliviar esta carga burocrática, mas é difícil.

Após esta breve referência, julgo que se compreenderá melhor algumas falhas ou atrasos dos serviços e também dos empreiteiros a trabalhar em ilhas que requerem a importação de maquinaria, ferro, cimento e explosivos, sujeitos a transportes marítimos condicionados por vários factores.

Há aqui uma coisa que eu quero referir também, porque nós temos tido oportunidade, nestes últimos tempos, de nos visitarem muitos técnicos, devido a projectos que existiram provenientes dos temporais como de outros. Temos todos os anos aqui um grande número de açorianos que vêm do Continente, Estados Unidos e Canadá, as referências que eles fazem, que me fazem a mim e a outras pessoas, também fazem aos Srs. Deputados da maioria e da oposição, é de que não está tudo tão mau e julgo que, sem optimismo exagerado, não devemos exagerar no pessimismo, temos que dar um pouco de esperança à nossa população, porque só mostrar o que não presta, só deitar abaixo também não pode ser. É precisamente essas pessoas que vêm de fora que dizem que tem havido melhorias. Realmente tem havido, embora haja pessoas que não vêem.

Na minha intervenção, aquando da discussão do Plano, em 27 de Março de 85, nesta mesma tribuna disse, e passo a recordar:

"Vamos continuar a trabalhar, para que no fim deste plano quadrienal, tenhamos ainda mais

força para consolidar e alargar a nossa Autonomia, que continua ameaçada, e ainda, o povo açoriano ao tomar nas suas mãos os destinos destas ilhas, saberá dar à mãe-pátria e ao mundo, um exemplo de humildade de querer e de trabalho que nos foi legado pelos nossos antepassados"...

Passados ano e meio, os últimos acontecimentos infelizmente deram-me razão. A nossa Autonomia continua ainda mais ameaçada, pelo que às palavras então proferidas, cumpre-me acrescentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Todos nós fazemos parte daquilo que está consagrado no nosso Estatuto. Eu estive lá em 1980 e foi bem difícil consagrar lá o Povo Açoriano. Houve dificuldade, mas foi aprovado por unanimidade.

Eu gostaria que todos nós - e estou certo que assim irá acontecer e esta Assembleia, constituída por deputados de vários partidos, sobejamente já deu provas disso - continuássemos a lutar com redobrado entusiasmo, para que esta autonomia conquistada com muito sacrifício, com muito trabalho, por todo o povo desta Região, não a venhamos a perder; vamos melhorar e aprofundar esta Autonomia naquilo que é possível e julgo que se continuarmos unidos nesse firme propósito seremos capazes de dar ao nosso povo um futuro melhor em paz e liberdade.

Disse.

(Aplausos do PSD, do Governo e do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro do CDS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para pedidos de esclarecimento.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Gostaria de pôr algumas questões ao Sr. Secretário, mas antes queria felicitá-lo pela forma como apresentou a sua intervenção ao plenário da Assembleia. Tive o cuidado de aplaudir a sua intervenção, não por concordar integralmente com tudo o que disse, mas pela forma como o fez e sobretudo pela forma como encerrou a sua intervenção, porque me parece também importante introduzir aqui algum humanismo nos trabalhos desta Assembleia e julgo que a atenção com que as pessoas ouviram o Sr. Secretário, não resulta tão pouco desse fora de horas em que todos nos encontramos aqui, mas talvez mais pela forma que eu considero de diálogo, do que com a preocupação de impingir o seu programa. Eu entendi desta forma.

Tinha aqui algumas notas que o Sr. Secretário muito bem se antecipou, inclusivamente o meu interesse nos projectos em questão que, como todos nós sabemos, são projectos de longa data; são tão idosos como a nossa Autonomia e realmente requerem, como o Sr. Secretário diz, uma acelera-

ção para que, de uma vez por todas, as respectivas populações possam beneficiar desses empreendimentos e o caso mais flagrante talvez seja esse que referiu da zona desportiva de Angra do Heroísmo. Mas há outros e se me permite vou relembrar o caso da Serra de Santiago, relativamente à qual esta Assembleia já conhece a minha discordância pela forma como o Governo tem vindo a tratar essa matéria ultimamente, ao contrário dos compromissos que havia assumido há 3 ou 4 anos atrás. Já tive acesso aos esclarecimentos do Sr. Secretário, respeito-os e ele com certeza compreenderá também as razões da minha discordância. A Câmara Municipal da Praia da Vitória, como entidade interessada na matéria, já há 2 anos tinha manifestado a sua apreensão a esta Assembleia e eu continuo esse apelo, porque me parece que as coisas não têm evoluído tal como seria desejável e aconselhável.

Faria ainda referência, genericamente à situação das estradas da ilha Terceira; estou talvez aqui a particularizar a situação, mas parece-me indispensável que na sequência das tarefas da reconstrução, as ilhas reconstruídas felizmente, passaram a ter uma nova carência que é nas vias terrestres que possibilitaram essa reconstrução. E um facto, é o reverso da medalha e impõe uma diligência muito firme nesse domínio. Infelizmente há um ou outro projecto na área das estradas que julgo que é preocupante e dou como exemplo, o projecto da estrada regional Vila de S. Sebastião/Cabo da Praia, que é uma das crónicas presenças no Plano Regional. Todos nós sabemos que ela foi aberta, está num estado mau apesar de reparações que ultimamente tiveram lugar. Seja como for, isto resulta duma má programação numa estrada que foi aberta e não pode ser ultimada porque envolve articulação com outros serviços. O que eu pedia ao Sr. Secretário era que tentasse obviar essa situação, porque se a população daquela zona estiver a aguardar a concretização do abastecimento de água à Ribeirinha/Cabo da Praia, estamos certos que não haverá estrada nos próximos anos. Faço lembrar que é uma das zonas turísticas daquela área, os prejuízos são enormes e eu lamento ter que referir isto novamente nesta Assembleia, mas preocupa-me a má imagem que deixamos perante estrangeiros que, inclusivamente, muitos deles já moram naquela área.

Quanto à questão habitacional não vamos ter tempo para grandes debates - estamos todos já com os olhos postos no cronómetro -, mas seja como for, queria dizer ao Sr. Secretário que aprecio o esforço financeiro que este Plano tenta afectar às áreas habitacionais, aprecio o empenho e entusiasmo que o Sr. Secretário tem colocado sempre nessa matéria e isso também

vale alguma coisa; aprecio até o optimismo que o Sr. Secretário também deixa sempre transparecer nos seus propósitos. Parece-me que há algum desconhecimento, por parte das nossas gentes, desses mecanismos, há alguma burocracia, há alguma dependência de atestados; tudo isto, e até com o exemplo do que se passou em relação ao sismo, em que se fez um trabalho por todos considerado positivo e que funcionou mais na base do sistema bancário, obviamente com grandes bonificações, mas funcionou e diria até com alguma celeridade. Tenho sinceras dúvidas quanto à eficácia total desse emaranhado de programas e projectos que eu próprio, talvez por deficiência e por má atenção, também me sinto às vezes confundido entre tanta noção, tudo à volta dum grande programa de habitação.

Eu desejaria que a curto prazo - talvez 1 ou 2 anos - o Governo encontrasse um macro-programa para a habitação, mais simples na sua concepção e talvez também menos burocrático na sua execução.

Para terminar, diria apenas que ontem fui solicitado por um eleitor, que julgo que nem é meu, que não sabia como resolver o seu problema. Ele tem uma casa, quer recuperá-la; já começou, só que está sem dinheiro e foi à Caixa Geral de Depósitos, que lhe fez aquele interrogatório do costume, e eles disseram-lhe: o senhor meta o processo, mas isso não avança por que o Governo Regional ainda não regulamentou o Decreto-Lei nº 328-B/86 e a Portaria nº 562-A/86, de 30 de Setembro. Eu próprio, em diálogo com o Sr. Gerente da Filial, fui confrontado com isso e ele até recomendou-me que eu resolvesse isso rapidamente aqui na Assembleia, uma vez que isso ia ser aprovado agora. Eu senti-me importante e estou impotente, neste momento, apenas no que respeita a este assunto habitacional.

(Risos de toda a Câmara)

Portanto desejaria que o Sr. Secretário, no âmbito ainda do tempo disponível, me desse algum ânimo para eu transmitir a esta pessoa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário do Equipamento Social para responder.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tirou-me a oportunidade de poder responder melhor a estas questões, porque foi dando as respostas.

Disse que sobre a situação do Cabo da Praia houve má programação. Pois houve, mas o Sr. Deputado deu a resposta quando se referiu ao abastecimento de água.

Portanto este assunto prende-se realmente com o abastecimento de água, que foi adjudicado

há bastante tempo, a Câmara tem mostrado o seu empenhamento e já nos disse que há troços que pode fazer primeiro, para nos permitir que entremos na parte de estradas. Eu julgo que essa coordenação vai ser possível. O que não foi até aqui.

Também já disse aqui por mais que uma vez que houve a opção pela via de ligação rápida Praia/Angra, que é uma obra bastante dispendiosa por quilómetro, que veio atrasar outras obras, mas está na parte final e esperamos que até ao Natal fique concluída; esperamos que sim. Está tudo programado para isso e vamos libertar então acções noutros troços da ilha que estão a precisar de reparação.

Quanto à parte da burocracia no sector da habitação, que é aqui muito invocada, eu devo dizer que não é tanta como isso, porque tem-se explicado através de alguns programas de rádio, são três ou quatro documentos, mas que são imprescindíveis e que são: ter que provar que tem o terreno, provar a capacidade financeira, ter uma declaração da Junta de Freguesia ou da Câmara. São elementos simples e mínimos. Se os interessados se dirigirem às Câmaras Municipais ou às Juntas de Freguesia, elas poderão informá-los concretamente de como eles têm que fazer. O processo burocrático não é assim tão grande.

Em relação ao Decreto-Lei 328/B, eu vou deixar este assunto para um acesor jurídico, que está aqui ao meu lado, de quem me socorro várias vezes, que é o Sr. Secretário Regional das Finanças, que irá dar a explicação mais cabal sobre o assunto.

Em relação à zona degradada da Serra de Santiago, já conversámos sobre isso, houve uma alteração ao projecto inicial que estava programado, há o meu projecto, está desbloqueado o problema que havia com a zona militar portuguesa e até americana, com respeito ao depósito para abastecimento de água àquela zona toda e agora surgiu uma outra questão que foi junto à futura escola secundária da Praia em que ficou uma zona também destinada à auto-construção e o Director de Serviços de Angra pensa, e julgo que neste caso bem, que em vez de se estar a atirar mais gente para Santiago, quer ver se recupera algumas pessoas para outras zonas, para atacar Santiago que é uma zona vasta, mas que tem grandes implicações como todos nós sabemos. Há muita gente daquela zona que vai concorrer em programas já estipulados e que vai conseguir, mas também há lá muita gente que não vai ter acesso, porque não tem capacidade financeira para o resolver. E, de facto, um programa que se arrasta há já bastante tempo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e dispõe no máximo de 3 minutos.

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E só para dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que não se trata duma regulamentação nossa. É um regulamento do Governo da República e nós já enviámos ao Governo da República, há já algum tempo, a portaria que há-de adaptar o sistema à Região Autónoma dos Açores. Como o Sr. Deputado deve saber, sempre que sai um novo regime da habitação ou sempre que o regime em vigor é actualizado, há uma actualização para os Açores que tem sido até agora, apenas do crescimento duma percentagem de 35% sobre os valores fixados para o Continente, porque a habitação aqui tem um custo de construção por unidade mais caro que no Continente. Houve agora uma reformulação de todo o regime. É necessário também reformular os princípios em que assentava essa adaptação. Nós já apresentámos a proposta e julgo que por esta semana ou para a que vem esteja aprovada a Portaria que há-de estabelecer para os Açores e para a Madeira com quem nós colaborámos nesta redacção.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo e dispõe no máximo de 7 minutos.

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Em Março do ano em curso, trouxe aqui uma reflexão construtiva sobre o grave problema da miséria que afecta o quotidiano de muitas famílias açorianas, designadamente da ilha de S. Miguel, pese, embora, o facto de se tratar da parcela territorial considerada mais rica e mais desenvolvida sob o ponto de vista económico.

Pensei que, com aquela intervenção, conseguiria sensibilizar os nossos governantes regionais para a ideia de se comemorar o 10º aniversário do moderno regime autonómico com a erradicação definitiva de tais "situações de insuficiência económica, social e cultural", que, na altura caracterizei como uma epígrafe de "sequelas de uma catástrofe interminável".

A leitura do Plano levar-nos-ia a concluir que não o conseguiu. Mas também não terá sido possível evitar que, entretanto, se levantassem algumas vozes com o habitual chavão da falta de alternativas "credíveis" por parte da oposição, que critica mas não propõe, que deita abaixo mas não é capaz de construir.

A verdade é que, por entre as brumas da memória e da inteligência política, vamo-nos

perdendo nas águas paradas da rotina ou entretendo em guerrilhas de símbolos e bandeiras, arrastados, por conta própria ou alheia, para estéreis discussões à volta do sexo dos anjos, enquanto, aqui na terra, se intensifica o assédio dos inimigos da autonomia às muralhas do nosso distraído contentamento.

Porque existem, de facto, os inimigos da autonomia. São o alcoolismo e a sub-nutrição, o sub-alojamento e a falta de trabalho, as dificuldades de acesso à cultura, saúde e bem-estar - a outra face, em suma, das garantias constitucionais prometidas, há doze anos, numa radiosa madrugada de Abril e assumidas, logo depois, por todos quantos se dispuseram a conquistar para os Açores um sistema político próprio, tendente a contrabalançar o desfavor em que a própria natureza nos colocou, aqui no meio do mar, longe dos grandes rios por onde correm os mais avantajados mananciais com que se constrói o desenvolvimento e o progresso da humanidade.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A construção da autonomia constitucional passa, sem dúvida, pela clarificação dos aspectos com que se definem e materializam a sua natureza, os poderes dos seus órgãos, as fronteiras do seu espaço.

Mas passa, também, por se arrumar a casa.

Porque o povo - que caminha à margem da macropolítica, enquanto processo lúdico de conquista ou manutenção do poder - não precisa de autonomia para comê-la com pão, mas a sua existência é crucial para que ele consiga ter esse mesmo pão, que é também ter a casa, o trabalho, a saúde, a cultura, a educação e a segurança social.

O nosso conterrâneo Antero de Quental escrevia, em 1872: "O complemento necessário da liberdade, que a faz viver e justificar, é a República... A República é, no Estado, liberdade; nas consciências, moralidade; na indústria, produção; no trabalho, segurança; na Nação, força e independência. Para todos riqueza; para todos igualdade; para todos, luz."

É este o grande objectivo do regime autonómico; a igualdade, de facto e de direito, entre todos os portugueses, mas também, entre todos os açorianos, para que não existam portugueses de primeira e portugueses de segunda, mas, do mesmo modo, açorianos de primeira e açorianos de segunda ou, seguramente, micalenses de primeira e micalenses de segunda.

A autonomia é o nosso espaço de liberdade e solidariedade e o clima onde prospera e se possibilita, a cada instante, o acesso ao desenvolvimento e à qualidade de vida, não a um desenvolvimento concedido paternalmente, mas participa-

do, voluntário e assumido por todos os açorianos sem excepção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Num documento que elaborei, em 1983, para a revisão da lei de atribuições e competências das autarquias, avantei a ideia de se criar um Gabinete ou Serviço Regional de Apoio às Freguesias, cujo objectivo principal seria a preparação de planos integrados de desenvolvimento das comunidades locais, como forma de se ultrapassar o trágico panorama oferecido por algumas delas, onde as situações de pobreza proliferam há dezenas de anos, não resumidas à habitação, mas tendo nesta, sem dúvida, o seu lado mais visível e aparatoso.

Não me escuso de retomar esta proposta, certo como estou de que, na insuficiência de meios postos à disposição dos órgãos autárquicos, não serão as chamadas instituições caritativas que hão-de conseguir resolver tão grave problema social, económico e cultural.

Penso, por isso, que as comunidades afectadas por situações de pobreza extrema deverão ser urgentemente intervencionadas pelo Governo Regional, cuja preocupação, além de proporcionar os meios necessários para as acções a realizar, deverá ser a de procurar catalizar as potencialidades oferecidas pelas próprias populações, estimulando a criatividade local e articulando as vocações dos vários organismos, serviços e colectividades.

Isto será a valorização das freguesias como comunidades autónomas e capazes e não a sua redução a simples parcelas de uma divisão administrativa que se aceita como realidade pré-existente, mas talvez não se assuma como potencial criativo e autogestionário.

Não poderemos dormir sessegados enquanto muitos dos nossos conterrâneos permanecem no abismo da indigência económica, social e cultural, amarrados no areal imenso do subdesenvolvimento e mergulhados na anorexia do sonho, como se tal estatuto de vida fosse alguma vez compatível com a dignidade e com o magnífico projecto de sociedade visualizado pelo 25 de Abril e, de resto, pela instituição dos órgãos próprios com que se rege e governa a Região Autónoma dos Açores.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Muito bem!

O Orador: Porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o pior que pode acontecer à autonomia não será, porventura, a tão temida como improvável recusa do seu reconhecimento pela República, mas sim e sobretudo, a eventualidade de o povo açoriano deixar, algum dia, de acreditar nela como coisa sua, como projecto seu.

Disse. Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem!

(Aplausos dos PS, CDS e PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvaro Monjardino para uma intervenção.

Deputado Alvaro Monjardino (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Numa rápida intervenção sobre a Proposta do Orçamento para 1987, julgo ser útil apresentar aqui umas breves reflexões.

No quadro III, anexo ao Capítulo I da proposta, distinguem-se cinco tipos de receitas.

Estão em 1º lugar as **receitas fiscais** (previstas no Estatuto, artigo 82º, b) e c)), num total de **17.057.000 contos**.

Em 2º lugar, as **receitas não fiscais** (Estatuto, artigo 82º, a)), num total de **243.000 contos**.

Em 3º lugar, as **receitas provenientes de acordos internacionais** (Estatuto, artigo 82º, d) e 84º) num total de **1.400.000 contos**.

Em 4º lugar, as **transferências do Estado** (Estatuto, artigo 82º, f) e 85º), num total de **10.934 mil contos**.

Finalmente em 5º lugar, **outras receitas de capital** (com cabimento na alínea a) do artigo 82º do Estatuto, porquanto contemplam contrapartidas de alienações patrimoniais), num total de **340.000 contos**.

As receitas provenientes dos acordos internacionais são compostas por:

- receitas provindas das Comunidade Europeias (3.000.000 contos)
- receitas provindas do Acordo entre Portugal e os Estados Unidos para uso do território e instalações nos Açores (6.000.000 contos)
- receitas provenientes do Acordo com a França para utilização da ilha das Flores (400.000 contos)

A autonomização conceitual destas receitas é uma característica notável da autonomia regional. Como o adjectivo indica, "imprime-lhe carácter", e é, assim, essencial para a definição do seu conteúdo.

Essa autonomização decorre no artigo 229º, p), da Constituição, e dos preceitos do Estatuto que há pouco deixámos referidos.

Não se trata, assim, de receitas patrimoniais. Nem de receitas fiscais. Nem de apoio financeiro do Estado, ao abrigo ou não da solidariedade nacional. Trata-se de receitas percebidas ao abrigo de um direito **próprio** da Região.

E representam sensivelmente, 25%, ou seja, uma quarta parte, de **todas as receitas regionais**.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apresento um interesse especial o sublinharmos ainda **hoje** estes números e estas realidades

conceituais, que significam uma categoria "sui generis", como tal destacável no panorama das Finanças Públicas Portuguesas.

E que hoje se perfazem justamente 10 anos sobre uma histórica Resolução desta Assembleia - aquela pela qual o Governo Regional, ao receber o voto de confiança que solicitara, ficou mandado para desenvolver uma série de acções conducentes à obtenção de meios abertamente destinados ao fomento sócio-económico de toda a Região, através da participação em negociações a haver entre Portugal e os Estados Unidos.

Nesse já longínquo dia 25 de Novembro de 1976, os tempos eram realmente outros.

Numa matéria como aquela, nova, crucial, institucionalmente abordada e ousadamente decidida, não houve unanimidade nesta Casa.

O Grupo Parlamentar do PSD, aguentou sozinho a defesa das teses de participação efectiva e programada nas negociações que se antolhavam a curto prazo e que, em acordos militares, incidiriam sobre a utilização do território regional.

Foi grande, de então para cá, a caminhada feita pelos outros Partidos. Hoje queremos que ninguém, nesta mesma Casa, ponha em dúvida e muito menos em causa o direito da Região a participar efectivamente nas negociações e nos benefícios daquelas Convenções Internacionais, que de alguma maneira a envolvam.

Além de ter havido clarificações legais e esperanças (e uma delas foi o próprio artigo 62º do Estatuto de 1980), há uma prática já reiterada; há frutos palpáveis e houve contributos positivos que a partir desta Região reforçaram as posições negociais portuguesas.

Ao recordar, a partir desses números, estes factos; é, a partir destes factos, um dos mais significativos conjuntos de prerrogativas regionais, não posso deixar de reflectir sobre a articulação entre a conquista dos direitos e o seu exercício, entre a reivindicação constitucional e a administração corrente.

E também isto que torna vivo e actual o processo autonómico regional, neste ano do seu próprio 10º aniversário. Vivo e actual porque os direitos e prerrogativas, por vezes únicos, carecem de ser conhecidos, cada vez melhor fundamentados, e cada vez mais completa e correctamente exercitados. E essa, aliás, a sua melhor defesa.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tendo-se acabado as inscrições dos Srs. Deputados para fazerem intervenções, vamos passar ao encerramento do debate.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pretende usar da palavra?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E apenas

para uma pergunta já tradicional no final destes debates, que era sabermos a contabilização dos tempos?

Presidente: O Governo Regional não usou o seu tempo que tinha disponível, 2 minutos; o PCP não usou 3 minutos; o CDS não usou 2 minutos; o PS usou todo o seu tempo e o PSD não usou 2 horas e 49 minutos.

Para encerramento do debate poderá usar da palavra um representante de cada Grupo Parlamentar e dos Partidos não constituídos em grupo, por um período máximo de 10 minutos.

Para encerramento do debate, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão do Plano e do Orçamento para 1987 está a chegar ao fim.

Todo este debate foi a demonstração cabal de que também tem que chegar ao fim a forma como estes debates e as respectivas decisões são tomadas.

Os Partidos da oposição empenharam-se neste debate no sentido de demonstrar quais as razões que os levam a oporem-se ao Governo. O Partido que suporta o Governo pouco se empenhou em defender a sua política.

Entrámos aqui no dia 18, para discutir dois importantíssimos documentos, mas sabíamos todos, que para além desses documentos virem a ser aprovados, (o que é natural dado o Governo assentar em uma maioria absoluta) sabíamos todos que nada, nada mesmo, seria melhorado, rectificado, modificado.

Estas normas, impostas pela maioria, contrariam toda a lógica e até, a essência do funcionamento deste Órgão. Estas normas, desvirtuam mesmo de forma muito profunda, as competências desta Assembleia.

Todos os 44 deputados desta Assembleia, da maioria ou da oposição, são chamados, neste debate a dizer sim ou não. Estão impedidos de realizar propostas que correspondam ao conhecimento que têm das situações. Estão impedidos de propôr a rectificação de distorções, de clarificar seja o que for.

Para alguns será mais cómodo assim, mas para muitos, e de todas as bancadas, é cada vez mais inaceitável esta forma distorcida e aviltante de se trabalhar.

O Governo Regional, que é aturado cultor do autoritarismo político prefere assim. A direcção do partido maioritário tem preferido assim, pois torna-se mais fácil impôr soluções que mereceriam muito maior discussão, participação e sentido de responsabilidade de todas as partes que legitimamente tem que intervir na aprovação do Plano e do Orçamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Assembleia não é um teatro e a competência que constitucionalmente lhe cabe de aprovar o Plano e o Orçamento não pode continuar a ser exercida como se da representação de uma peça de teatro se tratasse.

A maioria sempre defendeu a necessidade dos deputados serem eleitos por ilha, mas ao mesmo tempo, a direcção dessa maioria corta cerce a possibilidade de os deputados intervirem verdadeiramente na resolução dos problemas maiores das suas ilhas, e que obrigatoriamente, se reflectem nestes documentos.

Os deputados representam toda a Região, mas a direcção da maioria, corta-lhes a possibilidade de exercerem, exactamente na questão principal, que é o Plano e o Orçamento, a essência da sua função legislativa.

As audições aos parceiros sociais e às Autarquias têm sido também realizadas sempre com o espírito de desobriga próprio daqueles que fazem as coisas sem convicção nem vontade.

Em cada ano vê-se o reflexo quase nulo dessas audições. Resta a esperança, especialmente às Autarquias, de que aquilo que apontam num ano seja contemplado 2, 3 ou 4 anos depois.

As audições são de efeito nulo, principalmente, porque o Governo, ao contrário do que diz, não tem um verdadeiro espírito de diálogo político no quotidiano da sua actividade.

A Assembleia Regional dos Açores, maioria e oposição, tem que tomar, urgentemente a iniciativa de alterar as normas deste debate. Essa alteração das normas implicará alteração de metodologias de trabalho, mas essa é a única forma possível de dignificar esta Assembleia e de democratizar, neste aspecto, o funcionamento do sistema autonómico.

Não tem qualquer jeito, andarmos, todos, durante cerca de um mês, com o Plano e o Orçamento, nas comissões, nos grupos e representações parlamentares e no Plenário, sabendo que nada daquilo é susceptível de ser melhorado ou modificado, por muito que muitos queiram.

Por regra e como é natural, as propostas do Governo são aprovadas nesta Assembleia. Também, por regra, e também como é natural, pois é para isso que o Parlamento existe, muitas e muitas propostas do Governo sofrem alterações na especialidade, ou propostas pelos Partidos, ou sugeridas pelas Comissões e assumidas por algum ou alguns dos Partidos.

Só não acontece assim para o Plano e para o Orçamento. Quem perde é a Região, quem perde é o sistema autonómico, quem perde é a dignidade deste órgão e dos seus membros.

Vozes do PS: Muito bem!

O Orador: Porque as perdas são muitas face aos ganhos, que consiste apenas no reforço do autoritarismo governamental, o PCP tudo fará no sentido de contribuir para que, já em 1988 este debate e esta votação tenham outras normas.

Discutir, apreciar e votar o Plano e o Orçamento na generalidade e na especialidade é o único possível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com este Plano o Governo Regional reafirma uma vez mais, sem qualquer espécie de equívoco, que a sua política económica é concebida a partir da ideia essencial, segundo a qual, uma classe restrita tem o "direito" de dominar a economia, dispondo de apoios públicos que funcionam como mola real para uma acumulação acelerada e volumosa.

Com este Plano o Governo Regional legitima uma vez mais todos um funcionamento distorcido da economia incentivando, de facto, e isto em geral a não utilização de parte dos resultados para reinvestimento, assumindo a Região o papel de investidor em favor daqueles que são escolhidos. Acumular assim é fácil e o certo é que uma boa parte dessa acumulação não tem tido, sequer, posteriormente uma utilização económica visível na Região.

Com este Plano o Governo Regional reafirma a sua postura irremediavelmente conservadora, no pior sentido, em relação a inúmeros problemas que afectam largas faixas da população.

Nada de inovador aparece para dar combate às visíveis e graves situações de carência extrema, pobreza e miséria. Recusa-se mesmo um diagnóstico claro da situação. Recusa-se, acima de tudo, a necessidade de olhar para estes problemas, onde eles existem, de forma clara e decidida.

Com este Plano o Governo Regional prossegue uma política que não visa a resolução das grandes questões que preocupam e afectam as populações destas ilhas. O Governo Regional dos Açores, hesitante entre o seu apoio político à CEE e o temor das graves consequências económicas que tal adesão, inevitavelmente, trará, toma a postura mais simples que é a de, através de um diagnóstico triunfalista, louvar-se em abundância e através de um Plano e de um Orçamento sobre-calculados, criar a ideia que tudo vai em grande velocidade. Só que a realidade não é essa e o que conta realmente são os resultados concretos, conduzidos ou não, em ganhos sociais e em transformações económicas e sociais. Como se sabe os ganhos sociais são limitados e as transformações económicas não atingem sequer o que o próprio Governo desejava.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano, na articulação dos seus programas na concepção dos seus projectos, na distribuição dos meios financeiros está totalmente marcado quer pela concepção de política económica que referimos, quer pelo conservadorismo total que caracteriza a actividade nas áreas sociais.

Refugiando-se numa mal fundamentada linguagem tecnocrática o Governo tenta iludir a realidade maior da nossa actual vida política e que se traduz na inexistência de uma política de desenvolvimento socialmente útil.

Para que uma política errada não comprometa um sistema político certo - que é a Autonomia Constitucional - torna-se cada vez mais urgente canalizar amplos esforços no sentido de virem a ser possíveis alterações de política na Região que traduzam alguns objectivos essenciais, nomeadamente o de obrigar a que o esforço de desenvolvimento, ou seja, a aplicação dos legítimos recursos da Região, seja feita tendo em conta a necessidade de dar resposta, de forma profunda, às carências e problemas da população.

A concepção actual impõe que o interesse das populações esteja condicionado pelos interesses ilegítimos dos que se dedicam, de forma muito pouco clara, a acumular fortunas.

A concepção que terá que vingar, terá de ser, a de que o interesse colectivo é que determina as políticas, é que disciplina as práticas, é que regula as actuações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A introdução do Anexo III no Orçamento para 87 constitui, como foi reconhecido uma evolução positiva na apresentação do Orçamento.

Todos os quantos se esforçam para que esta Região venha a ter, aprovado pela sua Assembleia um verdadeiro Orçamento, o reconhecem.

Como instrumento financeiro o Orçamento define um apreciável equilíbrio, que também reconhecemos.

Não pode contudo ser ainda dito que a Assembleia Regional discute e aprova, integralmente, um Orçamento, nem se pode deixar de ter em conta que o presente Orçamento é o instrumento principal de uma má política.

Por todas as razões apontadas; pela forte condenação que a política do PSD/A e do Governo nos merece; pelo facto de a aprovação que se avizinha não resultar de uma apreciação detalhada na especialidade e especialmente, pelo facto destes dois documentos serem instrumento de uma política que não tem como objectivo um desenvolvimento socialmente útil dos Açores, o PCP votará, firmemente, contra.

Disse. Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção de encerramento dos debates, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

A Representação Parlamentar do CDS tem um entendimento muito positivo da forma como decorreram os debates nestes 4 dias em que se abordaram o Plano e o Orçamento Regionais.

Pela nossa parte tivemos a preocupação de contribuir activamente para a discussão que animou este Parlamento, fazendo uma tentativa séria de análise dos documentos em apreciação.

Mais do que nos colocarmos na oposição sistemática à acção do Governo, foi nossa missão trazer a esta Assembleia uma reflexão, que consideramos poderada, sobre o conteúdo efectivo das propostas na perspectiva de que das divergências de pontos de vista, pode-se atingir entendimentos que de uma forma ou outra contribuam para a melhor resolução dos candentes problemas que afectam a nossa Região.

Na análise que havíamos feito ao Plano tivemos possibilidade de tanto pormenorizadamente quanto necessário demonstrarmos perante este Parlamento que a aparentemente sofisticada elaboração dos grandes objectivos está em perfeita contradição com o modelo regional que possuímos, excessivamente sujeito a variáveis exógenas que são fundamentais para a determinação dos principais objectivos que academicamente se tem vindo a reivindicar para a fundamentação da política regional.

Por outro lado, as características da nossa economia e as limitadas competências dos poderes públicos obrigam a uma maior modéstia na definição dos grandes objectivos previstos no Plano.

Reafirmamos que somos pela quantificação dos objectivos mas só quando a mesma se afigura tecnicamente possível e politicamente fundamentada.

Outra conclusão retirada é que muitas das correlações entre objectivos e orientações de política económica não foram devidamente ponderadas e envolvem consequentemente bastas incoerências.

Por seu turno constata-se um acentuado desfazamento entre medidas e objectivos propostos e o desenvolvimento temporal dos programas no âmbito da vigência anual do Plano.

Outrossim são as legítimas dúvidas que se levantam relativamente a algumas das chamadas grandes orientações de política económica.

Pela nossa parte tivemos oportunidade de denunciar que se afiguravam de difícil, para não chamar impossível, prossecução, orientações de política económica como o aumento do peso do investimento privado no investimento global; o aumento do fluxo comercial entre as várias ilhas no quadro de um sistema de transporte que evite a multiplicação de escalas e projectos;

a diversificação da produção primária e secundária.

No que respeita à programação verificamos que a Assembleia Regional mais uma vez não foi habilitada com a informação útil indispensável à apreciação de muitos dos projectos propostos. Por seu lado muitos dos projectos contemplados também não estão devidamente fundamentados.

Outra lacuna crónica da proposta governamental situa-se na falta de afectação das verbas globais aos projectos e sua inserção espacial. Neste particular, programas houve que não sofreram tratamento financeiro quando curiosamente temos conhecimento de que os proponentes se encontravam logicamente em condições de o fazerem.

Este facto revela a ligeireza com que largos sectores da Administração Regional ainda encaram as tarefas do Planeamento.

A agravar esta lacuna observa-se um desigual tratamento nos assuntos constantes nos diversos programas. Isto é, enquanto certos programas de inestimável relevo quer pelo seu impacto, quer pelos meios financeiros que envolvem, se apresentam praticamente sem qualquer informação válida, outros existem, e até ao nível de projectos e acções, que aparecem minuciosamente tratados o que não sendo um mal evidencia claramente as lacunas nos mais importantes.

Pelo exposto não podemos deixar de considerar como insatisfatório este Plano para 1987.

Para aqueles que menos entendem destas questões, não queremos com isso significar que boa parte das aplicações financeiras que o Governo Regional pensa fazer constituam mais investimentos. O que não estão, e nisso estamos de acordo, é devidamente justificadas como mandam as regras e a exigência política e legal que é devida a esta Assembleia Regional.

E isto é quanto nos importa, pois que da análise dum Plano se trata.

O problema também não se põe a nível do grau de execução financeiro do Orçamento, pois que quanto a este o ritmo de construções e de subsídios encarrega-se de garantir tal execução. O que não está definido e assegurado é o grau de satisfação dos objectivos propostos bem como os impactos estimados. E isto no fundo é que constitui metas fundamentais de qualquer processo de Planeamento.

Ao contrário do Plano, o Orçamento afigura-se-nos com uma elaboração mais consentânea com a situação regional.

Tal como correctamente lá se afirma a Região neste momento ainda não dispõe de poder de decisão sobre a receita orçamental e encontra-se fortemente dependente no que concerne ao nível de algumas despesas.

Seja como fôr entendemos que globalmente

se aponta para um equilíbrio orçamental que se ajusta à conjuntura presente.

Aliás, nota-se uma preocupação de explicitar as limitações subjacentes à elaboração do documento que está exactamente de acordo com o método que considera, adequado às circunstâncias e que esteve totalmente ausente da filosofia que presidiu à elaboração do documento do Plano.

Na medida em que rejeitamos a relativa arrogância dos objectivos do Plano e o desequilíbrio da informação contemplada na programação, não podemos deixar de reconhecer o maior realismo subjacente à elaboração do Orçamento e o equilíbrio possível que o mesmo denota.

De resto é saudável reconhecer que a estrutura das receitas regionais com uma crescente independência face às transferências do Orçamento do Estado, constitui uma crescente garantia para a consolidação da Autonomia Regional.

É bem verdade que para tal contribuí acentuadamente as receitas decorrentes de Acordos e Tratados Internacionais. Porém, estamos convictos que tal situação se projectará no futuro, importando até salvaguardar uma maior participação da Região no total do bolo transferido para o país por esta via.

Neste particular importa referir que se impõe ao Governo uma maior prontidão na transferência das verbas a que por lei está abrangida a fazer para os Municípios afectados negativamente pela presença de Forças Estrangeiras estacionadas nos Açores ao abrigo de Tratados Internacionais.

Ainda no âmbito das questões orçamentais, temos que referir que o Governo Regional tem mantido a dívida pública regional em níveis aceitáveis. Porém há que ter presente a política subjacente ao investimento numa empresa pública que actuando num sector fundamental como a energia, actua em substituição do sector público administrativo e que tem vindo a recorrer ao crédito a um ritmo acelerado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Importa ainda salientar o facto de nos pareceres dos parceiros sociais e Autarquias sobre o Plano se notar uma mais válida participação...

Presidente: Chamo a atenção do Sr. Deputado para lhe dizer que está a esgotar o seu tempo. Falte-lhe apenas um minuto.

O Orador: ...É facto que menos entidades o fizeram, mas as que responderam fizeram-no já com maior grau de consciência. Importa assim salientar o contributo da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, que se coloca numa crítica crescente às propostas governamentais para os sectores económicos, bem como a Associação dos Jovens Agricultores Micaelenses e a União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo.

Ao encerrarmos este debate, temos consciência

de que poderíamos ter ainda trazido à discussão outros assuntos e problemas que afectam a nossa vida colectiva e que ainda não entraram na preocupação da Administração Regional ou não tiveram o destaque e tratamento adequado no Plano do Governo. Porém, a falta de tempo e as nossas próprias limitações não o permitiram nesta ocasião.

Pelo exposto ao longo da nossa participação neste debate a Representação Parlamentar do CDS irá votar coerentemente contra o Plano para 1987 e abster-se-á na votação do Orçamento com o entendimento claro de que estamos no último ano de vigência do actual enquadramento legal do Orçamento.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção final tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A atitude do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na apreciação e debate das Propostas de Plano e Orçamento Regional para 1987, foi a de considerar o pormenor sem esquecer o conjunto, discutir os aspectos técnicos sem esquecer as condicionantes políticas, visualizar o futuro prometido sem olvidar o passado de quem o promete, considerar o cenário da discussão sem prejudicar o conteúdo da mesma; foi crítico sem omitir o elogio justificado; foi moderado sem deixar de ser agressivo; foi agressivo sem ser insolente.

Nem sequer duvidou das boas intenções postas no papel, mas teve presente que aquelas não podem apagar as muitas más acções que o passado regista e as muitas acções indiferentes que o próprio plano consagra.

Este comportamento não é novo, nem mereceria especial referência se não se limitasse a prolongar, ao nível desta Assembleia aquilo que tem sido a acção histórica do Partido Socialista na sociedade portuguesa e, igualmente, na sociedade açoriana.

Não valerá a pena, nem seria curial neste momento, pormenorizar os factos que comprovam esta função do Partido Socialista na sociedade portuguesa onde, antes e após o retorno à democracia com o 25 de Abril, o Partido Socialista se configurou e se afirmou, de imediato, como o Partido que melhor assegurava à nossa sociedade simultaneamente, a alternância e a alternativa.

A alternância, porque era o que melhor garantia a preservação dos valores da democracia, da liberdade, da justiça social, da tolerância e do progresso.

A alternativa, porque era o único com capacidade para administrar as inevitáveis roturas sociais, gerir as crises do sistema, orientar as transformações do regime, cimentar politicamente

a renovação ideológica e cultural que o novo quadro da democracia interna e da situação internacional impunham.

Nos Açores, este mesmo papel e lugar tem sido reservado ao Partido Socialista pela evolução social, embora condicionado por circunstancialismos próprios da Região.

A polarização da luta política à volta dos problemas da autonomia, sua instauração e consolidação, têm determinado a criação de um quadro político próprio.

A abertura, quase permanente e quase sempre artificial, de conflitos entre o Estado e a Região, têm proporcionado àqueles que melhor se apresentam capacitados para se movimentarem na conjuntura política, os meios de consolidarem o seu poder.

Por isto também, o Partido Socialista na Região, tem desempenhado aquela função política, na oposição.

Tal facto não nos preocupa, nem nos desanima.

Preencher o lugar de alternância e alternativa possível, no imaginário e na consciência social, é tão necessário e vital para a democracia e para a sua dinâmica, como ter acedido, alguma vez, ao efectivo exercício do poder.

Podíamos citar uma mão cheia de exemplos, na Europa e noutros continentes, em democracias novas e em democracias antigas, com situações equivalentes que se prolongaram por décadas, até que as exigências económicas, sociais e políticas reclamassem uma viragem.

Manter em aberto esta possibilidade de viragem democrática e posicionar-se, como o potencial beneficiário dela, é o essencial da função política do Partido Socialista, neste momento, na sociedade açoriana.

Ser consciência crítica e prospectiva da maioria, a sua arma mais eficaz, como acontecimentos bem recentes o demonstraram mais uma vez.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Alguns dos membros do Governo nas suas intervenções neste debate, tiveram a preocupação de recordar o baixo nível económico, social, cultural, as carências do equipamento produtivo e social, com que a sociedade açoriana partiu para o exercício da autonomia em 1976.

Esta atitude não só traduz a tendência narcísica para se rever na obra feita, nem é apenas o tributo aos balanços a que o marco de dez anos de autonomia convida, mas principalmente a atitude de refúgio, um mecanismo de auto-defesa perante as perplexidades e as perturbações que o futuro desperta a cada um deles no sector em que é responsável, e na actividade do próprio Governo no seu conjunto.

Começa a dar-lhes igualmente uma atitude de notória humildade na sua reapreciação histórica

do passado. Do passado mais remoto e do seu próprio passado.

Haja em vista, o elogio das antigas Juntas Gerais que o Secretário Regional das Finanças não se furtou na apresentação do Plano. A mesma maioria que, nesta mesma Assembleia, em tempos não muito recuados, disse das Juntas Gerais o que Mafoma não disse do toucinho, ouviu, sem pestanejar, falar da "multiplicação dos pães".

Haja em vista o reconhecimento público e solene, porque feito nesta Assembleia, dos desvios na evolução esperada para estes passados dez anos, dos erros de planeamento, das falhas de execução.

Registamos com agrado o facto !

Não tanto por se traduzir já no nível do Plano. Mas, pelo que representa a nível político geral.

.. Para o PSD soou claramente a hora de reconhecer os seus limites e de se auto-limitar nas suas ambições.

A obsessão adolescente de rasgar novas fronteiras no amanhã da autonomia, começa a suceder a consciência madura de que, verdadeiras, são as fronteiras que se vencem no dia a dia da autonomia.

Não podemos, porém, deixar de lamentar que esta modéstia não tenha, ainda reflexos, na formulação de alguns objectivos do plano e no aparecimento de outros que tudo revela prementes.

Referimo-nos, em particular, ao problema do desemprego/criação de novos postos de trabalho, e ao combate a situações de pobreza e carência extrema.

No Plano/86, o Governo Regional propunha-nos, como um dos seus objectivos genéricos "gerar anualmente um volume de emprego na ordem dos dois mil postos de trabalho".

O objectivo levantou abundante celeuma e imensas dúvidas.

Recorde-se que a própria Comissão Permanente dos Assuntos Económicos e Financeiros desta Assembleia sublinhava o objectivo como demasiado arrojado, face aos dados históricos existentes sobre o emprego na Região e, por outro, aos investimentos de mão de obra intensivos que tem rareado nos Açores.

A importância social daquele propósito e as expectativas criadas à sua volta, exigiam do Governo não só uma especial atenção à sua concretização mas também, que fosse, nas informações constantes dos documentos do Plano/87, e nas fornecidas durante o seu debate, particularmente rigoroso.

Todos tivemos oportunidade de constatar a displicência com que o Governo Regional tratou o assunto. Contentou-se com apresentar alguns números sem credibilidade nem consistência.

Mais ainda. Agravou todas as dúvidas, ao revelar-se, muito menos peremptório e preciso para o Plano/87 onde já fala em, apenas proporcionar entre 1.500 e 2.000 postos de trabalho.

Notemos que o faz precisamente no ano em que, muito provavelmente, poderá dispôr de alguns dos instrumentos que, no Plano/86, considerava importantes para atingir aquele objectivo (legislação e acções específicas para jovens agricultores e jovens empresários, legislação fiscal, etc.).

Neste aspecto, só lhe faltou descer à "esperteza saloia" que utilizou para explicar a falência do seu objectivo em construir mais 800 camas turísticas em 86: erro de tipografia.

Sendo óbvio que este objectivo não é um mero objectivo isolado, mas uma resultante final, simultaneamente da política económica e social do plano, as incertezas ou dúvidas neste domínio transformam-se, inevitavelmente, em incerteza e dúvida sobre a concretização do Plano na sua globalidade.

Sonegando informações credíveis, o Governo demonstrou que pretende apenas ocultar a falência do seu Plano para 86. Com isto, apenas agravou as dúvidas que já tínhamos em relação ao Plano para 87.

Em relação à ausência de medidas específicas para o combate às situações de carência e pobreza social grave, o Governo, no Plano para 87, mantém-se cego à evidência, e surdo às solicitações sobre a urgência de enfrentá-las...

Presidente: O Sr. Deputado apenas tem um minuto do seu tempo.

O Orador: ...Contra toda a evidência, continua a pensar as situações de pobreza nos Açores, como residuais e localizadas, e a atirar a sua responsabilidade para o domínio individual ou familiar e a sua solução, para os paliativos assistenciais também esporádicos e rotineiros.

A contumácia repetida do Governo Regional em se recusar a ouvir aquilo que de todos os lados lhe reclamam, não só desvaloriza o plano em apreciação, mas mostra, mais uma vez, que não se pode ser, ao mesmo tempo, Governo para "novos ricos" e responder às exigências da "velha pobreza" açoriana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A escolha de apenas estes dois exemplos concretos para esta delcaração final do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não foi obra do acaso.

Ambos resumem e ilustram aquilo que o Partido Socialista demonstrou como erros maiores deste Plano, nas intervenções de apreciação sectorial que abundante e rigorosamente, produziu neste debate. Os erros por excesso e os erros por defeito.

As promessas de postos de trabalho, tipificam

os primeiros. Aquilo que este Plano promete, mas nós sabemos antecipadamente que não cumprirá.

As situações de pobreza extrema, tipificam os segundos. Aquilo que este Plano nos devia dar mas, incompreensivelmente, omite.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para uma intervenção final.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos na parte final da discussão que aqui se vem realizando, ao longo de dias, sobre as propostas do Plano e Orçamento para 1987. Discussão que se realizou no lugar e no tempo certos. No lugar certo porque numa Assembleia Regional, órgão de governo próprio de natureza iminentemente política, de representação pluripartidária, eleito pelo Povo Açoriano nos círculos de cada uma das nossas nove ilhas; Assembleia que, formada com gente provinda dos nove pedaços de terra que nos afastam, aqui soube ao longo destes dez anos - e saberá no futuro, assim o esperamos - encontrar muitos mais pontos de aproximação geradores de consenso no que é essencial; Assembleia e Governo dos Açores que aqui tem realizado a autonomia, consolidando a democracia, promovendo o desenvolvimento económico-social, inserindo o Povo Açoriano na comunidade nacional, prestigiando Portugal.

Discussão que se realiza no tempo certo, dizia. Assim é, efectivamente, e por duas ordens de razões. A primeira, porque mais uma vez - e já é a décima primeira - estamos discutindo estes documentos tão essenciais nos prazos legalmente estabelecidos. A segunda é porque desta feita o fazemos numa altura que vem por muitos sendo considerada difícil para a autonomia dos Açores. Pior ainda porque se estivessem em causa os regimes políticos-administrativos das regiões autónomas, o que estava a ser posto em causa nem era apenas a Constituição, nem tão pouco as históricas aspirações autonomistas das populações insulares; o que corria risco era o regime democrático, o que estava em causa era Portugal como Estado moderno e descentralizado, unitário mas regional.

E evidente que neste tempo e neste lugar não estamos indiferentes ao que se passa conosco. Não perdemos de vista o processo de revisão do Estatuto. Detectamos e apreciamos o que está por detrás do que a pretexto dele se tem feito correr e em que posição alguns pretenderam colocar a Região. E só pela Região e pelo seu Povo estamos e continuaremos nessa matéria operantes. Por nós próprios e não a requisição da oposição. Mas parece-nos importante realçar que apesar deste quadro aparentemente difícil em que nos

movemos, não nos consideramos em crise, continuamos no desempenho de uma missão que não é originalmente nossa, mas daqueles que aqui nos colocaram. Continuamos a trabalhar sem cessar, Governo e Assembleia, porque afinal bem conhecidos são os malefícios resultantes da espera pela crise ou pela sua solução.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a apreciação que ao longo destes dias fizemos destes documentos não pode ser desligada do que foi a resolução da Assembleia Regional sobre a proposta governamental de Plano de Médio Prazo 85/88. Os grandes objectivos então aprovados eram os seguintes:

- Fomentar o investimento;
- Prosseguir o esforço de redução das dependências externas;
- Prosseguir o esforço de correcção das desigualdades intra-regionais ainda existentes;
- Criar postos de trabalho reprodutivos;
- Estabilizar a evolução demográfica açoriana;
- Orientar o desenvolvimento económico e de modo a constituir factor de promoção de qualidade de vida.

Ao apreciarmos o Plano para 1987 há pois que ver se este, como parcela do PMP, procura realizar os seus objectivos e analisar se o orçamento constitui suporte financeiro considerado bastante.

Verifica-se que o fomento ao aumento de investimento é um dos principais vectores, deste Plano. E procurar-se-á realizá-lo não apenas por via de incentivos de base regional mas também de base nacional e comunitária.

Sob a forma de incentivos directos e indirectos. De realçar, nas grandes linhas a que se tem de cingir uma intervenção final desta natureza, os projectos referentes aos parques industriais, os reforços atribuídos aos programas de "caminhos de acesso às explorações agrícolas", "modernização das estruturas agrícolas", "melhoria da qualidade da produção agrícola".

Igualmente de realçar são o reforço aos programas de apoio ao sector das pescas cada vez com maior vulto e sempre crescente expansão, o mesmo se podendo dizer do turismo onde igualmente são importantes os nossos recursos e a procura externa.

Merece particular destaque no fomento ao investimento pretender-se reforçar a participação do sector privado e como nota particularmente significativa o facto de se pretender apoiar o aparecimento de novos empresários naturalmente que entre os jovens, mesmo que com formação académica que não faz sentido que sirva única e exclusivamente para acesso à função pública. Tudo isto ocorrerá, aliás, num ano em que as fortes apostas da Secretaria Regional da Agricul-

tura e Pescas serão a implementação dos regulamentos comunitários e a regulamentação da LOA.

Outros projectos especiais como a geotermia, a zona franca de Santa Maria, o aeroporto de S. Miguel, o porto da Praia da Vitória, o porto das Flores, estão igualmente incluídos no fomento ao investimento e conjuntamente com outros significam que no Plano tem subjacente o desenvolvimento integral na solidariedade das suas parcelas, com o aproveitamento dos recursos de cada qual, promovendo um desenvolvimento harmónico que exige intervenções que compensem os desequilíbrios. Funciona assim o plano como um factor de união interna.

A aposta deste plano é também o emprego e a formação profissional. Para perspectivar o futuro duas notas sobre o passado. De Janeiro a Setembro deste ano os Centros de Emprego colocaram mais de 1.000 desempregados. O Centro de Formação Profissional dos Açores nos seus 10 anos de funcionamento já promoveu mais de 150 cursos e já formou mais de 3.000 pessoas. Espera-se que no próximo ano forme cerca de 700 pessoas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sinal de que tem tido eficácia a política no sentido de criar condições à fixação da população é o facto de as estimativas oficiais apontarem para um aumento presente da população relativamente a 1981 e o facto de o recurso à emigração ter sido menor no conjunto dos anos de 1982/1985 (5.334) do que no ano de 1976 (5597).

E realmente indiscutível que a qualidade de vida do povo açoriano não tem paralelo com a situação de uns anos atrás. Cada ano se progride mais.

Na discussão à volta desta proposta foi impenhoso concluí-lo. O esforço tem sido grande e tende a aumentar. Para citar apenas alguns, por limitações de tempo, no ensino, por exemplo, na área de infraestruturas, na habitação que é uma das principais apostas da SRES e com forte impacto social onde nos sectores de habitação degradada e auto-construção o aumento é da ordem dos 100%, na saúde e na segurança social.

Todavia continuam estas e outras áreas sob constante fogo da oposição. Todavia sem razão, mas de uma forma que se faz um esforço por tentar entender.

Quando só 2 ilhas da Região tinham porto e aeroporto não era de estranhar a falta dessas infraestruturas em qualquer área; quando em cada ilha apenas se podia leccionar a instrução primária, não se sentia a falta de leccionação, em todas as ilhas, de 10º e 11º anos; onde não existiam escolas, não podia chover-lhes dentro; quando a riqueza era a excepção em tantas e tantas das nossas freguesias, uma família em situação de pobreza extrema, não era notícia, por ser a generalidade.

Quer isto dizer que a solução de uns problemas torna evidentes outras carências, a criação de novas infraestruturas, cria novos encargos de conservação e administração, a satisfação de uma necessidade evidencia as desgraças a que não foi possível acudir ou a que os remédios aplicados não foram capazes de curar a maleita.

Entende pois o Grupo Parlamentar do PSD que o Plano agora submetido à nossa apreciação merece aprovação porquanto tem em conta as prioridades estabelecidas no sentido de uma estratégia de desenvolvimento com uma aposta forte no sector produtivo assente nos nossos recursos agrícolas, piscatórios e turísticos.

Mas entendemos que este Plano merece aprovação porque estão adequadamente contemplados os sectores sociais e que os económicos visam o desenvolvimento e em última instância também o ser humano, afinal o fim último de toda a nossa acção.

Entendemos ainda que os investimentos visam as ilhas no seu conjunto e procurar-se-á investir mais onde antes se investiu menos, como é o caso da ilha das Flores.

Certamente que não faltou à oposição, nem nos faltaria a nós, capacidade para evidenciar carências ou inventar projectos risinhos. Só que se quisermos ser conscientes temos de apenas apontar para o que é financeira mas sobretudo humanamente possível....

Presidente: Chamo a atenção do Sr. Deputado de que tem só mais um minuto.

O Orador: ...Sobre o Orçamento que consideramos suporte financeiro adequado para as realizações propostas, de salientar que pela primeira vez se prevê que será equilibrado, sendo as despesas correntes previstas inferiores às receitas correntes razoavelmente previstas. Isto aliás fruto do IVA, que se revela assim eficaz e nos atrai a atenção para o que poderia representar para a Região a alteração do sistema fiscal, iniciativa aliás pendente apenas da alteração do Estatuto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Estes documentos que irão merecer a nossa aprovação e tinham razões para merecer de toda a Câmara, porque não foram aduzidas razões suficientes que justifiquem o contrário, são da maior importância para uma boa administração autónoma que aqui encontra uma das formas mais concretas de se revelar em eficácia, rapidez, adequação e adaptação às necessidades da população.

Documentos que serão eficazes se concretizados.

A concretização dos objectivos económicos depende em muito da resposta da iniciativa privada; a dos sociais, da resposta das pessoas.

Serão uma forma de exercício da autonomia progressiva. Do aparelho executivo que não é

apenas o Governo, mas todos os seus serviços. Da Assembleia que não é apenas o plenário, mas as comissões, em que todos, mas todos, temos responsabilidades.

O destinatário de tudo isto será afinal o povo açoriano, que nos julgará a todos. Por parte do PSD o nosso esforço e a nossa aposta garantirão de certo o reforço da sua confiança para prosseguirmos na senda de progresso e desenvolvimento dos Açores.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção de encerramento do debate, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional. Pode usar da palavra por um período de 40 minutos.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Faz por estes dias dez anos, debatia a Assembleia Regional dos Açores - na incerteza e no entusiasmo daqueles dias de arrancada - o primeiro Plano e Orçamento elaborado pelo I Governo, para o ano de 1977.

Já vão longe esses tempos iniciais da primeira década da nossa nova Autonomia democrática!... Dos que então participaram no debate, alguns morreram, outros, renegando ideais truncaram caminhos diferentes, outros desistiram, outros simplesmente cederam o lugar à nova geração que garante que a Autonomia dos Açores é um projecto com futuro... Outros ainda perseveraram na primeira linha deste combate pelo progresso e dignidade do Povo Açoriano, no Governo ou no Parlamento e, dentro deste, nas bancadas da Maioria ou nas da Oposição - que em democracia ambas são fundamentais e de importância igual - perseveraram, dizia, com mais idade, mais experiência, com mais amor.

Muitas coisas se alteraram desde há dez anos para cá. A própria expressão financeira do Plano é do Orçamento é disso testemunha. Em 1976, o Governo propunha-se investir no ano seguinte cerca de 600 mil contos; hoje abeiramo-nos dos 20 milhões! Mas as atitudes de espírito mudaram também. O Governo e a Maioria que lhe dá apoio parlamentar, rejeitando quaisquer hesitações, avançam, cada vez mais com mais determinação, assumindo as suas responsabilidades de Estado pela via do desenvolvimento do Arquipélago; a Oposição, por seu turno, já não tem vertigens com a audácia das propostas feitas, saltou eufórica para o comboio em andamento e até clama para que se lhe imprima mais e mais velocidade...

Tão certo é o rumo das opções feitas na primeira hora da nossa nova Autonomia democrática que o Povo Açoriano tem ratificado e até fortale-

cido, em sucessivas eleições livres, o Partido Social Democrata, protagonista principal e líder do processo.

O Governo continua pois pelas mesmas linhas da promoção do desenvolvimento harmónico do Arquipélago, pela satisfação das necessidades básicas da população, do fortalecimento económico-social e cultural dos Açores.

A nossa visão humanista da sociedade leva-nos a privilegiar a educação e a saúde como sectores prioritários de desenvolvimento. Vamos por isso construindo, por toda a Região, escolas e hospitais a um ritmo nunca visto: mais de vinte escolas preparatórias e secundárias e centenas de salas de aula para o ensino primário; um grande hospital na Horta, substancial aumento do de Angra do Heroísmo, vários centros de saúde, remodelados ou erguidos de raiz - nestes dez anos, tão intensos. E em comparação com meio século da ditadura centralista que pouco ou nada fez pelos Açores.

E não se trata apenas de fazer obras públicas, à moda antiga.... Porque novos edifícios, bem como outras instalações para a juventude, para os mais idosos, para a população em geral, é toda uma intensa promoção da cultura e da qualidade de vida do Povo Açoriano que está em marcha, envolvendo o dedicado esforço dos vários grupos especializados de trabalhadores da Administração Regional e um rio de dinheiro de despesas correntes, que são trabalho e pão para muitos milhares de famílias açorianas.

Assim é que se torna possível subir o nível da nossa população, preparando-a para os grandes desafios postos ao Homem e à sociedade nesta fase histórica conturbada, aurora do Terceiro Milénio.

Declina a mortalidade infantil - verdadeiro ferrete dos tempos ignominiosos, bem próximos ainda, da nossa injusta e generalizada pobreza -, sobe a taxa de escolarização, melhoram as condições sanitárias e de habitação - pese embora alguns casos lastimosos, que urge solucionar - aumenta a esperança de vida, espalham-se por todas as ilhas os sinais de bem-estar, até com alguns chocantes exageros de alienação consumista, há, apesar das dificuldades típicas do desenvolvimento, outro optimismo, a população rejuvenesce e tende até, de novo e finalmente, para aumentar.

Este espectacular surto de progresso, que só os cegos que não querem ver podem negar, tem alicerces nas novas condições, mais sólidas, da economia açoriana.

Os investimentos realizados pelo Governo nas grandes infraestruturas de transportes - portos e aeroportos em todas as ilhas! -, a abertura de estradas e caminhos de penetração, a renovação de todo o esquema energético e dos sectores

dos transportes e das telecomunicações, bem como a adopção de um leque amplíssimo de incentivos à iniciativa empresarial privada, especialmente dos pequenos e médios empresários, nas mais diversas áreas de actividade, permitiram a efectiva modernização da nossa agricultura e da nossa pecuária, o aumento do parque de indústrias e na actualização, o rasgar de novos horizontes para as pescas, o arranque do turismo, bem virado para as comunidades açorianas do Novo Mundo, que não podem deixar de ser um mercado preferencial, dada a proximidade e os laços afectivos intensos, que a todos nos identificam com a nossa ilha de origem.

O montante total dos investimentos levados a efeito pelo Governo Regional ao longo destes dez anos da nossa nova Autonomia democrática, rondavam os 50 milhões de contos no final do ano em curso.

Nunca, até aqui, em período algum da nossa História, foi feito nos Açores um esforço tão intenso e continuado para a promoção do equipamento das ilhas e do seu desenvolvimento, com reflexo imediato sobre a criação de empregos.

Para realizar tudo isto temos contado, antes de mais, com as nossas receitas próprias, que incluem o produto dos impostos pelos contribuintes açorianos e as contrapartidas dos tratados internacionais que concedem facilidades militares no Arquipélago a dois países aliados de Portugal, os Estados Unidos da América e a França.

Contámos também com a ajuda financeira, a título de solidariedade nacional, do nosso País e ainda dos Estados Unidos, designadamente para as tarefas da reconstrução, mais recentemente e, em termos muito promissores, da Comunidade Económica Europeia.

Esta nova solidariedade europeia começa a representar uma apreciável fonte de financiamento, absolutamente gratuito, sem qualquer encargo futuro para a Região. Em 1986 a ajuda, a título de doação, do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional deverá exceder os 2 milhões de contos - montante que se espera venha a ser ultrapassado nos anos seguintes.

O Governo tem posto um empenho muito especial, sem prejudicar minimamente - antes pelo contrário, valorizando - o nosso tradicional relacionamento com o Novo Mundo, em chamar a atenção da Europa para o interesse europeu dos Açores e os seus problemas e dificuldades de desenvolvimento.

Começam a ver-se resultados práticos neste domínio, que aliás reverte o mais alto interesse, por uma questão de identidade cultural e de valorização geoestratégica e económica do nosso Arquipélago.

Quanto à solidariedade nacional, podemos dizer, sem jaactâncias, que já hoje funciona

no sentido de uma activa e responsável participação açoriana para a resolução de importantes problemas do nosso País.

O acordo luso-americano sobre os Açores, assinado em 13 de Dezembro de 1983, de tal maneira reforçou, em contrapartida das facilidades concedidas e com plena concordância do Governo Regional - muito criticado então pela Oposição o envolvimento dos Estados Unidos no reapetrechamento e modernização das Forças Armadas Portuguesas, que é um grande objectivo nacional, que bem se pode dizer ter passado a positivo o balanço estritamente financeiro das nossas relações com o conjunto do País tal como já acontecia em termos económicos, políticos, culturais e históricos, o que só reforça a nossa livre opção por Portugal.

A razão de todo o progresso, e dos meios para o progresso nos Açores, nesta década empolgante reside na força democrática da nossa nova Autonomia.

As características políticas do regime autonómico, definidas na Constituição e no Estatuto, são o segredo de todas as nossas realizações colectivas na presente fase democrática da vida do nosso País.

Por isso, a autonomia interessa a todos - não apenas aos responsáveis políticos, legitimamente mandatados, mas a todos os cidadãos dos Açores. Concebida e implantada, na presente formulação, tão rica de virtualidades, pelo Partido Social Democrata, a Autonomia não lhe pertence, antes é património, projecto galvanizador, de todo o Povo Açoriano.

Dá que a todos nesta Câmara - Maioria, Oposição e Governo - nos caiba a responsabilidade de a defender, de a aprofundar e progressivamente a ampliar, no quadro institucional da Nação Portuguesa.

A elaboração teórica e doutrinária sobre a autonomia, ao perfilar o conceito, em vez de erguer um muro de limitações tem é de abrir, com lucidez e serenidade, novas portas e janelas sobre os vastos horizontes políticos em nosso redor.

Esta é desde o princípio a nossa posição fundamental, mal compreendida por alguns, mais ainda por outros. Alegra-nos ver formar-se à cerca deste dinâmico projecto, um grande consenso regional, como é próprio das questões de regime nas sociedades com viabilidade. Quanto mais alargado e convicto for tal consenso, mais firmes serão os Açores!...

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Governo não ignora os grandes problemas que a todos nos defrontam, dos quais se destacam

o emprego e a habitação, sobretudo para a novas gerações. Dá as prioridades de actuação definidas no Plano de Médio Prazo em curso de execução, já com resultados comprovados, a prosseguir e aperfeiçoar em 1987.

Mas, consciente do peso da responsabilidade que significa o mandato democrático expressamente recebido da maioria do eleitorado, o Governo encara o futuro com optimismo, confia nas capacidades bem demonstradas do Povo Açoriano, vai prosseguir as suas tarefas de serviço nos Açores, com um dinamismo sempre renovado.

É por isso que, para o Governo e para a Maioria, o debate anual do Plano e do Orçamento não é fastidioso, rotineiro ou frustrante, como parece acontecer ao menos para alguns dos Srs. Deputados da Oposição.

Somos nós os operários da primeira hora, desta missão histórica de construir uns Açores modernos. Nós é que cavámos fundo os alicerces; nós é que erguemos bem fortes, com todas as condições de segurança as paredes mestras; nós é que guarnecemos o conjunto, trabalhamos nos acabamentos, vamos já, em muitas áreas, em tarefas de decoração - ansiosos por ver chegar a hora de se colocar a última pedra, sempre vigilantes contra os demolidores e os pirómanos.

Estamos pois aqui, como sempre, cheios de entusiasmo, pese embora as fadigas do largo percurso feito e do que temos pela frente.

Não nos desanimam as críticas destrutivas, as incídias e conjuras dos inimigos da Autonomia dos Açores. A juventude das nossas ilhas está, maioritariamente, connosco: - para os "amanhãs que cantam", que para nós já são hoje, continuaremos a dar o tom.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, passaremos agora, nos termos regimentais, à votação.

Eu vou pôr à votação em primeiro lugar a Proposta do Plano para 1987.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta do Plano para 1987 foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor do PSD, tendo votado contra 10 Deputados do PS, 2 do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação da Proposta do Orçamento para 1987.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor

de se sentar.

Secretário: A Proposta de Orçamento foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor do PSD, registou 10 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Vamos encerrar os nossos trabalhos. Como ficou combinado entre a Mesa, os Presidentes dos Grupos Parlamentares e os Representantes dos outros Partidos, continuaremos os nossos trabalhos amanhã pelas 10.00 horas, com a seguinte Ordem do Dia:

1ª - Deliberações de voto em relação a esta votação.

Os pontos 2ª e 3ª são os mesmos que já estavam agendados para hoje.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa noite e até logo às 10.00 horas.

(Eram 0,45 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - David Santos, João Vasco Paiva; PS - Manuel Goulart).

(Deputados que faltaram à Sessão:

PSD - Borges de Carvalho, Pacheco de Almeida, Helder Cunha, João Bernardo Rodrigues, José Leovigildo, Madruga da Costa, Mário Castro, Manuel Valadão; PS - Carlos César, Carlos Mendonça, João Sousa Braga).

P'lo Redactor de 1ª classe: José Robrigues da Costa.